



**FORMULÁRIO**  
**DE REFERÊNCIA 2023**  
**VERSÃO 4**

---

# Índice

---

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	2
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	9
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	10
1.5 Principais clientes	11
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	12
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	14
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	15
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	16
1.10 Informações de sociedade de economia mista	19
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	20
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	21
1.13 Acordos de acionistas	23
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	24
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	25
1.16 Outras informações relevantes	26
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	27
2.2 Resultados operacional e financeiro	42
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	45
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	46
2.5 Medições não contábeis	47
2.6 Eventos subsequentes as DFs	48
2.7 Destinação de resultados	49
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	53
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	54
2.10 Planos de negócios	55
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	57
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	58
3.2 Acompanhamento das projeções	59

# Índice

---

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	60
4.2 Descrição dos 5 (cinco) principais fatores de risco	85
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	86
4.4 Processos não sigilosos relevantes	89
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	107
4.6 Processos sigilosos relevantes	108
4.7 Outras contingências relevantes	109
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	110
5.2 Descrição dos controles internos	111
5.3 Programa de integridade	113
5.4 Alterações significativas	117
5.5 Outras informações relevantes	118
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	119
6.3 Distribuição de capital	124
6.4 Participação em sociedades	125
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	126
6.6 Outras informações relevantes	127
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	128
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	130
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	131
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	132
7.4 Composição dos comitês	139
7.5 Relações familiares	144
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	145
7.7 Acordos/seguros de administradores	146
7.8 Outras informações relevantes	147
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	148

# Índice

8.2 Remuneração total por órgão	149
8.3 Remuneração variável	153
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	154
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	155
8.6 Outorga de opções de compra de ações	156
8.7 Opção em aberto	157
8.8 Opções exercidas e ações entregues	158
8.9 Remuneração baseada em ações, a serem entregues aos beneficiários	159
8.10 Outorga de ações	160
8.11 Ações entregues	161
8.12 Precificação das ações/opções	162
8.13 Participações detidas por órgão	163
8.14 Planos de previdência	164
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	165
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	166
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	167
8.18 Remuneração - Outras funções	168
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	169
8.20 Outras informações relevantes	170
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	172
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	173
9.4 Outras informações relevantes	174
10. Recursos humanos	
10.1 Descrição dos recursos humanos	175
10.1A Descrição dos recursos humanos	
10.2 Alterações relevantes	177
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	178
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	179
10.5 Outras informações relevantes	180
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras políticas e práticas	181

## Índice

---

11.2.N/O	182
11.2 Transações com partes relacionadas	186
11.3 Outras informações relevantes	193
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	194
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	196
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	197
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	205
12.5 Mercados de negociação no Brasil	206
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	207
12.7 Títulos emitidos no exterior	208
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	209
12.9 Outras informações relevantes	210
13. Responsáveis pelo formulário	
13.0 Identificação	211
13.1 Declaração do diretor presidente	212
13.2 Declaração do diretor de relações com investidores	213
13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores	214

## 1.1 Histórico do emissor

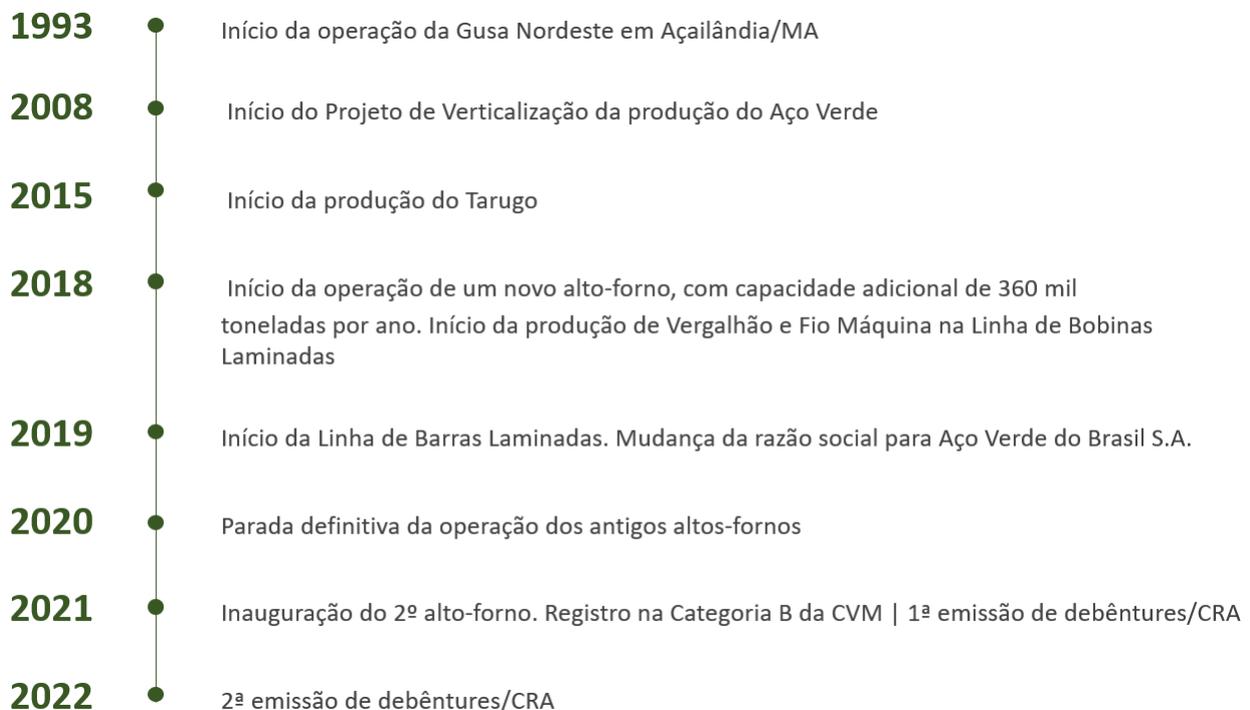
A Aço Verde do Brasil S.A. (“AVB” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima, brasileira, de capital aberto, constituída em 1984, localizada na cidade de Açailândia, estado do Maranhão.

A Companhia nasce como um player competitivo de aço com a filosofia de sustentabilidade como carro-chefe de suas estratégias, pautada pela inovação e melhoria constante de produtos e processos, além do seu forte posicionamento vocacional quanto à sua história e à competitividade agrícola brasileira, através de sua base florestal, assegurando operações livres de combustíveis fósseis (*zero carbon footprint*). Somos a primeira empresa do planeta a produzir 100% do aço sem a utilização de combustíveis fósseis.

A AVB tem como atividades preponderantes a industrialização, comercialização, importação e exportação de produtos siderúrgicos, em especial, aço e ferro gusa em todas as suas formas e seus subprodutos, bem como insumos e equipamentos necessários à sua produção, transformação ou beneficiamento, comercialização de florestas próprias e seus produtos e produtos agrícolas. Hoje a Companhia possui um laminador com uma capacidade instalada de 600 mil toneladas por ano.

A Companhia realizou a verticalização da produção do ferro gusa através do “aço verde”, conceito criado para um aço produzido 100% com energia renovável, sem o consumo de combustível fóssil e com equipamentos de alta tecnologia e elevado nível de automação, com dispositivos de controle ambiental visando minimizar a emissão de efluentes de qualquer natureza. Para isso, a Companhia investe maciçamente no setor florestal e em tecnologias sustentáveis na produção de aços longos em sua usina em Açailândia, no estado do Maranhão.

Abaixo uma breve linha do tempo evidenciando o histórico da Companhia:



## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

O objeto social da Companhia é a industrialização, comercialização, inclusive importação e exportação de produtos siderúrgicos, em especial aço e ferro gusa em todas as suas formas e seus subprodutos; bem como insumos e equipamentos necessários à sua produção, transformação ou beneficiamento, comercialização de florestas próprias e seus produtos, exploração de florestas, extração de madeiras, produção de biocarbono, cultivo de eucalipto, tendo em vista a geração de reduções de emissões e remoções de gases de efeito estufa no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Kioto, ou de outros sistemas de comercialização de créditos de carbono; fabricação de cimento; extração de minerais metálicos e não metálicos, comércio, exportação e distribuição de produtos agrícolas em geral, próprios ou de terceiros, em seus estados *in natura*, brutos, beneficiados ou industrializados, produtos de qualquer natureza, fabricação de gases industriais; produção e fornecimento de energia elétrica e a participação em outras sociedades observadas as disposições legais.

Em 2008 a Companhia iniciou o projeto para verticalização da produção do ferro gusa através do “aço verde”, conceito criado pela Companhia para um aço verde e sem emissões de carbono integralmente produzido com energia renovável e sem o emprego de combustíveis fósseis. Para isso, a AVB investiu maciçamente no setor florestal e na compra de equipamentos de última geração para a Usina de Aços Longos – Aço Verde do Brasil, em Açailândia, no estado do Maranhão, conforme mostrado na figura abaixo:



A cidade de Açailândia é um grande pólo produtor de ferro-gusa com capacidade de produção de cerca de 1,5 milhão de toneladas por ano. A Companhia atua no Estado do Maranhão desde 1990 e, na data deste Formulário de Referência, gera mais de 2.400 empregos diretos.

A escolha do local para instalação da Usina da Companhia foi motivada principalmente pela existência de matéria-prima abundante na região como:

- Minério de ferro: proximidade ao entreposto da Vale alimentado pela ferrovia Estrada de Ferro Carajás;
- Biocarbono: relevante maciço florestal próprio no estado do Maranhão e Piauí;

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- Ferro-Gusa: situado dentro do polo guseiro de Açailândia, com capacidade de produção acima de 1,5 milhão de toneladas gusa/ano;

A Usina da Companhia foi projetada dentro do conceito de uma “Mini-Mills ou Market-Mills” que são usinas siderúrgicas que obtêm suas matérias-primas e comercializam seus produtos, principalmente no mercado regional onde estão implantadas. Uma parte fundamental do projeto foi a discussão e análise para escolha da rota tecnológica de produção do aço que depende de fatores como:

- Acesso a insumos metálicos estratégicos (minério, sucata, gusa);
- Eficiência produtiva e energética (vantagens competitivas e acesso a energia renovável de baixo custo);
- Sinergias com outros projetos (mineração, coque, energia);
- Acesso a biocarbono (carvão vegetal) de origem certificada e regular.

Após uma minuciosa análise técnica e econômica pela equipe da Companhia aliada a visitas técnicas de benchmark à usinas siderúrgicas no exterior, foi escolhido um modelo misto de usina com conceito tipo Mini-Mill, mas possuindo alguns equipamentos inerentes a uma usina integrada como: fábrica de gases criogênica, gasômetro, misturador de gusa, alto-forno, linha de transmissão de energia elétrica própria de 230 kV, dentre outros.

A rota de produção do aço verde foi escolhida baseada no emprego de 100% de biocarbono nos altos-fornos, que por ser uma matéria-prima com emissões zero de CO<sub>2</sub>, segundo o IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) da ONU, permitiu a produção de um ferro-gusa verde que, aliada a outras iniciativas sustentáveis como a compra de 100% de energia renovável externa, uso dos gases de processo gerados nos altos-fornos em substituição ao emprego de combustíveis fósseis na usina, permitiu a obtenção no final do processo do aço carbono neutro.

O processo de fabricação do aço na Aciaria da Companhia pode ser dividido em 3 etapas:

1. Convertedor LD: Refino primário do aço, ocorrendo nesta etapa a descarburização do ferro-gusa;
2. Forno-Panela: Refino Secundário do aço com ajuste de temperatura e composição química do aço;
3. Lingotamento Contínuo: Solidificação do aço líquido em tarugo de aço

Do minério de ferro extraído por umas das melhores reservas de minério do mundo, somado ao uso do biocarbono de produção própria da Companhia, é obtido o ferro gusa líquido, que é carregado dentro do convertedor LD da Aciaria junto com a sucata sólida.

A Companhia tem como grande diferencial a produção de aço pelo Convertedor LD, que devido ao uso de baixo teor de sucata, confere ao aço um menor percentual de elementos residuais e baixo teor de

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

nitrogênio no aço. Esse processo é de grande importância para o mercado de aço de baixo carbono como o AVB 1006, pois permite a produção de um aço de baixa resistência mecânica, aplicado na trefilação de bitolas de arames finos (<2mm), produto bem representativo no mercado brasileiro.

Com toda uma estrutura de matéria-prima bem definida e com equipamentos de última geração e de alta tecnologia, os tarugos de aço provenientes da aciaria têm sua seção transversal reduzida após serem reaquecidos e passam pelas gaiolas de laminação. Esse processo ocorre a altas velocidades, conferindo uma maior produtividade.

A Companhia possui uma logística que considera favorável de matérias-primas por meio de ferrovia, rodovias e portos, bem como de linhas de transmissão para eletricidade. Iniciou a produção de tarugo em dezembro de 2015 e de produtos laminados em julho de 2018.

Seus principais produtos comercializados são:

- Fio Máquina

O Fio máquina é o produto obtido a partir da laminação a quente do tarugo, em rolos de diversas bitolas que podem variar de 5,5 mm a 16,0 mm. Será processado posteriormente por trefilação ou laminação a frio, a fim de se obter vários outros produtos usados na construção civil, para produção do CA60 e assim, confecção de treliça, tela soldada, colunas, espaçadores. Esse material também pode ser aplicado na indústria para a produção de arames recozidos e ovalados, barra roscada, pregos, dentre outros.

O Fio máquina, de modo geral na indústria, pode ainda ser utilizado para aplicações em agropecuária, eletrificação, cabos, linhas de eletrodomésticos (linha branca), barras para construção mecânica, hastes de amortecedores automotivos, arames para molas helicoidais, esferas de rolamento e outros.

- Vergalhão (CA-50 e CA-60)

Os tipos de vergalhões ou barras de aço são utilizados na construção para oferecer suporte a paredes e colunas. O vergalhão pode ser liso, embora seja frequentemente fabricado com deformações que criam uma maior textura para que o concreto possa aderir, gerando um vínculo mais forte que ajuda a prevenir rachaduras no concreto. Essas deformações não propiciam pontos fracos no vergalhão, já que estes suprimentos são produzidos de acordo com o diâmetro correto, que proporcione força e resistência. Graus de força indicam a quantidade de pressão que o vergalhão de aço pode suportar, e grau e diâmetro são normalmente apresentados em unidades imperiais e métricas.

O vergalhão de aço é tipicamente disposto em um padrão de grade, com espaçamento igual entre cada peça para criar uma grade que consiste em quadrados de igual tamanho. Tijolos ou suportes podem ser usados para manter a armadura no chão, e uma vez que o concreto é derramado sobre a armadura, ele normalmente é adaptado para garantir espaçamento adequado conforme o concreto seca.

*Vergalhão CA-50*

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

O Vergalhão CA50 AVB é o produto adquirido a partir da laminação a quente do tarugo em duas linhas, podendo produzir vergalhões em barras ou rolos. A Companhia oferece o vergalhão para a Construção Civil trazendo qualidade e produtividade para todo o mercado.

Para a produção do Vergalhão CA50 AVB, os tarugos de aço provenientes da aciaria têm sua seção transversal reduzida após serem reaquescidos e passam pelas gaiolas de laminação. As suas propriedades mecânicas são obtidas pelo processo de tratamento térmico em linha que se dá por jatos de água em alta pressão e vazão e ventilação forçada. Seu processo de produção atende às exigências da ABNT NBR 7480, além da certificação emitida pela ABNT/Inmetro.

O CA50 pode ser produzido em formato de rolos ou feixes de barras e utilizados no endireitamento ou corte e dobra para posterior aplicação na construção civil, sendo utilizado para dar suporte a estruturas de concreto armado. O formato nervurado confere maior aderência ao concreto evitando o seu deslizamento, giro e até mesmo rachaduras no concreto.

### *Vergalhão CA-60*

A fabricação do Vergalhão CA60 AVB é feita a partir da Trefilação do Fio máquina, que por sua vez é obtido a partir da laminação a quente do tarugo.

O Fio máquina, material liso com tolerâncias dimensionais controladas e de baixo teor em carbono, é puxado por uma de suas pontas e passado por fieiras ou cassetes, pelas máquinas de trefilação, sofrendo assim redução em seu diâmetro e aumento de resistência mecânica. Após as reduções necessárias para se chegar ao diâmetro desejado, o material sofre gravações superficiais. Seu processo de produção atende às exigências da ABNT NBR 7480, além da certificação emitida pela ABNT/Inmetro.

- Tarugos

Os Tarugos AVB, ou lingotes, são produzidos na aciaria a partir do ferro gusa líquido, oriundo do minério de ferro e baixo percentual de sucata. Assim, ele é transformado em aço num processo de sopro a oxigênio pelo Convertedor LD e posteriormente lingotados com seção transversal quadrada. O mesmo pode ser vendido em seu estado bruto, no qual é utilizado para fabricação de peças forjadas ou laminações de barras e perfis.

Os tarugos são matéria prima para o processo de laminação a quente, tendo sua seção conformada para diversas formas e tamanhos, podendo resultar em vários tipos de barras, perfis, fio máquina ou vergalhão CA50.

Os aços AVB são Aços Carbono, que é um dos tipos de aço que se pode encontrar no mercado. Há uma grande variedade de formas e tipos de produtos de aço disponíveis. Essa variedade deve-se ao fato de cada uma de suas aplicações demandar alterações na composição e na forma.

Os tarugos são utilizados no ramo siderúrgico, mais voltado para o processo de laminação, no qual pode gerar os seguintes produtos:

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Em aços carbono:

- Perfis leves ( $h < 80$  mm)
- Perfis médios ( $80 \text{ mm} < h \leq 150$  mm)
- Vergalhões
- Fio-máquina (principalmente para arames)
- Barras (qualidade construção civil)
- Tubos sem costura
- Trefilados em geral

Em aços ligados / especiais:

- Fio-máquina (para parafusos e outros)
  - Barras em aços construção mecânica
  - Barras em aços ferramenta
  - Barras em aços inoxidáveis e para válvulas
  - Tubos sem costura
  - Trefilados em geral
- 
- Gases do Ar

A planta de separação de gases (ASU – Air Separation Unit) tem por finalidade produzir oxigênio, nitrogênio e argônio para consumo interno da Usina, entretanto a alta eficiência dos processos siderúrgicos permite colocar o excedente a venda no mercado interno.

A principal característica da ASU é a alta produção de gases com alto teor de limpidez no qual possibilita uma larga aplicação nas indústrias químicas, farmacêuticas, alimentares, metalúrgicas, hospitalares etc.

Localizada de forma estratégica no Plano Diretor da Usina Aço Verde do Brasil, a planta ocupa uma área de aproximadamente  $2500\text{m}^2$ , entre os processos de Aciaria e Laminação de Barras e Bobinas. A capacidade de produção da ASU é de aproximadamente  $5.114 \text{ Nm}^3/\text{h}$  de oxigênio,  $3.234 \text{ Nm}^3/\text{h}$  de Nitrogênio e  $170 \text{ Nm}^3/\text{h}$  de Argônio. Os produtos podem ser fornecidos nas formas líquida e gasosa em uma variedade de graus de pureza.

### *Sustentabilidade*

A visão da Companhia é ser uma empresa reconhecida como a referência na produção de aço e no reaproveitamento de coprodutos industriais.

A Companhia possui um Sistema de Gestão totalmente Integrado, na qual define as diretrizes, padronização e responsabilidades para garantir a eficácia do desempenho operacional, visando atender os requisitos das normas NBR ISO 9001:2015, NBR ISO 14001:2015 e NBR ISO 16001:2004. Todos os seus produtos da linha Vergalhão CA50 e CA60 também passam por um rigoroso sistema de qualidade semestralmente, para assegurar o atendimento dos requisitos da norma NBR 7480:2007 (INMETRO).

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A sustentabilidade ambiental é um dos principais pilares da Companhia, pois os produtos laminados de aços longos são produzidos de forma a atender as necessidades do presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras em satisfazerem suas próprias necessidades. Utilizamos tecnologias que consideramos inovadoras no processo produtivo, que não são comumente empregadas em usinas de produção de aços longos, como o reaproveitamento dos gases de processo durante a laminação e na aciaria.

A Companhia participa do Programa Brasileiro *GHG Protocol* e realiza o inventário das emissões de gases de efeito estufa (GEE), seguindo as diretrizes do *GHG Protocol* e NBR ISO 14064-1:2007, com objetivo de subsidiar o desenvolvimento de sua estratégia de gestão de carbono neutro, de mitigação de riscos e de adaptação às mudanças climáticas.

Em 2021, a Companhia foi certificada como a primeira usina siderúrgica do mundo a produzir aço carbono neutro, ou seja, não contribuimos para o aquecimento global. A certificação foi emitida pela Société Générale de Surveillance ("SGS"), contratada para verificar o inventário de emissões de gases causadores de efeito estufa (GEE) da Companhia entre os anos de 2018 a 2022. O trabalho seguiu o *GHG Protocol (ISO 14064)* e as metodologias internacionalmente reconhecidas pela "*World Steel Association*" e o Programa Brasileiro GHG Protocol (FGV).

O aço carbono neutro produzido pela Companhia é o tipo de aço desenvolvido num processo de produção sustentável com zero emissão de gases efeito estufa (GEE) para a atmosfera e com a utilização de biocarbono. Estes aços também são chamados aço carbono neutro.

O "*CO2 Emission Data Collection Guide da Worldsteel Association*", é uma metodologia reconhecida mundialmente, adotada para fins da mensuração do nível de emissões de GEE na Siderurgia, a qual segue todas as premissas definidas no GHG Protocol e ISO 14064. Estes protocolos/padrões definem os procedimentos para a elaboração do Inventário dos gases de efeito estufa, sendo o CO<sub>2</sub> o principal gás emitido, para um processo ou empresa.

Os Inventários de GEE realizados anualmente pelas empresas podem ser certificados através da validação dos mesmos por empresas de auditoria externa como a Det Norske Veritas ("DNV") ou a SGS que avaliam e atestam se os Inventários de GEE foram realizados de acordo com as normas vigentes e utilizando dados confiáveis e precisos.

A Usina Siderúrgica da Companhia teve seus Inventários anuais de GEE analisados, validados e certificados pela empresa SGS. Os valores do Inventário de GEE para os anos de 2019, 2020, 2021 e 2022 foram respectivamente +0,06, -0,04, +0,02 e +0,02 tCO<sub>2</sub>/t aço, ou seja, o processo produtivo de aço na Usina AVB, com emprego de biocarbono, permite a produção de aços carbono neutro, com zero emissões de CO<sub>2</sub>, sendo considerado pela Companhia um "aço verde" por ser um aço sustentável.

A produção de aço verde carbono neutro foi possível mediante a implementação de várias projetos e ações com foco em sustentabilidade dentre as quais destacamos:

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1. Emprego de gases de processo gerado nos altos-fornos nos sistemas de combustão da Aciaria, como no pré-aquecedor de panelas e distribuidores, bem como no forno de reaquecimento da laminação, em substituição ao emprego de combustíveis fósseis com o óleo ou gás natural.
2. Implantação de uma planta de geração de energia elétrica renovável. A Central Termoelétrica gera cerca de 30% da energia elétrica consumida pela usina através da queima controlada dos gases de processo (biomassa) gerados nos altos-fornos. Estes gases alimentam a caldeira da termoelétrica, onde é totalmente queimado, em ambiente fechado e controlado, para geração de vapor que é transformado em energia elétrica renovável e de baixo custo.
3. Compra para consumo de 100% de energia elétrica renovável (oriunda de hidroelétricas).
4. Reciclagem da escoria gerada nos altos-fornos para indústria cimenteira e da escória da aciaria carregada dentro dos altos-fornos em substituição a compra de calcário.
5. Uso de três estações de tratamento de água, onde 100% da água direcionada ao consumo industrial é tratada e reutilizada com uma perda de água de 3%.

### **1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## 1.5 Principais clientes

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

### **a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

### **b) principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

### **c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

### **d) contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:**

#### **i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos**

A Companhia possui uma Política de Brindes e Doações, disponível em seu site de RI ([ri.avb.com.br](http://ri.avb.com.br)) e CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 28 de agosto de 2022, que estabelece que empregados e administradores não devem realizar doação ou contribuição política, direta ou indiretamente, em nome da AVB. Isso inclui doações ou contribuições para partidos políticos, candidatos políticos ou campanhas eleitorais. É proibida a concessão de licença remunerada ou não remunerada para empregados que queiram apoiar um partido, um candidato político, ou se candidatar. Esta regra está sujeita à aplicação das leis trabalhistas locais e aos termos de acordos de negociação coletiva.

Desta forma, não houve, pela Companhia, contribuições financeiras em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

#### **ii. em favor de partidos políticos**

A Companhia possui uma Política de Brindes e Doações, disponível em seu site de RI ([ri.avb.com.br](http://ri.avb.com.br)) e CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 28 de agosto de 2022, que estabelece que empregados e administradores não devem realizar doação ou contribuição política, direta ou indiretamente, em nome da AVB. Isso inclui doações ou contribuições para partidos políticos, candidatos políticos ou campanhas eleitorais. É proibida a concessão de licença remunerada ou não remunerada para empregados que queiram apoiar um partido, um candidato político, ou se candidatar.

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Esta regra está sujeita à aplicação das leis trabalhistas locais e aos termos de acordos de negociação coletiva.

Desta forma, não houve, pela Companhia, contribuições financeiras em favor de partidos políticos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

### **iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos**

A Companhia possui uma Política de Brindes e Doações, disponível em seu site de RI ([ri.avb.com.br](http://ri.avb.com.br)) e CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 28 de agosto de 2022, que estabelece que empregados e administradores não devem realizar doação ou contribuição política, direta ou indiretamente, em nome da AVB. Isso inclui doações ou contribuições para partidos políticos, candidatos políticos ou campanhas eleitorais. É proibida a concessão de licença remunerada ou não remunerada para empregados que queiram apoiar um partido, um candidato político, ou se candidatar. Esta regra está sujeita à aplicação das leis trabalhistas locais e aos termos de acordos de negociação coletiva.

Desta forma, não houve, pela Companhia, contribuições financeiras para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

## **1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## **1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## 1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

### **a) se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade**

A Companhia divulga o Relatório Anual de Sustentabilidade desde 31 de dezembro de 2020, o qual está disponível para consulta em seu site de Relações com Investidores ([ri.avb.com.br](http://ri.avb.com.br)).

### **b) a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento**

Até a data de divulgação deste Formulário de Referência, a Companhia não emprega na elaboração do Relatório Anual de Sustentabilidade uma metodologia ou padrão reconhecidos.

### **c) se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso**

Apesar da Companhia divulgar o Relatório Anual de Sustentabilidade, os relatórios elaborados até a data de divulgação deste Formulário de Referência não foram auditados ou revisados por entidade independente.

### **d) a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado**

O último Relatório Anual de Sustentabilidade, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, foi divulgado em 31 de maio de 2022. Os Relatórios Anuais de Sustentabilidade elaborados pela Companhia estão disponíveis para consulta no site de Relações com Investidores da Companhia: [ri.avb.com.br](http://ri.avb.com.br)

### **e) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor**

Até a data de divulgação deste Formulário de Referência, a Companhia não realiza a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG em seu Relatório Anual de Sustentabilidade.

### **f) se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor**

Até a data de divulgação deste Formulário de Referência, a Companhia não levou em consideração, para elaboração do seu Relatório Anual de Sustentabilidade, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas.

### **g) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas**

## 1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Até a data de divulgação deste Formulário de Referência, a Companhia não realiza a divulgação de um Relatório Anual de Sustentabilidade que considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas.

**h) se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas**

A Companhia, desde 2018, realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa nos escopos 1 (emissões diretas), 2 (emissões fugitivas) e 3 (emissão indireta da frota alugada), de acordo com a metodologia do GHG Protocol e World Steel. Os respectivos inventários de emissões estão disponíveis para consulta no site da Companhia: [www.avb.com.br](http://www.avb.com.br). Os inventários de emissões de gases do efeito estufa referentes aos 3 (três) exercícios findos, apresentam-se conforme a seguir:

	2020	2021	2022
Inventário Emissões (toneladas CO2 por tonelada de aço)	-0,04	0,02	0,02

**i) explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:**

### **i. a não divulgação de informações ASG**

Não se aplica, tendo em vista que, conforme informado no item 1.9 (a), deste Formulário de Referência, a Companhia realiza a divulgação do Relatório Anual de Sustentabilidade.

### **ii. a não adoção da matriz de materialidade**

Embora a Companhia não tenha adotado a matriz de materialidade nos Relatórios Anuais de Sustentabilidade divulgados até a data de divulgação deste Formulário de Referência, está em processo de revisão, pela Companhia, do Relatório Anual de Sustentabilidade 2022/2021 que irá considerar a adoção de uma matriz de materialidade, com previsão de conclusão até o final do exercício social de 2023.

### **iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG**

Embora a Companhia não tenha adotado indicadores-chave de desempenho ASG nos Relatórios Anuais de Sustentabilidade divulgados até a data de divulgação deste Formulário de Referência, está em processo de revisão, pela Companhia, do Relatório Anual de Sustentabilidade 2022/2021 que irá considerar estes indicadores, com previsão de conclusão até o final do exercício social de 2023.

### **iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas**

Embora os Relatórios Anuais de Sustentabilidade divulgados até a data de divulgação deste Formulário de Referência não tenham sido auditados ou revisados por entidade independente, está

## 1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

em processo de revisão, pela Companhia, do Relatório Anual de Sustentabilidade 2022/2021 que será auditado por uma entidade externa independente, com previsão de conclusão até o final do exercício social de 2023.

### **v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgações:**

Embora os Relatórios Anuais de Sustentabilidade divulgados até a data de divulgação deste Formulário de Referência não tenham levado em consideração, para sua elaboração, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (“ODS”) estabelecidos pela ONU, está em processo de revisão, pela Companhia, do Relatório Anual de Sustentabilidade 2022/2021 que será emitido no padrão *Global Reporting Initiative* (“GRI”), e irá considerar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e as recomendações do TCFD, com previsão de conclusão até o final do exercício social de 2023.

### **vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa:**

Não se aplica, tendo em vista que, conforme informado no item 1.9 (h) deste Formulário de Referência, desde 2018, a Companhia realiza e divulga os Inventário de Emissão de Gases do efeito estufa.

## **1.10 Informações de sociedade de economia mista**

Item não aplicável, considerando que a Companhia não é sociedade de economia mista.

## **1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de ativos relevantes fora do curso normal dos negócios da Companhia.

## 1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

### (i) Capitalização da Reserva de Lucros e Aumento do Capital Social da Companhia

No dia 28 de abril de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a capitalização, sem emissão de novas ações, do montante de R\$191.202.828,41 (cento e noventa e um milhões, duzentos e dois mil, oitocentos e vinte e oito reais e quarenta e um centavos), correspondente ao valor excedente dos lucros operacionais, considerando os limites previstos no Artigo 35, (vii) do Estatuto Social da Companhia e no Artigo 199 da Lei das S.A. Em razão do disposto nesta deliberação, o capital social da Companhia passou de R\$180.000.181,57 (cento e oitenta milhões, cento e oitenta e um reais e cinquenta e sete centavos) para R\$371.203.009,98 (trezentos e setenta e um milhões, duzentos e três mil, nove reais e noventa e oito centavos).

Informações mais detalhadas podem ser encontradas na Ata da respectiva Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que se encontra disponibilizada no site de Relações com Investidores da Companhia ([ri.avb.com.br](http://ri.avb.com.br)) e da CVM ([www.gov.br/cvm](http://www.gov.br/cvm)).

### (ii) Cancelamento de Ações em Tesouraria e Aumento do Capital Social da Companhia

No dia 27 de maio de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o cancelamento de 400 ações ordinárias de emissão da Companhia e da totalidade das 363.459 ações preferenciais Classe "A" de emissão da Companhia, todas mantidas em tesouraria e, conseqüentemente, a extinção das ações preferenciais classe A, passando as ações preferenciais classe B a serem denominadas apenas como "ações preferenciais".

Além disso, nesta mesma data, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização do saldo da reserva de lucros estatutária da Companhia denominada "Reserva de Garantia Operacional", nos termos do Artigo 169 da Lei das S.A., no montante de R\$133.737.365,78 (cento e trinta e três milhões, setecentos e trinta e sete mil, trezentos e sessenta e cinco reais e setenta e oito centavos), passando o capital social de R\$371.203.009,98 (trezentos e setenta e um milhões, duzentos e três mil, nove reais e noventa e oito centavos) para R\$504.940.375,76 (quinhentos e quatro milhões, novecentos e quarenta mil, trezentos e setenta e cinco reais e setenta e seis centavos).

Informações mais detalhadas podem ser encontradas na Ata da respectiva Assembleia Geral Extraordinária, que se encontra disponibilizada no site de Relações com Investidores da Companhia ([ri.avb.com.br](http://ri.avb.com.br)) e da CVM ([www.gov.br/cvm](http://www.gov.br/cvm)).

### (iii) Cancelamento de Ações em Tesouraria e Aumento do Capital Social da Companhia

No dia 30 de novembro de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a cisão parcial da Companhia, com a versão do acervo líquido cindido à Empresa de Mecanização Rural Ltda. ("MECA") e à Energia Viva Agroflorestal Ltda. ("Energia Viva"), as quais sucederão a Companhia em todos os direitos e obrigações relativos ao acervo líquido cindido vertido a cada uma delas, sem qualquer tipo de solidariedade entre a Companhia, a MECA e a Energia Viva, nos termos do disposto no artigo 233, parágrafo único, da Lei das S.A. sendo ainda dispensada, pela totalidade dos acionistas, a obtenção de registro de companhia

## 1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

aberta e/ou o exercício de direito de retirada por estes, nos termos do artigo 223, parágrafos 3º e 4º, da Lei das S.A.

O valor do acervo líquido cindido da Companhia, com base no seu valor patrimonial contábil, é de R\$ 21.231.741,13 (vinte e um milhões, duzentos e trinta e um mil, setecentos e quarenta e um reais e treze centavos), dos quais (a) R\$ 13.759.675,33 (treze milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e setenta e cinco reais e trinta e três centavos), correspondentes a uma participação societária de 50% do capital social total e votante na Cimento Verde do Brasil S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Açailândia, Estado do Maranhão, na Rodovia BR 222, km 14,5, Área Administrativa, Distrito de Pequiá, CEP 65.930-000, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 15.733.416/0001-96, a serem absorvidos pela MECA, e (b) R\$ 7.472.065,80 (sete milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, sessenta e cinco reais e oitenta centavos), correspondentes a direitos sobre imóveis rurais listados e identificados no Protocolo, a serem absorvidos pela Energia Viva.

Em decorrência da cisão parcial, a redução do capital social da Companhia em R\$ 21.231.741,13 (vinte e um milhões, duzentos e trinta e um mil, setecentos e quarenta e um reais e treze centavos), passando de R\$ 504.940.375,76 (quinhentos e quatro milhões, novecentos e quarenta mil, trezentos e setenta e cinco reais e setenta e seis centavos) para R\$ 483.708.634,63 (quatrocentos e oitenta e três milhões, setecentos e oito mil, seiscentos e trinta e quatro reais e sessenta e três centavos), sem cancelamento de ações de emissão da Companhia. As demais linhas do balanço que compõe o patrimônio líquido da Companhia serão deduzidas da parcela correspondente ao acervo líquido cindido

Informações mais detalhadas podem ser encontradas na Ata da respectiva Assembleia Geral Extraordinária e Fato Relevante divulgado no dia 30 de novembro de 2022, que se encontram disponibilizados no site de Relações com Investidores da Companhia ([ri.avb.com.br](http://ri.avb.com.br)) e da CVM ([www.gov.br/cvm](http://www.gov.br/cvm)).

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de ativos relevantes fora do curso normal dos negócios da Companhia.

## 1.13 Acordos de acionistas

### 9º Aditivo ao Acordo de Acionistas

Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 27 de maio de 2022, foi celebrado aditivo ao Acordo de Acionistas da Companhia, com a interveniência desta, sendo que cópia integral do referido aditivo se encontra disponibilizada nos websites da Companhia ([ri.avb.com.br](http://ri.avb.com.br)) e da CVM ([www.gov.br/cvm](http://www.gov.br/cvm)).

Os Acionistas promoveram, em 27 de maio de 2022, uma assembleia geral extraordinária da Companhia para (i) cancelar e extinguir as ações preferenciais Classe A de emissão da Companhia, na sua totalidade mantidas em tesouraria pela Companhia; (ii) cancelar e extinguir as ações ordinárias de emissão da Companhia mantidas em tesouraria pela Companhia; (iii) aumentar o número máximo de membros do Conselho de Administração da Companhia e (iv) ajustar as competências da assembleia geral de acionistas. Os Acionistas, por meio do 9º Aditivo, reformularam o Acordo de Acionistas para incorporar os ajustes acima indicados e consolidar o Acordo de Acionistas.

Informações mais detalhadas podem ser encontradas no 9º Aditivo ao Acordo de Acionistas, Fato Relevante e Ata da Assembleia Geral Extraordinária, todos datados de 27 de maio de 2022, nos websites da Companhia ([ri.avb.com.br](http://ri.avb.com.br)) e da CVM ([www.gov.br/cvm](http://www.gov.br/cvm)).

### 10º Aditivo ao Acordo de Acionistas

Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 23 de fevereiro de 2023, foi celebrado aditivo ao Acordo de Acionistas da Companhia, com a interveniência desta, sendo que cópia integral do referido aditivo se encontra disponibilizada nos websites da Companhia ([ri.avb.com.br](http://ri.avb.com.br)) e da CVM ([www.gov.br/cvm](http://www.gov.br/cvm)).

Os Acionistas promoveram, em 23 de fevereiro de 2023, uma assembleia geral extraordinária da Companhia para ajustar as competências da assembleia geral de acionistas, composição e competência do Conselho de Administração da Companhia. Os Acionistas, por meio do 10º Aditivo, reformularam o Acordo de Acionistas para incorporar os ajustes acima indicados e consolidar o Acordo de Acionistas.

Informações mais detalhadas podem ser encontradas no 10º Aditivo ao Acordo de Acionistas, Fato Relevante e Ata da Assembleia Geral Extraordinária, todos datados de 23 de fevereiro de 2023, nos websites da Companhia ([ri.avb.com.br](http://ri.avb.com.br)) e da CVM ([www.gov.br/cvm](http://www.gov.br/cvm)).

## **1.14 Alterações significativas na condução dos negócios**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 não ocorreu qualquer alteração significativa na forma de condução dos negócios da Companhia.

### **1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 não foram celebrados contratos não relacionados com as atividades operacionais da Companhia e de suas controladas.

## **1.16 Outras informações relevantes**

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### *Introdução*

As informações financeiras contidas neste item 2 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no website da Companhia ([ri.avb.com.br](http://ri.avb.com.br)) e no website da Comissão de Valores Mobiliários ([www.gov.br/cvm](http://www.gov.br/cvm)). As informações neste item 2, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional.

As demonstrações financeiras auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

Os comentários dos diretores da Companhia visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, bem como compreender as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações financeiras entre os exercícios sociais analisados e os principais fatores que explicam essas variações.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas nesta seção 2 em geral significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica, em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual de uma linha em relação à receita líquida para os exercícios/períodos em análise.

### ***Efeitos da Pandemia do COVID-19 nas Demonstrações Financeiras da Companhia***

Durante o primeiro semestre de 2020, o vírus COVID-19 se espalhou pelo mundo e foi declarado pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020. Em resposta, muitos governos impuseram proibições de viagens, quarentenas e outras medidas emergenciais de saúde e segurança pública. Em alguns casos, medidas drásticas foram tomadas com restrições à atividade econômica de alguns setores.

Conforme a gravidade da pandemia COVID-19 se tornou aparente, a liderança da Companhia tomou medidas para proteger os funcionários e comunidades, bem como fortalecer nossa posição financeira e limitar o impacto nas operações da Companhia.

A Companhia trabalhou em estreita colaboração com todas as partes interessadas relevantes, incluindo governo, fornecedores e sindicatos, para desenvolver e implementar planos para reiniciar a produção e venda de seus produtos, incluindo o desenvolvimento de procedimentos aprimorados de sanitização, saúde e segurança.

Com o objetivo de ajudar no combate à Covid-19, a Companhia, em janeiro de 2021, fez uma doação de 300 mil m<sup>3</sup> de oxigênio de sua própria planta para a Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (SUSAM) que vinha sofrendo com a falta deste produto. No mesmo sentido, a partir de abril de 2021, a Companhia iniciou nova doação de 400 mil m<sup>3</sup> de oxigênio para Secretaria de Saúde do Estado do Maranhão.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Mesmo diante do cenário singularmente desafiador gerado pela disseminação do novo Coronavírus, a AVB reafirmou seu compromisso com a agenda de sustentabilidade e registrou avanços importantes em diversas áreas de atuação do período.

Em 2020, a Companhia aderiu a programas anunciados pelos governos municipais, estaduais e federal relacionados a postergação de empréstimos e financiamentos, tributos e encargos sociais. Todos os efeitos contábeis relacionados a adesão das medidas provisórias foram refletidos adequadamente nas informações contábeis.

A Administração não tem como estimar ou prever a ocorrência de eventos futuros relacionados à pandemia, sendo certo de que segue avaliando constantemente os impactos sobre as suas operações. Não obstante o impacto limitado nas operações e resultados financeiros da Companhia, em função da volatilidade e incertezas a respeito do período de duração e potenciais impactos da pandemia, a Administração continua monitorando a situação e avaliando os impactos nas premissas e considerações utilizadas na preparação das demonstrações contábeis.

### a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A seguir, apresentamos as informações sobre a atual estrutura financeira e patrimonial da Companhia:

#### Índice de alavancagem financeira (Dívida Líquida/EBITDA)

<i>(Em milhares de Reais, exceto percentuais)</i>	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
<b>(A) Dívida Bruta</b>	<b>1.038.914</b>	<b>925.019</b>	<b>731.988</b>
Empréstimos e Financiamentos	1.038.914	925.019	731.988
<b>(B) Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>562.812</b>	<b>228.179</b>	<b>120.017</b>
<b>(C=A-B) Dívida Líquida</b>	<b>476.102</b>	<b>696.840</b>	<b>611.971</b>
(D) EBITDA Ajustado (últimos 12 meses)	804.090	753.025	330.818
(E=C/D) Índice de alavancagem financeira	0,59	0,93	1,85

O EBITDA (*Earning before interest, taxes, depreciation and amortization*) ou LAJIDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 ("[Resolução CVM 156](#)"), conciliada com suas demonstrações financeiras. Esta medição consiste no lucro líquido antes do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. O EBITDA Ajustado elimina a adição ou exclusão do valor justo dos ativos biológicos, a perda ou ganho na baixa do ativo imobilizado e constituição ou reversão de provisão para contingências não recorrentes.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O índice de alavancagem financeira apresentou uma diminuição entre 2020 e 2022. Esta variação se deu pelo maior saldo em caixa e melhora do EBITDA pelo aumento da venda de produtos laminados e/ou pela dinâmica mais favorável de preços no mercado brasileiro.

A Companhia apresenta índices de alavancagem que seus diretores consideram dentro do esperado para o momento de crescimento da Companhia e está preparada e tem condições de acessar o mercado para fazer frente a oportunidades de novos investimentos que surjam no setor.

Abaixo são apresentados determinados índices que evidenciam as condições financeiras e patrimoniais gerais da Companhia.

### Índice Dívida Líquida/Patrimônio Líquido

<i>(Em milhares de Reais, exceto percentuais)</i>	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
<b>(A) Endividamento</b>	<b>1.038.914</b>	<b>925.019</b>	<b>731.988</b>
Empréstimos e Financiamentos	1.038.914	925.019	731.988
<b>(B) Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>562.812</b>	<b>228.179</b>	<b>120.017</b>
<b>(C=A-B) Dívida Líquida</b>	<b>476.102</b>	<b>696.840</b>	<b>611.971</b>
(D) Patrimônio Líquido	1.524.860	1.059.097	529.567
(E=C/D) Dívida Líquida / Patrimônio Líquido	0,31	0,66	1,16

A Companhia monitora seu capital com base no índice correspondente à dívida líquida expressa como percentual do patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

A administração da Companhia interpreta que quanto menor o indicador, melhor, pois demonstra se o patrimônio líquido (recursos próprios) da empresa será capaz de cobrir o valor das dívidas, caso necessário. Este índice apresentou uma diminuição entre 2020 e 2022, e esta variação se deu pela menor dívida líquida da Companhia ao longo deste período e um concomitante aumento do patrimônio líquido. O aumento do patrimônio líquido, por sua vez, se deu pela maior formação de reservas de lucros, de incentivos fiscais e aumento do capital social mediante capitalização de reservas, acompanhando o aumento de cerca de 440% no resultado líquido da Companhia no período.

### Índice de liquidez corrente

<i>(Em milhares de Reais, exceto percentuais)</i>	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Ativo Circulante (a)	1.176.329	735.069	442.088
Passivo Circulante (b)	357.184	323.447	387.165
<b>Liquidez corrente (a/b)</b>	<b>3,29</b>	<b>2,27</b>	<b>1,14</b>

A liquidez corrente não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e possui a finalidade de avaliar a capacidade de pagamento da Companhia frente as suas

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

obrigações. É um indicador que é calculado por meio da razão entre o ativo circulante e o passivo circulante, apresentados nos balanços patrimoniais. Este índice não deve ser considerado isoladamente ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais. O índice de liquidez corrente aumentou entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2022, devido principalmente ao maior saldo de caixa e equivalentes de caixa, de estoques e de contas a receber.

### b) Estrutura de capital

Abaixo encontra-se demonstrada a divisão da estrutura de capital da Companhia entre capital próprio (representada pelo patrimônio líquido) e capital de terceiros (correspondente à soma do passivo circulante e não circulante):

<i>(Em milhares de Reais, exceto percentuais)</i>	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Passivo Circulante (a)	357.184	323.447	387.165
Passivo Não Circulante (b)	1.005.703	877.436	830.721
Patrimônio Líquido (c)	1.524.860	1.059.097	529.567
<b>Total (d)</b>	<b>2.887.747</b>	<b>2.259.980</b>	<b>1.747.453</b>
Capital de terceiros ((a+b)/d)	47,2%	53,1%	69,7%
Capital próprio (c/d)	52,8%	46,9%	30,3%

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia era de R\$483.709 mil (quatrocentos e oitenta e três milhões, setecentos e nove mil reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 1.031.745 ações ordinárias nominativas e 206.231 ações preferenciais nominativas. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia era de R\$180.000 mil (cento e oitenta milhões), dividido em 1.032.145 ações ordinárias nominativas, 363.459 ações preferenciais nominativas classe A e 206.231 ações nominativas classe B, sem valor nominal.

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 a Companhia apresentou aumento na proporção de capital próprio em sua estrutura de capital, principalmente em razão do aumento de capital no montante de (i) R\$170.000 mil, ocorrido em 30 de novembro 2020, (ii) R\$191.203 mil, ocorrido em 28 de abril de 2022 e (iii) R\$133.737 mil, ocorrido em 27 de maio de 2022, compensados parcialmente com a redução de capital de R\$21.232 mil, ocorrida em 30 de novembro de 2022. Os documentos referentes a estes aumentos e redução de capital podem ser encontrados no site da Companhia (ri.avb.com.br). O aumento na retenção de lucros e reservas de incentivos fiscais neste período também contribuiu para o aumento da proporção do capital próprio na estrutura de capital da Companhia.

A administração da Companhia acredita que sua estrutura de capital atual é adequada para a continuidade das operações.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A administração da Companhia acredita que a estrutura de capital da Companhia seja suficiente para suprir suas necessidades de caixa, relativas às suas obrigações contratuais decorrentes de empréstimos, financiamentos, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá inalterada. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía R\$1.038.914 mil relativos a empréstimos e financiamentos contratados, sendo R\$191.180 mil devidos no curto prazo. Na mesma data, a Companhia possuía R\$562.812 mil em caixa e equivalentes de caixa, o que na visão dos Administradores da Companhia demonstra a liquidez necessária para honrar seus compromissos de curto prazo. Quanto às obrigações de longo prazo, em 31 de dezembro de 2022 correspondiam a R\$847.734 mil, frente a um ativo não circulante equivalente a R\$1.711.418 mil. Em razão disso, do crescimento consistente da receita líquida de venda, que passou de R\$900.943 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$1.892.590 mil em 31 de dezembro de 2022 e do aumento da geração de caixa operacional, que passou de R\$234.968 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$557.400 mil em 31 de dezembro de 2022, os Administradores da Companhia acreditam que a Companhia também terá condições de honrar os compromissos de longo prazo por ela assumidos. Além disso, caso seja necessário contrair empréstimos para financiar investimentos e aquisições, a administração da Companhia acredita que ela possui condições de contratar e de honrar tais obrigações.

Para maiores detalhes a respeito dos empréstimos e financiamento existentes em 31 de dezembro de 2022 vide item 2.1.f.i a seguir.

### d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes

A Companhia financia suas atividades parte com capital próprio, com o caixa gerado pelo negócio e parte com capital de terceiros via contratos de empréstimos e financiamentos, conforme demonstrado a seguir:

<i>(Em milhares de Reais, exceto percentuais)</i>	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>			
Curto Prazo (a)	191.180	194.687	81.177
Longo Prazo (b)	847.734	730.332	650.811
<b>Total (c=a+b)</b>	<b>1.038.914</b>	<b>925.019</b>	<b>731.988</b>
% curto prazo (a/c)	18,4%	21,0%	11,1%
% longo prazo (b/c)	81,6%	79,0%	88,9%
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>	<b>557.400</b>	<b>214.020</b>	<b>234.968</b>

A estratégia da Companhia em investimentos recorrentes (CAPEX) visa o aumento da capacidade verticalizada de produção e segurança no fornecimento de matérias primas. Em linha com sua estrutura de capital e sua estratégia de investimento, a Companhia utiliza de sua própria receita líquida de vendas para financiar seus investimentos em ativos não circulantes e linhas de crédito e financiamentos para completar o capital de giro e manter seu caixa saudável. Para maiores detalhes a respeito dos empréstimos e financiamento existentes em 31 de dezembro de 2022 vide item 2.1.f.i a seguir.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A principal fonte de recursos para o capital de giro da Companhia é a receita de suas operações, por meio da comercialização de seus produtos, conjuntamente com o acesso a linhas de crédito e financiamentos. Caso seja necessário contrair novos empréstimos para financiar investimentos e aquisições, a administração da Companhia acredita que ela possui condições de contratar e de honrar tais obrigações junto a agências de fomento e instituições financeiras, tendo em vista o patamar relativamente estável do indicador Dívida Líquida / EBITDA que a Companhia vem apresentando nos últimos anos e que os administradores utilizam como base para a decisão estratégica de captação de novas dívidas.

### f) Níveis de endividamento e características das dívidas

#### i. Contratos de empréstimos e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo total de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) da Companhia era de R\$1.038.914 mil, enquanto a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$562.812 mil. Em 31 de dezembro de 2022, 82% do saldo total de empréstimos e financiamentos da Companhia tinha perfil de longo prazo, comparado a 79% e 89% em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente, conforme demonstrado abaixo:

<i>(Em milhares de Reais, exceto percentuais)</i>	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Empréstimos e Financiamentos CP	191.180	194.687	81.177
Empréstimos e Financiamentos LP	847.734	730.332	650.811
	<b>1.038.914</b>	<b>925.019</b>	<b>731.988</b>

A administração julga que o perfil da dívida da Companhia é adequado face aos seus compromissos e geração de caixa e que ela possui capacidade de obter novos recursos no mercado se e conforme necessário.

A tabela abaixo evidencia a composição do vencimento do saldo dos empréstimos e financiamentos da Companhia:

<i>(Em milhares de Reais, exceto percentuais)</i>	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
2021			81.177
2022		194.687	261.989
2023	191.180	222.267	137.303
2024	196.095	218.401	132.141
2025	97.499	117.878	68.165
2026	60.612	80.520	49.593
Após 2026	493.528	91.266	1.620
	<b>1.038.914</b>	<b>925.019</b>	<b>731.988</b>

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A tabela abaixo reproduz as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento e debêntures, considerados relevantes, da Companhia:

(Em milhares de Reais, exceto percentuais)	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros 2022 (% a.a.)	Em 31 de dezembro de		
				2022	2021	2020
Industrial	12/2026	Real	10,0%	301.414	365.537	397.412
Capital de Giro	07/2026	Real	8,2%	114.037	273.473	277.472
Debêntures/CRA	04/2032	Real	13,6%	620.531	244.890	0
Rural	11/2030	Real	3,5%	2.932	3.186	3.420
Exportação	11/2023	Real	-	0	37.933	53.684
				<b>1.038.914</b>	<b>925.019</b>	<b>731.988</b>

### Industrial

Operações de financiamento por meio de linha de crédito FNE Industrial do Banco do Nordeste do Brasil que totalizavam o montante de R\$301.414 mil em 31 de dezembro de 2022 (R\$365.537 mil em 31 de dezembro de 2021) com taxa pré-fixada 10,0% e efetiva de 8,5% ao ano (por bônus de adimplência de 15%), com vencimento até dezembro de 2026 e pagamentos mensais de juros e principal, com garantia real, com garantia adicional fidejussória e garantia adicional real e com garantia de hipoteca de imóveis rurais.

### Capital de Giro

As taxas de juros variam entre 4,0% pré-fixada a CDI + 3,2% pós-fixada, e os prazos de vencimento, de 6 meses a cerca de 2 anos. As garantias estão atreladas à ativos imobilizados, aval de empresas do grupo e/ou dos sócios. O saldo devedor dos financiamentos contratados pela Companhia sob esta modalidade em 31 de dezembro de 2022 era de R\$114.037 mil (R\$273.473 mil em 31 de dezembro de 2021).

### Debêntures/CRA

1ª emissão - Debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória e garantia adicional real e com garantia de hipoteca de imóveis rurais, em duas séries, para colocação privada, que serviram de lastro para a 33ª Emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) da Virgo Companhia de Securitização, com taxas pós-fixadas de CDI +2,5% na 1ª série e IPCA + 5,2% na 2ª série, sendo que, nesta última, foi feita operação SWAP para transformar os juros da dívida em CDI + 0,35%.

2ª emissão - Debêntures simples, não conversíveis em ações, sem garantia real ou fidejussória, em duas séries, para colocação privada, que serviram de lastro para a 120ª Emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) da Virgo Companhia de Securitização, com taxas pós-fixadas de IPCA +7,15% na 1ª série e IPCA + 7,37% na 2ª série, sendo que foi feita operação SWAP para transformar os juros da dívida em CDI + 1,7% e CDI + 2,0%, respectivamente.

### Rural

Operações de financiamento para investimento em atividades de infraestrutura produtiva para o setor florestal que totalizam o montante de R\$2.932 mil em 31 de dezembro de 2022 (R\$3.186 mil em 31 de

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

dezembro de 2021) com taxa pré-fixada de 3,5% e com garantia de hipoteca de imóveis rurais e aval de empresas do grupo e/ou dos sócios.

### ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia realizou contratações de operações de SWAP de taxas com o objetivo de proteger e gerenciar, principalmente, o risco dos indexadores que impactam suas operações. Essas operações visam reduzir a volatilidade da taxa de juros das debêntures série IPCA. A Companhia não possui instrumentos financeiros com fins especulativos. Nestas operações houve trocas (swap) dos índices de remuneração dessas debêntures do IPCA para CDI.

Composição do valor justo do swap - MTM						
Original	Posição ativa		Posição passiva		Resultado do exercício	
Valor	Indexador	Valor	Indexador	Valor	2022	2021
30.715	IPCA + 5,2 a.a.	<b>32.328</b>	CDI + 0,32% a.a.	<b>31.973</b>	<b>355</b>	62
76.093	IPCA + 5,2 a.a.	<b>78.680</b>	CDI + 0,36% a.a.	<b>79.345</b>	<b>-665</b>	-
62.500	IPCA + 7,37 a.a.	<b>68.712</b>	CDI + 2% a.a.	<b>69.765</b>	<b>-1.053</b>	-
337.500	IPCA + 7,15 a.a.	<b>357.168</b>	CDI + 1,7% a.a.	<b>363.410</b>	<b>-6.242</b>	-
506.808		<b>536.888</b>		<b>544.493</b>	<b>-7.605</b>	62

### iii. Grau de subordinação entre as dívidas

De acordo com os contratos das dívidas contraídas pela Companhia, não há precedência de qualquer dívida com relação à outra, mesmo em eventual concurso universal de credores. Considerando que nos contratos da Companhia não há ordem de precedência, em eventual concurso universal de credores, ressalvadas as garantias reais constituídas nos termos indicados acima, a Companhia obedece aos termos estabelecidos na legislação brasileira.

### iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia é parte como tomadora em contratos de empréstimos e financiamentos relevantes e, portanto, no contexto de tais empréstimos e financiamentos relevantes, está obrigada à observância de determinadas obrigações e restrições, incluindo hipóteses de *cross-default* e *cross-acceleration* sob pena de vencimento antecipado das dívidas. Tais restrições são usuais de mercado em operações como aquelas contratadas pela Companhia e incluem:

(i) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia (ii) pedido de falência da Companhia (iii) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia (iv) inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária; (v) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia e/ou qualquer controlada (vi) alteração do objeto social da Companhia, que substancialmente modifique ou restrinja as atividades desenvolvidas pela Companhia; e (vii) limitações quanto à existência de ônus, penhor, hipoteca, encargo ou outros gravames ou direitos de garantia sobre nosso patrimônio.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em relação às disposições de vencimento antecipado cruzado (*cross-default* ou *cross acceleration*), os seguintes contratos de empréstimo e financiamento relevantes, possuem tais disposições:

	Vencimento	Moeda	Taxa % a.a.	2022
Industrial	12/2026	Real	10,2	301.414
Debêntures	06/2031	Real	13,4	620.531
				<u>921.945</u>

Os contratos acima indicados representam 88,74% do endividamento financeiro da Companhia.

Nas debêntures de nossa emissão, conforme vigentes na data de apresentação deste Formulário de Referência, assumimos a obrigação de manter determinados indicadores financeiros (*covenants*) apurados anualmente na primeira emissão de Debêntures e trimestralmente na segunda emissão de Debêntures, com base em nossos balanços consolidados e indicadores não financeiros, dos quais podemos destacar:

- Indicadores Financeiros da Companhia, utilizados na 1° e 2° emissão de Debêntures.

Indicador	Índice contratado
Dívida Líquida / EBITDA ajustado	Inferior a 2,5x
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 3x

- Indicadores financeiros da Fiadora da Companhia, utilizados na 1° emissão de Debêntures.

Indicador	Índice contratado
Dívida Líquida / EBITDA ajustado	Inferior a 3,5x
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 3x

Para os fins dos índices acima:

Dívida Líquida - significa, com base nas respectivas demonstrações financeiras auditadas ou Informações Trimestrais (ITR) da Emissora revisadas, (i) empréstimo bancário de curto prazo; (ii) debêntures no curto prazo; (iii) empréstimo bancário de longo prazo; (iv) debêntures no longo prazo, (+/-) saldo líquido de instrumentos financeiros atrelados a swap de dívida (+) saldo de adiantamento de contratos de câmbio (+) saldo passivo líquido de mútuos da Emissora (+) operações de crédito para pagamento de fornecedores (crédito sacado) (+/-) saldo líquido de instrumentos derivativos ("Dívida Bruta") (-) caixa e equivalentes de caixa, assim como outras disponibilidades, de curto ou longo prazo, garantidoras de dívidas financeiras e/ou debêntures.

EBITDA (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization) ajustado - significa, com base nas respectivas demonstrações financeiras auditadas ou com base nas respectivas Informações Trimestrais (ITR) da Emissora revisadas: resultado operacional dos últimos doze meses antes dos juros e imposto de renda (+) amortizações, depreciações e exaustão, conforme Instrução CVM 527, de 04 de outubro de 2012, ajustado com a adição ou exclusão do valor justo de ativos biológicos, a perda (ganho) na baixa de ativo imobilizado e constituição (reversão) de provisão para contingências, créditos fiscais extemporâneos e outros resultados não recorrentes.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Despesa Financeira Líquida - significa, com base nas respectivas demonstrações financeiras auditadas da Emissora ou com base nas respectivas Informações Trimestrais (ITR) da Emissora revisadas, conforme o caso: despesas com juros e correção monetária totais diretamente vinculados à Dívida Bruta da Emissora (-) receitas financeiras totais (+/-) variações cambiais líquidas da Dívida Bruta.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e sua controlada cumpriam com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros, inclusive os *covenants* financeiros descritos acima, nos termos pactuados. Além disso, no fim de 2022 a Companhia figura como avalista e garantidora em contratos de empréstimos de outras empresas do Grupo, que somam um valor aproximado de R\$130.901 mil, estando sujeita às hipóteses de vencimentos antecipados previstas nos respectivos contratos.

### g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía saldos a liberar de financiamentos já contratados.

### h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

### (i) Comparação entre saldos das contas de resultado em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

(em milhares de reais, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de							
	2022	AV (%) 2022	2021	AV (%) 2021	Var.2022 x 2021	2020	AV (%) 200	Var.2021 x 2020
Receita líquida de vendas	1.892.590	100,00%	1.418.152	100,00%	33,45%	900.943	100,00%	57,41%
Custo dos produtos vendidos	-1.141.135	-60,29%	-746.846	-52,66%	52,79%	-619.701	-68,78%	20,52%
<b>Lucro bruto</b>	<b>751.455</b>	<b>39,71%</b>	<b>671.306</b>	<b>47,34%</b>	<b>11,94%</b>	<b>281.242</b>	<b>31,22%</b>	<b>138,69%</b>
Despesas com vendas	-142.859	-7,55%	-70.591	-4,98%	102,38%	-77.578	-8,61%	-9,01%
Despesas gerais administrativas	-69.455	-3,67%	-57.879	-4,08%	20,00%	-31.710	-3,52%	82,53%
Outras receitas (despesas) operacionais	162.277	8,57%	145.099	10,23%	11,84%	82.547	9,16%	75,78%
Resultado de equivalência patrimonial	-2022	-0,11%	-667	-0,05%	203,15%	-112	-0,01%	495,54%
Ganho (perda) sobre ativo biológico	-16.469	-0,87%	1.010	0,07%	-1730,59%	-11.844	-1,31%	-108,53%
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>	<b>682.927</b>	<b>36,08%</b>	<b>688.278</b>	<b>48,53%</b>	<b>-0,78%</b>	<b>242.545</b>	<b>26,92%</b>	<b>183,77%</b>
Receitas financeiras	57.608	3,04%	8.317	0,59%	592,65%	9.667	1,07%	-13,97%
Despesas financeiras	-152.608	-8,06%	-83.406	-5,88%	82,97%	-72.595	-8,06%	14,89%
Variações cambiais líquidas	4.133	0,22%	-5.277	-0,37%	-178,32%	-76.445	-8,48%	-93,10%
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>592.060</b>	<b>31,28%</b>	<b>607.912</b>	<b>42,87%</b>	<b>-2,61%</b>	<b>103.172</b>	<b>11,45%</b>	<b>489,22%</b>
Imposto de renda e contribuição social	-49.516	-2,62%	-64.293	-4,53%	-22,98%	-3.211	-0,36%	1902,27%
Corrente	-27.033	-1,43%	-32001	-2,26%	-15,52%	0	0,00%	n.m.
Diferido	-22.483	-1,19%	-32.292	-2,28%	-30,38%	-3.211	-0,36%	905,67%
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>542.544</b>	<b>28,67%</b>	<b>543.619</b>	<b>38,33%</b>	<b>-0,20%</b>	<b>99.961</b>	<b>11,10%</b>	<b>443,83%</b>

### 2022 x 2021:

- **Receita Líquida de vendas**

A receita líquida da Companhia decorre principalmente da venda de aços laminados. O total da receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 correspondeu a R\$1.892,6 milhões, um aumento de 33,5% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$1.418,2 milhões. As variações na receita líquida são explicadas, principalmente, pelo maior volume de

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

vendas e tendo, em contrapartida, uma redução no preço de venda. O aumento no volume de vendas veio tanto do vergalhão quanto fio máquina.

- **Custos dos bens ou serviços vendidos**

O custo produtos vendidos apresentou um aumento de 52,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando representava R\$1.141,1 milhões, em comparação a R\$746,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa variação decorreu, principalmente, do aumento dos custos com matérias primas e aumento no volume de vendas.

- **Lucro Bruto**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o lucro bruto totalizou R\$751,5 milhões, enquanto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, correspondeu a R\$671,3 milhões. A margem bruta acumulada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de 39,7%, 7,6 pontos percentuais abaixo do exercício social encerrado em 2021, de 47,3%, sendo esta variação decorrente das modificações de redução de preço de venda e aumento dos custos acima mencionadas.

- **Despesas com Vendas**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as despesas com vendas totalizaram R\$142,9 milhões, um aumento de 102,4%, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizaram R\$70,6 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, pelo aumento do custo do frete no período acompanhado pelo aumento do volume de vendas.

- **Despesas Gerais e Administrativas**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$69,5 milhões, um aumento de 20,0%, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizaram R\$57,9 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, pelo (i) aumento de despesas com pessoal, fruto do aumento do número de funcionários e dissídio salarial e (ii) impostos sobre outras receitas.

- **Outras receitas (despesas) operacionais**

As outras receitas (despesas) operacionais totalizaram R\$162,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e R\$145,1 milhões em de dezembro de 2021, esse aumento é advindo principalmente do incentivo fiscal do ICMS que é calculado sobre o faturamento bruto.

- **Ganho (perda) sobre ativo biológico**

Ganho (perda) sobre ativo biológico totalizou uma perda de R\$16,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, em comparação a um ganho registrado em 31 de dezembro de 2021 de R\$1,0

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

milhão. Esse resultado é devido principalmente ao aumento dos preços nos insumos agrícolas e produtos relacionados.

- **Resultado Financeiro**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o resultado financeiro correspondeu a despesa de R\$90,9 milhões comparado com despesa de R\$80,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 13,1%. Esse aumento decorreu, principalmente, pela (i) maior despesa com encargo de debêntures e (ii) maior marcação a mercado do SWAP de IPCA para CDI, tendo em contrapartida maior receita com aplicações financeiras, acompanhando o aumento de caixa e equivalentes a caixa e aumento da taxa básica de juros (SELIC) no período.

- **Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício**

Como resultado das variações acima indicadas, a Companhia registrou lucro líquido de R\$542,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, em comparação a um lucro líquido de R\$543,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

### **2021 x 2020:**

- **Receita Líquida de vendas**

A receita operacional líquida da Companhia decorre principalmente da venda de aços laminados. O total da receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 correspondeu a R\$1.418,2 milhões, um aumento de 57,4% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$900,9 milhões. As variações na receita operacional líquida são explicadas pela melhoria de preços em todas as linhas de produtos da Companhia em 2021.

- **Custos dos bens ou serviços vendidos**

O custo produtos vendidos apresentou um aumento de 20,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando representava R\$746,8 milhões, em comparação a R\$619,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorreu, principalmente, do aumento dos custos com matérias primas.

- **Lucro Bruto**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o lucro bruto totalizou R\$671,3 milhões, enquanto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, correspondeu a R\$281,2 milhões. A margem bruta acumulada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de 47,3%, 16,1 pontos percentuais acima do exercício social encerrado em 2020, de 31,2%, sendo esta variação decorrente das modificações de receita e custos acima mencionadas.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- **Despesas com Vendas**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, as despesas com vendas totalizaram R\$70,6 milhões, uma queda de 9,0%, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizaram R\$77,6 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, pela redução do volume de vendas no período.

- **Despesas Gerais e Administrativas**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$57,9 milhões, um aumento de 82,5%, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizaram R\$31,7 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, (i) ao aumento de despesas com pessoal, fruto do aumento do número de funcionários e dissídio salarial, (ii) contratação de serviços de consultoria e advogados, (iii) dentre outros.

- **Outras receitas (despesas) operacionais**

As outras receitas (despesas) operacionais totalizaram R\$145,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e R\$82,6 milhões em de dezembro de 2020, esse aumento é advindo principalmente do incentivo fiscal do ICMS que é calculado sobre o faturamento bruto.

- **Ganho (perda) sobre ativo biológico**

Ganho (perda) sobre ativo biológico totalizou um ganho de R\$1,0 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, em comparação a uma perda registrada em 31 de dezembro de 2020 de R\$11,8 milhões. Esse resultado é advindo principalmente da avaliação negativa do volume de produtividade das florestas ocorrida em 2020.

- **Resultado Financeiro**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o resultado financeiro correspondeu a despesa de R\$80,4 milhões comparado com despesa de R\$139,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 42,3%. Essa redução decorreu, principalmente, pela menor variação cambial ocorrida no ano de 2021.

- **Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício**

Como resultado das variações acima indicadas, a Companhia registrou lucro líquido de R\$543,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, em comparação a um lucro líquido de R\$100,0 milhões no exercício social encerrado 31 de dezembro de 2020, uma variação de R\$443,7 milhões no período.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### (ii) Comparação entre os valores relativos aos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

<i>(em milhares de reais, exceto percentuais)</i>	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>	<b>228.179</b>	<b>120.017</b>	<b>19.104</b>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	557.400	214.020	234.968
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-277.457	-257.095	-129.101
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	53.825	151.330	-5.287
Variação cambial sobre Caixa e Equivalentes a Caixa	865	-93	333
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do período</b>	<b>562.812</b>	<b>228.179</b>	<b>120.017</b>

#### 2022 x 2021:

- **Atividades operacionais**

O fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais apresentou um aumento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou R\$557,4 milhões, em comparação com o mesmo período de 2021 (R\$214,0 milhões). Este aumento se deve, principalmente, pela menor variação em estoques e adiantamento de clientes, além do aumento em juros e cambiais líquidas.

- **Atividades de investimentos**

O caixa aplicado nas atividades de investimentos da Companhia foi de R\$277,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e R\$257,1 milhões em 31 de dezembro de 2021, aumento explicado pelo maior investimento em imobilizado e intangível e ativo biológico, tendo em contrapartida um menor investimento em aplicações financeiras.

- **Atividades de financiamento**

O caixa gerado pelas atividades de financiamento para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$53,8 milhões e R\$151,3 milhões em 31 de dezembro de 2021. Esta redução se deve ao maior pagamento de dividendos e empréstimos e financiamentos e arrendamentos em 2022, tendo em contrapartida um maior volume de empréstimos tomados.

#### 2021 x 2020:

- **Atividades operacionais**

O fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais apresentou uma redução no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$214,0 milhões, em comparação com o mesmo período de 2020 (R\$234,9 milhões), essa variação se deve, principalmente, pelo aumento dos estoques e contas a receber, além de uma quantidade menor de adiantamento de clientes no período.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- **Atividades de investimentos**

O caixa aplicado nas atividades de investimentos da Companhia foi de R\$257,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e R\$129,1 milhões em 31 de dezembro de 2020, aumento explicado pelo maior investimento em imobilizado e intangível, além do aumento nas aplicações financeiras.

- **Atividades de financiamento**

O caixa gerado pelas atividades de financiamento para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 totalizou R\$151,3 milhões e -R\$5,3 milhões em 31 de dezembro de 2020, explicado pela 1ª emissão de debêntures realizada pela Companhia em 2021.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### a) Resultados das operações da Companhia, em especial:

#### (i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os resultados operacionais da Companhia são oriundos principalmente da venda de produtos siderúrgicos, tais como fio máquina, vergalhão, tarugo e ferro gusa, sendo o mercado interno o maior consumidor, nos segmentos de construção civil e indústria.

Abaixo é apresentada a abertura da receita bruta auferida pela Companhia segregada por tipo de produto vendido nos períodos indicados:

	Em 31 de dezembro de		
<i>(em milhares de reais, exceto percentuais)</i>	2022	2021	2020
<b>Mercado interno</b>			
Laminados	2.193.763	1.733.169	966.104
Semiacabados	31.774	26.862	25.160
Outros	8.427	10.586	13.106
	<b>2.233.964</b>	<b>1.770.617</b>	<b>1.004.370</b>
<b>Mercado externo</b>			
Laminados	-	-	-
Semiacabados	101.826	-	88.591
Outros	-	-	10.257
	<b>101.826</b>	<b>0</b>	<b>98.848</b>
	<b>2.335.790</b>	<b>1.770.617</b>	<b>1.103.218</b>

#### (ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados de nossas operações são fortemente dependentes da venda de produtos laminados no mercado interno. Os principais fatores de impacto são o ritmo da economia doméstica, em especial da construção civil, da indústria e a demanda de aço no mundo.

Durante o período da pandemia, especialmente os anos de 2020 e 2021, o mercado do aço no Brasil em geral passou por um período de crescimento, afetando positivamente o desempenho da Companhia. Segundos os dados do Instituto Aço Brasil ("IABR"), as vendas internas de aços longos apresentaram crescimento de 8,7% e 12,1% em 2020 e 2021, respectivamente. Já a Companhia apresentou crescimento de 29,1% e queda de 6,1% no mesmo período. Apesar da queda na venda de aços longos apresentada em 2021, o volume de vendas ainda era 21,2% superior ao período pré-pandemia (2019). Em 2022, a Companhia continuou com seu crescimento nas vendas de aços longos, com crescimento de 36,4%, enquanto houve uma retração de 10,0% nas vendas internas de aços longos, conforme dados do IABR.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Na siderurgia, além dos preços internacionais, fatores como taxas de câmbio, alíquotas de importação, oferta e demanda internas podem afetar os preços de nossos produtos. Adicionalmente, o efeito de inflação e taxa de câmbio afetam os custos e as receitas, podendo impactar a rentabilidade do negócio.

Historicamente, o preço do aço apresenta uma correlação com o preço do minério de ferro. Este, por sua vez, tem sua cotação fixada em dólar no mercado internacional, fazendo com que a Companhia sofra influência do fator câmbio neste aspecto:

	2022	2021	2020
<i>Varição Anual Receita Líquida por Tonelada - Laminados AVB (%)</i>	-7,9%	92,5%	18,5%
<i>Varição Anual Preço Minério de Ferro (62%) - BRL (%)</i>	-28,0%	54,1%	52,1%

O volume de vendas teve um crescimento de 28,1% de 2020 a 2022. Desta forma, considerando tanto o aumento no preço do aço quanto no volume de vendas, a Companhia apresentou um crescimento da receita líquida de 110,1% neste mesmo período:

	2022	2021	2020	Delta 22 x 20
Volume de Vendas Aços Longos - AVB (toneladas)	352.276	258.186	274.954	28,1%
<i>Varição Anual Volume de Vendas de Aços Longos AVB - (%)</i>	36,4%	-6,1%	29,1%	

	2022	2021	2020	Delta 22 x 20
Receita Líquida AVB (R\$ Mil)	1.892.590	1.418.152	900.943	110,1%
<i>Varição Anual Receita Líquida AVB - (%)</i>	33,5%	57,4%	27,4%	

Além disso, a Companhia vem, ano após ano, incrementando seu percentual de vendas nos segmentos especiais, que demandam a aplicação de um Fio Máquina de maior qualidade para serem utilizados em pregos, fixadores, arames industriais, indústria de solda, dentre outras aplicações:

	2022	2021	2020
<i>% Segmentos Especiais do total de Aços Longos - AVB</i>	18,8%	18,1%	15,5%

### c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante:

O minério de ferro e o biocarbono são os principais insumos da Companhia. O preço do minério de ferro é fixado em dólar no mercado internacional e determinado pela oferta e demanda mundial. Se os preços dos produtos de aço acabado não acompanharem os aumentos de preço do minério de ferro e biocarbono, os lucros e as margens da Companhia poderão ser reduzidos. Um aumento nos preços do minério de ferro ou a escassez na oferta para a Companhia afetariam os custos de produção e potencialmente reduziriam as margens operacionais.

Em 2022, o custo do produto vendido ("CPV") apresentou aumento de 52,8% em relação a 2021. Este aumento veio tanto pelo aumento no volume total de vendas da Companhia (+45,1%) como no aumento

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

no custo das matérias primas, como o biocarbono e outros insumos. Desta forma, o CPV por tonelada apresentou crescimento de 6,9% no período.

Em 2021, o CPV apresentou aumento de 20,5% em relação a 2021 devido, principalmente, ao aumento no custo das matérias primas, principalmente minério de ferro e biocarbono. Desta forma, o CPV por tonelada apresentou crescimento de 49,3% no período.

Em 2020, o CPV apresentou crescimento de 12,3% em relação a 2019 devido, principalmente, ao aumento no preço do minério de ferro. Desta forma, o CPV por tonelada apresentou crescimento de 2,7% no período.

A Companhia possui exposição à taxa de câmbio em aplicações financeiras, adiantamentos de fornecedores, (voltados para aquisição de imobilizado e matérias primas) e fornecedores. A exposição líquida consolidada está demonstrada a seguir:

Exposição em Dólar	Valores em US\$ Mil			Valores em R\$ Mil		
	2022	2021	2020	2022	2021	2020
Caixa e equivalentes a caixa	2.948	1.965	26	15.382	10.965	135
Adiantamentos (imobilizado e estoque)	8.023	1.418	1.198	41.863	7.912	6.228
<b>Total do Ativo</b>	<b>10.971</b>	<b>3.383</b>	<b>1.224</b>	<b>57.245</b>	<b>18.877</b>	<b>6.363</b>
Fornecedores	-1.716	-1.618	-1.503	-8.952	-9.030	-7.812
Adiantamento de Clientes	0	0	-29.186	0	0	-151.670
Comissão de agentes de exportação	0	0	-10.874	0	0	-56.509
<b>Total do Passivo</b>	<b>-1.716</b>	<b>-1.618</b>	<b>-41.563</b>	<b>-8.952</b>	<b>-9.030</b>	<b>-215.991</b>
<b>Exposição Líquida Total em Dólar</b>	<b>9.255</b>	<b>1.765</b>	<b>-40.339</b>	<b>48.293</b>	<b>9.847</b>	<b>-209.628</b>

Exposição em Euro	Valores em €\$ Mil			Valores em R\$ Mil		
	2022	2021	2020	2022	2021	2020
Adiantamentos (imobilizado e estoque) - Ativo	1.178	1.250	632	6.560	7.900	4.030
Fornecedores - Passivo	-102	-157	0	-567	-990	0
<b>Exposição Líquida Total em Euro</b>	<b>1.076</b>	<b>1.093</b>	<b>632</b>	<b>5.993</b>	<b>6.910</b>	<b>4.030</b>

A Companhia está exposta aos riscos da taxa de juros sobre seus empréstimos e financiamentos, não tendo nenhuma dívida emitida no mercado internacional e/ou atrelada ao dólar ou outra moeda que não sua moeda funcional (Real). Os recursos financeiros classificados como Caixa e Bancos e Aplicação Financeira referem-se substancialmente a aplicações em fundos e bancos de primeira linha, priorizando instrumentos com perfil conservador e liquidez imediata, visando preservação do capital. Os rendimentos dos investimentos são majoritariamente atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A Companhia mantém também aplicações financeiras de longo prazo em fundos de investimentos e CDB - Certificado de Depósito Bancário para garantia de empréstimos junto às instituições financeiras e aplicações de longo prazo não vinculados.

## 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

**a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2**

Não houve mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

**b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Os relatórios do auditor independente referentes às demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 não apresentaram ressalvas e ênfases.

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

### a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Nenhum segmento operacional foi introduzido ou alienado no âmbito das atividades da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 ou no exercício social corrente.

### b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 30 de novembro de 2022, foi aprovada a cisão parcial da Aço Verde do Brasil S.A. com a transferência de ativos e passivos para a Energia Viva Agroflorestal Ltda. e para a Empresa de Mecanização Rural Ltda., sendo que o capital social da Aço Verde do Brasil reduziu em R\$21,2 milhões, para R\$483,7 milhões. As partes envolvidas são sociedades integrantes do mesmo grupo econômico, sendo as incorporadoras sociedades controladas em comum com relação à AVB. O intuito da operação foi a de promover uma reorganização da Aço Verde do Brasil S.A., por meio da segregação de determinados ativos relacionados das suas atividades operacionais, por meio da cisão parcial do seu patrimônio e sua subsequente versão ao patrimônio das Incorporadoras, sendo (a) uma participação societária de 50% do capital total e votante na Cimento Verde do Brasil S.A. a ser absorvida pela Empresa de Mecanização Rural Ltda., no montante de R\$13,8 milhões, e (b) direitos sobre determinados imóveis rurais a serem absorvidos na Energia Viva Agroflorestal Ltda., com emissão de novas cotas representativas do capital social desta, a ser entregue aos sócios controladores, que em sequência contribuíram essas cotas à Empresa de Mecanização Rural Ltda., no montante de R\$7,4 milhões.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária relevante por parte da Companhia.

### c) Eventos ou operações não usuais

Em outubro de 2020, foi realizada a desmobilização de uma unidade de Alto Forno com sua respectiva baixa no valor líquido de R\$39.472 mil por força da construção de um novo Alto Forno em outra unidade da Companhia (Aciaria) que irá permitir a completa operação da Companhia. O início das atividades desse novo Alto Forno ocorreu no primeiro semestre 2021.

## 2.5 Medições não contábeis

### (a) valor das medições não contábeis

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

### (b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras combinadas-consolidadas auditadas

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

### (c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## 2.6 Eventos subsequentes as DFs

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## 2.7 Destinação de resultados

	2022	2021	2020
<b>a. regras sobre retenção de lucros</b>	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, sobre o lucro líquido do exercício: (i) 5% (cinco por cento) será destinado, antes de qualquer outra destinação, para a reserva legal, até o limite máximo previsto na Lei das Sociedades por Ações; (ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reservas de incentivos fiscais decorrentes de doações ou subvenções governamentais; (iii) uma parcela a Companhia manterá para a reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Garantia Operacional", que terá por fim o reforço de caixa para condução dos negócios bem como o financiamento e a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos; (iv) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências nos termos do Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; e (v) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, sobre o lucro líquido do exercício: (i) 5% (cinco por cento) será destinado, antes de qualquer outra destinação, para a reserva legal, até o limite máximo previsto na Lei das Sociedades por Ações; (ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reservas de incentivos fiscais decorrentes de doações ou subvenções governamentais; (iii) uma parcela a Companhia manterá para a reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Garantia Operacional", que terá por fim o reforço de caixa para condução dos negócios bem como o financiamento e a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos; (iv) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências nos termos do Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; e (v) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, sobre o lucro líquido do exercício: (i) 5% (cinco por cento) será destinado, antes de qualquer outra destinação, para a reserva legal, até o limite máximo previsto na Lei das Sociedades por Ações; (ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reservas de incentivos fiscais decorrentes de doações ou subvenções governamentais; (iii) uma parcela a Companhia manterá para a reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Garantia Operacional", que terá por fim o reforço de caixa para condução dos negócios bem como o financiamento e a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos; (iv) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências nos termos do Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; e (v) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.
<b>a.i. valores das retenções de lucros</b>	Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, do nosso lucro líquido no valor de R\$542.544 mil, acrescido de movimentação patrimonial positiva da conta de lucros do exercício no valor de R\$917 mil correspondente à realização de Reserva de Ajuste de Avaliação Patrimonial, realizamos as seguintes retenções: (i) R\$27.127 mil foram destinados à Reserva Legal; (ii) R\$241.691 mil para Reserva	Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, do nosso lucro líquido no valor de R\$543.619 mil, acrescido de movimentação patrimonial positiva da conta de lucros do exercício no valor de R\$1.156 mil correspondente à realização de Reserva de Ajuste de Avaliação Patrimonial, realizamos as seguintes retenções: (i) R\$11.002 mil foram destinados à Reserva Legal; (ii) R\$191.690 mil para Reserva	Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, do nosso lucro líquido no valor de R\$99.961 mil, acrescido de movimentação patrimonial positiva da conta de lucros do exercício no valor de R\$19.476 mil correspondente à realização de Reserva de Ajuste de Avaliação Patrimonial; e R\$6.042 mil de reapropriação da Reserva de Incentivos Fiscais, realizamos as seguintes retenções: (i) R\$4.998 mil foram destinados

## 2.7 Destinação de resultados

	2022	2021	2020
	<p>de Incentivos Fiscais; e (iii) R\$218.985 mil para Reserva de Garantia Operacional.</p> <p>Os montantes de lucro líquido, dividendos e retenções acima descritos são calculados em conformidade com as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p>	<p>de Incentivos Fiscais; e (iii) R\$298.456 mil para Reserva de Garantia Operacional.</p> <p>Os montantes de lucro líquido, dividendos e retenções acima descritos são calculados em conformidade com as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p>	<p>à Reserva Legal; (ii) R\$82.488 mil para Reserva de Incentivos Fiscais; e (iii) R\$36.438 mil para Reserva de Garantia Operacional.</p> <p>Os montantes de lucro líquido, dividendos e retenções acima descritos são calculados em conformidade com as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p>
<b>a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados</b>	<p>(i) Reserva Legal: 5,0%</p> <p>(ii) Reserva de Incentivos Fiscais: 44,5%</p> <p>(iii) Reserva de Garantia Operacional: 40,4%</p>	<p>(i) Reserva Legal: 2,0%</p> <p>(ii) Reserva de Incentivos Fiscais: 35,3%</p> <p>(iii) Reserva de Garantia Operacional: 54,9%</p>	<p>(i) Reserva Legal: 5%</p> <p>(ii) Reserva de Incentivos Fiscais: 82,5%</p> <p>(iii) Reserva de Garantia Operacional: 36,5%</p>
<b>b. regras sobre distribuição de dividendos</b>	<p>O Estatuto Social assegura a seus Acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores. As ações preferenciais fazem jus a um dividendo prioritário, fixo e cumulativo de R\$ 4,7519529071769 (quatro reais vírgula sete, cinco, um, nove, cinco, dois, nove, zero, sete, um, sete, seis, nove) por ação, corrigido pela variação positiva do IPCA apurada anualmente, a partir de 02 de dezembro de 2020. Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os dividendos somente podem ser distribuídos, depois de efetuada a dedução, antes de qualquer participação, dos prejuízos acumulados e da provisão para o Imposto sobre a Renda. A Lei das Sociedades por Ações autoriza que a Companhia pague dividendos à conta do lucro líquido do exercício, de lucros acumulados ou de reserva de lucros (excluída a reserva legal).</p> <p>Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, (i) R\$1.141 mil foram destinados para pagamento de dividendo preferencial prioritário fixo; (ii) R\$54.517 mil para dividendo mínimo</p>	<p>O Estatuto Social assegura a seus Acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores. As ações preferenciais classe B fazem jus a um dividendo prioritário, fixo e cumulativo de R\$ 4,7519529071769 (quatro reais vírgula sete, cinco, um, nove, cinco, dois, nove, zero, sete, um, sete, seis, nove) por ação, corrigido pela variação positiva do IPCA apurada anualmente, a partir de 02 de dezembro de 2020. Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os dividendos somente podem ser distribuídos, depois de efetuada a dedução, antes de qualquer participação, dos prejuízos acumulados e da provisão para o Imposto sobre a Renda. A Lei das Sociedades por Ações autoriza que a Companhia pague dividendos à conta do lucro líquido do exercício, de lucros acumulados ou de reserva de lucros (excluída a reserva legal).</p> <p>Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, (i) R\$1.079 mil foram destinados para pagamento de dividendo preferencial</p>	<p>O Estatuto Social assegura a seus Acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores. Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os dividendos somente podem ser distribuídos, depois de efetuada a dedução, antes de qualquer participação, dos prejuízos acumulados e da provisão para o Imposto sobre a Renda. A Lei das Sociedades por Ações autoriza que a Companhia pague dividendos à conta do lucro líquido do exercício, de lucros acumulados ou de reserva de lucros (excluída a reserva legal).</p> <p>Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, (i) R\$980 mil foram destinados para pagamento de dividendo preferencial prioritário fixo; e (ii) R\$574 mil para dividendo mínimo obrigatório.</p> <p>Os montantes de lucro líquido, dividendos e retenções acima</p>

## 2.7 Destinação de resultados

	2022	2021	2020
	<p>obrigatório e dividendo adicional.</p> <p>Os montantes de lucro líquido, dividendos e retenções acima descritos são calculados em conformidade com as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p>	<p>prioritário fixo; (ii) R\$42.549 mil para dividendo mínimo obrigatório e dividendo adicional.</p>	<p>descritos são calculados em conformidade com as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p>
<b>c. periodicidade das distribuições de dividendos</b>	Anual, sendo permitida a distribuição de dividendos intercalares e intermediários	Anual, sendo permitida a distribuição de dividendos intercalares e intermediários	Anual, sendo permitida a distribuição de dividendos intercalares e intermediários
<b>d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</b>	<p>A Companhia possui com a SUDENE (antiga ADENE), incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda tendo como base de cálculo o lucro da exploração, limitado à produção de 360.000 toneladas/ano (limite máximo).</p> <p>A Companhia possui ainda com o Estado do Maranhão, o incentivo da lei estadual nº 10.690 de 26 de setembro de 2017, que concede benefício no âmbito do ICMS. O prazo de incentivo é de 10 anos, não podendo ultrapassar 31 de dezembro de 2032. A partir dessa adesão, a Companhia extinguiu os incentivos do SINCOEX.</p> <p>A redução do imposto de renda (SUDENE) e o incentivo da lei estadual nº 10.690/17 são incentivos contabilizados no resultado do período. A parcela do lucro líquido decorrente destes incentivos, são destinadas para reserva de incentivos fiscais e excluídas da base de cálculo do dividendo obrigatório.</p>	<p>A Companhia possui com a SUDENE (antiga ADENE), incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda tendo como base de cálculo o lucro da exploração, limitado à produção de 360.000 toneladas/ano (limite máximo).</p> <p>No exercício social de 2021, a Companhia possuía ainda com o Estado do Maranhão, o Sistema de Apoio à Indústria e ao Comércio Exterior do Estado do Maranhão ("SINCOEX") que é um incentivo fiscal sob a forma de financiamento subsidiado, destinado às Empresas Industriais e Agroindustriais (EIA) com projetos de implantação, ampliação e realocização, bem como às Empresas Especializadas em Comércio Exterior (ECEX).</p> <p>A redução do imposto de renda (SUDENE) e o SINCOEX são incentivos contabilizados no resultado do período. A parcela do lucro líquido decorrente destes incentivos, são destinadas para reserva de incentivos fiscais e excluídas da base de cálculo do dividendo obrigatório.</p>	<p>A Companhia possui com a SUDENE (antiga ADENE), incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda tendo como base de cálculo o lucro da exploração, limitado à produção de 360.000 toneladas/ano (limite máximo).</p> <p>No exercício social de 2020, a Companhia possuía ainda com o Estado do Maranhão, o Sistema de Apoio à Indústria e ao Comércio Exterior do Estado do Maranhão ("SINCOEX") que é um incentivo fiscal sob a forma de financiamento subsidiado, destinado às Empresas Industriais e Agroindustriais (EIA) com projetos de implantação, ampliação e realocização, bem como às Empresas Especializadas em Comércio Exterior (ECEX).</p> <p>A redução do imposto de renda (SUDENE) e o SINCOEX são incentivos contabilizados no resultado do período. A parcela do lucro líquido decorrente destes incentivos, são destinadas para reserva de incentivos fiscais e excluídas da base de cálculo do dividendo obrigatório.</p>
<b>e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela</b>	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalizada.	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalizada.	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalizada.

## 2.7 Destinação de resultados

	2022	2021	2020
aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.			

## 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*) tais como: (i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando os respectivos passivos; (ii) contratos de futura compra e venda de produtos e serviços; (iii) contratos de construção não terminada; e (iv) contratos de recebimento futuros de financiamentos.

Todos os ativos e passivos assumidos pela Companhia e suas controladas estão registrados em seu balanço patrimonial. Portanto, não há ativos ou passivos detidos pela Companhia e suas controladas que não estejam evidenciados em seu balanço patrimonial.

b) **Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

## 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

**a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

**b) natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

**c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

## 2.10 Planos de negócios

### a) Investimentos

#### (i) Descrição dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2015, a Unidade de Aciaria entrou em operação, com uma capacidade instalada de até 600.000 toneladas ao ano e em 2018 entrou em operação a laminação com capacidade instalada para produção de fio máquina, vergalhão e arame de até 600.000 toneladas ao ano. O investimento realizado em imobilizado e ativos florestais nos anos de 2020, 2021 e 2022 foram de R\$127,7 milhões, R\$195,5 milhões e R\$278,7 milhões, respectivamente. Os principais projetos em andamento da Companhia, referentes a melhoria nos processos industriais e de expansão da capacidade produtiva, estão abaixo elencados:

Projeto	Previsão de conclusão	31/12/2022	31/12/2021
Termoelétrica	04/2023	45.009	18.050
Aciaria	12/2023	29.705	14.073
Loteamento - Metal mecânico	12/2023	20.198	-
Parque industrial - Infraestrutura	12/2023	46.295	33.348
Briquete	12/2023	19.928	-
Alto forno	12/2024	6.450	8.434
Outros	12/2023	12.941	5.906
		<b>180.526</b>	<b>79.811</b>

#### (ii) Fontes de financiamento dos investimentos:

A Companhia financia suas atividades parte com capital próprio, com o caixa gerado pelo negócio, e parte com capital de terceiros via contratos de financiamento (conforme detalhado no item 2.1(f) deste Formulário de Referência).

#### (iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

### b) Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos previstos que possam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

### c) Novos produtos e serviços, indicando:

#### (i) Pesquisas em andamento

Não aplicável à operação da Companhia.

#### (ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

## 2.10 Planos de negócios

Não aplicável à operação da Companhia.

### (iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável à operação da Companhia.

### (iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável à operação da Companhia.

### d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia inaugurou em dezembro 2022, a termoelétrica com capacidade de 10 MW, a um custo total de cerca de R\$40,0 milhões, e será capaz de produzir até 30% da necessidade de energia elétrica da usina em Açailândia. A termoelétrica utilizará os gases do processo gerados nos altos-fornos como combustível, sendo considerada uma energia renovável.

A Companhia vem investindo também em uma planta de briquetes a frio, tendo já investido, até o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o montante de cerca de R\$20,0 milhões, que será responsável por reduzir em pelo menos 10% do consumo de minério de ferro e biocarbono empregado nos altos-fornos para produção de ferro-gusa e dará destinação aos resíduos sólidos gerados no processo produtivo que até então não continham uma destinação ou reuso produtivo.

Em abril de 2022, foi criado o Instituto AVB, que tem como principal objetivo consolidar as ações que a Companhia já vem realizando nos últimos anos nas áreas de saúde, educação, cultura e lazer nas comunidades e ambientes onde atua.

Além desses investimentos, a Companhia mantém, desde 2018, inventário anual de CO<sub>2</sub> realizado conforme metodologia do GHG Protocol e Worldsteel, e verificado pela Société Générale de Surveillance (SGS), obtendo os seguintes números:

	2018	2019	2020	2021	2022
<b>Tonelada de CO<sub>2</sub> por cada tonelada de aço produzida</b>	0,10	0,06	-0,04	0,02	0,02

## **2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

### **3.1 Projeções divulgadas e premissas**

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80, a divulgação de projeções e estimativas neste Formulário de Referência é facultativa, desde que a administração da Companhia não tenha divulgado projeções e estimativas. Assim, tendo em vista que não foram divulgadas projeções e estimativas até o momento, a administração da Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas aos negócios ou atividades da Companhia.

### **3.2 Acompanhamento das projeções**

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80, a divulgação de projeções e estimativas neste Formulário de Referência é facultativa, desde que a administração da Companhia não tenha divulgado projeções e estimativas. Assim, tendo em vista que não foram divulgadas projeções e estimativas até o momento, a administração da Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas aos negócios ou atividades da Companhia.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

### Descrição dos fatores de risco:

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência que expressam aquilo que, à luz do entendimento da Companhia, pode afetar substancial e adversamente seus negócios, sua condição financeira e seus resultados operacionais, influenciando, deste modo, eventuais decisões de investimento relacionadas à Companhia.

Para os fins desta seção “4.1. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia, bem como no preço, liquidez e volume de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

A seguir, estão descritos os principais fatores de risco considerados relevantes, na data deste Formulário de Referência, que a Companhia acredita influenciarem a decisão de investidores em adquirir valores mobiliários emitidos por ela. Caso esses riscos venham a se materializar, os negócios, a situação financeira e patrimonial, e o preço dos valores mobiliários emitidos pela Companhia podem ser adversamente afetados. Os riscos descritos a seguir são, na data deste Formulário de Referência, aqueles que a Companhia conhece e que acredita que podem afetá-la adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos pela Companhia atualmente, ou que a Companhia considera irrelevantes na data deste Formulário de Referência, também podem vir a afetá-la adversamente.

Antes de tomar qualquer decisão de investimento referente a qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados a seguir e as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas da Companhia.

#### a) Riscos relacionados à Companhia

##### (i) Os resultados operacionais da Companhia poderão ser prejudicados se houver diminuição na demanda de aço.

A demanda por aço é cíclica tanto no Brasil quanto no exterior e, assim, uma redução na demanda do aço no mercado local e internacional pode afetar adversamente a Companhia. Sendo assim, os resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados pelas flutuações macroeconômicas dos mercados globais e das economias domésticas dos países consumidores de aço, assim como por mudanças no ambiente de negócios, principalmente nos mercados de construção civil, serralheiro, indústria e agropecuário.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Dessa forma, qualquer redução significativa na demanda de aço no mercado doméstico ou internacional poderá causar um efeito adverso para os negócios e resultados operacionais da Companhia.

**(ii) Acidentes ou falhas em equipamentos utilizados nas atividades operacionais poderão levar à queda ou paralisação da produção, o que poderá reduzir as receitas operacionais da Companhia.**

O processo de produção do aço pela Companhia depende de alguns equipamentos cruciais, como altos-fornos, convertedores e laminadores. Esses equipamentos poderão apresentar defeitos graves ou avarias que podem gerar interrupções significativas do processo produtivo, diminuindo assim os volumes de produção da Companhia e sua capacidade de honrar seus compromissos com clientes, além de poder demandar investimentos relevantes para manutenção preventiva e corretiva, pagamento de multas contratuais, rescisões contratuais e/ou a necessidade de compra, pela Companhia, de produtos de seus concorrentes para fazer frente às suas obrigações com seus clientes, o que poderá impactar adversamente seus negócios e suas receitas operacionais.

Portanto, na ocorrência de eventual suspensão do uso de seus equipamentos, em razão de acidentes ou falhas significativas, os resultados operacionais e negócios da Companhia podem ser afetados de forma adversa.

**(iii) As operações da Companhia estão expostas à possibilidade de perdas por paralisações de terceiros e outros eventos que não estão no controle da Companhia e que podem afetar negativamente seu desempenho financeiro.**

Em suas operações a Companhia utiliza o transporte rodoviário para abastecimento de biocarbono e escoamento da venda do aço para desenvolver suas atividades. Em razão disso a Companhia está sujeita a paralisações e bloqueios de rodovias e outras vias públicas, a exemplo da greve dos caminhoneiros em maio de 2018, quando os caminhoneiros brasileiros iniciaram uma greve nacional para reivindicação de redução de tributos incidentes sobre o diesel e alteração da política de preços de combustíveis no Brasil. Naquele episódio a Companhia teve parte de suas operações afetadas à medida que foi reduzida a disponibilidade de motoristas para a realização de transportes rodoviários das cargas da Companhia. Paralisações e bloqueios de rodovias e outras vias públicas podem voltar a afetar negativamente os negócios e resultados da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia está exposta a interrupção de seus negócios devido a fatores políticos, bem como reivindicações trabalhistas, manifestações de grupos ou associações ambientalistas e/ou sociais, greves (de seus empregados ou daqueles vinculados às entidades com quem a Companhia se relaciona, tais como portos e caminhoneiros que abastecem os terminais da Companhia), movimentos indígenas e manifestações das comunidades que vivem no entorno das operações. Essas interrupções não estão cobertas por seguros contratados pela Companhia e podem causar um efeito adverso relevante nos resultados das suas operações.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

**(iv) Decisões desfavoráveis em processos judiciais, administrativos ou arbitrais podem causar efeitos adversos para a Companhia.**

A Companhia é ou pode vir a ser ré em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, ambiental, criminal, tributária e trabalhista, cujos resultados podem ser desfavoráveis.

A Companhia mantém provisões para demandas judiciais, as quais foram constituídas para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas, cíveis e ambientais, em valor julgado suficiente pela administração, segundo a avaliação e posição dos seus consultores jurídicos externos.

A Companhia figurava como reclamada, em 31 de dezembro de 2022, em 25 reclamações trabalhistas. Os pleitos dessas ações estão relacionados com a responsabilidade subsidiária e/ou solidária, adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras, ações indenizatórias decorrentes de suposto acometimento de doenças ocupacionais ou acidentes do trabalho, intervalo inter e intrajornada, e horas *in itinere*.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia figurava em 71 ações cíveis. As ações possuem objetos diversos, como indenizações decorrentes de suposta poluição, discussões contratuais, pagamentos de sobrestadias, questões imobiliárias, indenizações por acidente, dentre outros.

Para o mesmo período, dentre os processos judiciais ambientais em que a Companhia figurou como ré, encontram-se ações de execução de multas impostas em decorrência de supostas irregularidades e ações civis públicas com pedido de regularização cumulada com indenizações, que consistem em recomposições ambientais, na maioria dos casos. Tais processos, em geral, são decorrentes de discussões de supostos impactos ao meio ambiente relacionados às atividades industriais da Companhia.

Da mesma forma, um ou mais de seus administradores podem vir a ser réus em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, ambiental, criminal, tributária e trabalhista, cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente, especialmente se forem processos de natureza criminal, eventualmente impossibilitando-os ao exercício de suas funções na Companhia, o que poderá causar efeito adverso relevante na sua reputação, nos seus negócios ou nos seus resultados, direta ou indiretamente.

Decisões contrárias aos seus interesses, aos interesses de seus administradores e/ou de seus acionistas controladores, ou ainda aos seus prognósticos de perda, poderão representar perdas financeiras e impedir a realização de seus projetos conforme inicialmente planejados, podendo afetar adversamente sua reputação, seus negócios ou resultados. O valor de provisões feitas pela Companhia poderá ser inferior ao valor total das condenações referentes aos processos citados acima.

Para mais informações acerca das ações judiciais promovidas contra a Companhia, veja os itens 4.4 a 4.7 deste Formulário de Referência.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

**(v) A Companhia pode não dispor de seguro suficiente para se proteger contra perdas substanciais.**

A Companhia não pode garantir que as coberturas das apólices de seguro estarão disponíveis ou serão suficientes para cobrir eventuais danos decorrentes de sinistros relacionados a riscos inerentes às atividades da Companhia. Além disso, existem determinados tipos de riscos que podem não estar cobertos por suas apólices, tais como, exemplificativamente, guerra, caso fortuito, força maior ou interrupção de certas atividades, inclusive em decorrência de pandemias como a pandemia da COVID-19.

Dessa forma, a Companhia pode estar exposta a responsabilidades para as quais não está segurada. Na ocorrência de qualquer um dos eventos não garantidos pelas seguradoras, a Companhia poderá sofrer um revés financeiro para cobrir eventuais danos, o que poderá comprometer as receitas e os investimentos da Companhia, podendo afetar materialmente a sua capacidade econômica, financeira e operacional.

**(vi) A Companhia pode não dispor de biocarbono suficiente para o seu processo produtivo.**

O biocarbono é um dos principais insumos utilizados pela Companhia, e qualquer evento que venha a afetar a base florestal poderá influenciar diretamente a produção de aço, e/ou elevar os custos de produção. Com as expansões de produção previstas pela Companhia nos próximos anos, o planejamento e produção de ativos biológicos são primordiais para o alcance do objetivo estratégico da AVB. Desvios nesse prognóstico podem trazer prejuízos, incertezas aos negócios, e não atingimento do retorno dos investimentos previstos. Geadas, incêndios, pragas e doenças também são outros motivadores de perda de base florestal.

**(vii) Os processos de governança da Companhia, gestão de riscos e Compliance podem falhar em detectar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos seus padrões de ética e conduta, o que pode ocasionar efeitos materiais adversos nos negócios e na imagem da Companhia.**

A Companhia está sujeita à Lei nº 12.846/13 ("Lei Anticorrupção"), que impõe responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos de corrupção e fraude praticados por seus dirigentes, administradores e colaboradores e terceiros agindo em seu nome. Dentre as sanções aplicadas àqueles considerados culpados estão: multas, perda de benefícios ilicitamente obtidos, suspensão de operações corporativas, confisco de ativos e dissolução da pessoa jurídica envolvida na conduta ilícita, sanções estas que, se aplicadas, podem afetar material e adversamente os resultados da Companhia. De acordo com a Lei Anticorrupção, as pessoas jurídicas consideradas culpadas por atos de corrupção poderão ficar sujeitas a multas no valor de até 20% do faturamento bruto do exercício anterior ao da instauração do processo administrativo ou, caso não seja possível estimar o faturamento bruto, a multa será estipulada entre R\$6.000,00 e R\$60.000.000,00.

Adicionalmente, diversos contratos financeiros celebrados pela Companhia contêm cláusulas que exigem o cumprimento da Lei Anticorrupção. Dessa forma, o descumprimento da Lei Anticorrupção pela Companhia, por sociedades integrantes de seu grupo econômico ou por seus representantes pode representar um evento de inadimplemento no âmbito de tais contratos e, conseqüentemente, provocar o vencimento antecipado das dívidas.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Conseqüentemente, se a administração da Companhia, empregados ou terceiros, agindo em seu nome, interesse ou benefício, envolverem-se em qualquer investigação ou processo anticorrupção ou criminal em conexão com seus negócios, os negócios da Companhia podem ser afetados adversamente de forma relevante tanto em relação ao seu aspecto financeiro, quanto em relação à sua reputação.

O Brasil ainda possui uma percepção de elevado risco de corrupção pública, o que pode deixar a Companhia exposta à possíveis violações de leis anticorrupção, incluindo a brasileira. Adicionalmente, os processos de governança, políticas, gestão de riscos e compliance da Companhia podem não ser capazes de: (i) detectar violações à Lei Anticorrupção ou outras violações relacionadas, como leis de combate à lavagem de dinheiro e demais leis aplicáveis com relação à condução do seu negócio perante entidades governamentais; (ii) detectar ocorrências de condutas indevidas e comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de seus administradores, funcionários, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes que possam representar a Companhia, (iii) gerenciar todos os riscos identificados na sua política de gerenciamento de riscos e novos riscos; e (iv) detectar outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos e morais.

**(viii) A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e pode ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.**

No ano de 2018, foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados, conforme alterada (Lei nº 13.709/2018 – “LGPD”), que entrou em vigor no ano de 2020 e transformou a forma pela qual a proteção de dados pessoais no Brasil é regulada e tratada. A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, os requisitos para obtenção de consentimento, as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos e a transferências de dados, bem como a autorização para a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Caso a Companhia não esteja em conformidade com a LGPD, ela poderá estar sujeita às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração. Além disso, ela pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos por ela causados e ser considerada solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por ela e suas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de suas atividades, o que poderá afetar negativamente a sua reputação e os seus resultados e, conseqüentemente, o valor de seus valores mobiliários.

A Companhia não pode garantir que conseguirá usar medidas de segurança da informação suficientes para proteger os dados pessoais que gerencia e armazena, e nem que tais medidas serão suficientes e eficientes,

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

o que poderá sujeitar a Companhia às penalidades financeiras além de afetar negativamente a reputação e os resultados da Companhia.

**(ix) Falhas na proteção contra riscos relacionados à segurança cibernética podem causar perda de receita e danos à reputação da Companhia, prejudicando suas operações ou resultando na divulgação não autorizada de informações.**

A infraestrutura de Tecnologia da Informação (“TI”) da Companhia está sujeita a falhas em sua segurança cibernética, incluindo ataques cibernéticos, os quais podem incluir:

- (i) Ataques cibernéticos, os quais podem incluir invasão das plataformas e dos sistemas de tecnologia da informação, que tenham por objetivo acessar, alterar, furtar, corromper ou destruir sistemas e plataformas utilizadas pela Companhia, redes de computadores e informações armazenadas ou transmitidas da Companhia ou de parceiros de negócio; e
- (ii) Violação de privacidade e dados pessoais, acesso ou divulgação não autorizados, de dados confidenciais e/ou particulares de clientes por pessoas dentro ou fora da Companhia.

Os fatores acima podem ser decorrentes de *malware* (como vírus de computador), *ransomware*, *worm*, *phishing*, engenharia social, exploração de fraquezas do ambiente e sistemas, contaminação (seja intencional ou acidental) das redes e sistemas por terceiros com os quais existe a troca de dados, bem como outros tipos de ataques.

Quaisquer ataques cibernéticos bem sucedidos podem resultar em impactos na imagem e reputação da organização, na paralisação de sistemas ou indisponibilidade de serviços, ocasionando perdas de negócios, contaminação, corrupção ou perda de dados de clientes e outras informações sensíveis armazenadas, na violação de segurança de dados, na divulgação não autorizada de informações ou, ainda, na perda de níveis significativos de ativos líquidos (incluindo valores monetários).

Tentativas de ataques cibernéticos continuam evoluindo em dimensão e sofisticação, e a Companhia pode incorrer em custos significativos na tentativa de modificar ou melhorar as medidas de proteção, ou para investigar ou remediar quaisquer vulnerabilidades ou violação, ou, ainda, para comunicar ataques cibernéticos a seus clientes.

Adicionalmente, a Companhia ainda não implementou uma rotina de testes de invasão a seus sistemas informáticos, ou “pentests”, por ela própria ou por empresa terceirizada especializada. Em razão disso não é possível antever ou mensurar o quanto ela está sujeita a ataques cibernéticos envolvendo a extorsão de valores significativos mediante o sequestro de dados. Entretanto a empresa contratou um serviço de *Disaster Recovery* para proteção e recuperação rápida (estimativa de 4 horas) com perda de dados estimadas de 15 minutos para os principais servidores do ERP (SAP) e Folha de Pagamento (RM-TOTVS). Essa é uma medida para mitigar e manter a empresa funcionando em caso de ataques externos (ou até mesmo desastres), que estão cada vez mais frequentes e sofisticados.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Caso a Companhia não seja capaz de proteger de maneira eficiente os seus sistemas e plataformas contra ataques cibernéticos, isso pode ocasionar: violações à privacidade, de dados pessoais e confidencialidade de clientes; prejuízos decorrentes de danos a segurança de rede e violação de dados de clientes; conflitos com clientes; danos de imagem e reputação da Companhia; responsabilidade de mídia e custos relacionados; processos judiciais, multas regulatórias, sanções, intervenção, reembolsos e outros custos de indenização; custos decorrentes de gerenciamento de crises para identificação e preservação de dados, consultoria jurídica, contratação de terceiros, defesas emergenciais e indenizações; custos necessários à restauração de ambientes (custos relativos à utilização da estrutura de *backup* da Companhia para restaurar informações ou sistemas da Companhia); e custos relacionados a indenização decorrentes a ações judiciais.

Todos esses fatores podem ter um efeito material adverso sobre os negócios, a reputação e os resultados das operações da Companhia. Além disso, a Companhia poderá não ser capaz de se atualizar na mesma velocidade, ou, ainda, ter que destinar uma quantidade de recursos financeiros acima do que tinha originalmente previsto para combater tais ataques.

Além disso, a Companhia administra, retém e mantém parcerias com terceiros para o arquivamento, processamento, manutenção e disponibilização, através da internet, de dados eletrônicos que contém informações pessoais confidenciais de clientes no curso regular de suas operações, as quais podem ser objeto de acesso e divulgações não autorizados.

Qualquer uso indevido ou não autorizado de informações de clientes, ou qualquer percepção pública de que a Companhia divulgou informações de clientes sem sua autorização prévia, poderá sujeitar a Companhia a ações judiciais e sanções administrativas, que podem afetar de forma prejudicial e substancial sua reputação e situação financeira.

Por fim, as formas de ataques cibernéticos estão sempre sendo alteradas e reinventadas. A Companhia poderá não ser capaz de se atualizar na mesma velocidade, ou, ainda, ter que destinar uma quantidade de recursos financeiros acima do que tinha originalmente previsto para combater tais ataques.

**(x) A Companhia se beneficia de incentivos fiscais e a suspensão, o cancelamento ou a não obtenção de novos incentivos pode afetar adversamente os seus resultados.**

A Companhia goza de benefícios fiscais mediante (i) incentivo da lei estadual nº 10.690 de 26 de setembro de 2017 do Estado do Maranhão, que concede benefício no âmbito do ICMS e (ii) o Laudo Constitutivo emitido pela SUDENE 0215/2018, de 28 de novembro de 2018.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, o impacto dos benefícios fiscais nos resultados da Companhia foi de R\$176.849.000,00. Já no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, o impacto foi de R\$136.476,00 e no exercício social de 31 de dezembro de 2020, o impacto foi de R\$82.488.000,00.

A concessão destes incentivos ocorre em função do atendimento à determinadas condições e por prazo certo. Assim, em caso de descumprimento de tais condições, os benefícios poderão ser suspensos ou até cancelados.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Considerando as mudanças políticas e a possibilidade de alcance do tema em uma futura reforma tributária, a Companhia não pode garantir que, após o término do prazo descrito acima, continuará a obter os créditos tributários, de forma sucessiva e ininterrupta e, caso os incentivos fiscais venham a ser revogados, por iniciativa da SEFAZ/MA, pelo CONFAZ, ou pela Receita Federal do Brasil, a geração de caixa da Companhia poderá sofrer efeito adverso.

A Companhia estima, em eventual suspensão ou cancelamento de seus benefícios fiscais vigentes, um potencial incremento de 18,75% na alíquota nominal de imposto de renda.

**(xi) Se a Companhia não for capaz de continuamente incrementar a eficácia de seus controles internos, pode incorrer em erros no reporte de seus resultados e/ou não ser capaz de prevenir práticas inapropriadas, erros ou fraudes, o que pode impactar negativamente suas demonstrações financeiras e seus resultados operacionais.**

As políticas e procedimentos da Companhia para identificar, analisar, quantificar, avaliar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser eficazes, sendo tal risco potencializado por eventual falha ou incapacidade de incrementar seus controles internos. Os métodos de gerenciamento de riscos podem não prever exposições futuras ou não serem suficientes contra riscos a que a Companhia está sujeita, incluindo riscos desconhecidos e/ou não mapeados e que poderão ser significativamente maiores do que aqueles indicados pelas medidas históricas que a Companhia utiliza.

Os auditores independentes da Companhia, no processo de elaboração das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, identificaram como principal assunto de auditoria, a metodologia utilizada pela Companhia na mensuração e reconhecimento de sua receita líquida de vendas. As receitas da Companhia são primordialmente decorrentes das vendas de produtos siderúrgicos, em especial, fio máquina, vergalhão e tarugo. A Companhia identifica os direitos de cada parte em relação aos bens a serem transferidos, na qual cada venda dos bens é considerada uma obrigação de desempenho distinta, e não há envolvimento contínuo com os bens vendidos. Esta obrigação é satisfeita no momento específico do tempo no qual a transferência de controle sobre tais produtos para os clientes se realiza, respeitando os modelos de entrega e frete determinados em seus contratos. Este assunto foi considerado significativo pelos auditores independentes, tendo em vista a relevância, volume de transações, número de localidades em que os produtos são vendidos e o risco de impacto relevante no resultado de cada exercício que o indevido reconhecimento de receita (cut-off) pode ocasionar. Nesse sentido, os sistemas, políticas e procedimentos de controles internos da Companhia podem não ser suficientes e/ou totalmente eficazes para detectar práticas inapropriadas, erros ou fraudes de seus procedimentos de controles internos, e a Companhia poderá identificar outras fraquezas e deficiências em seus controles internos sobre relatórios financeiros.

Não há garantias de que a Companhia conseguirá identificar e sanar eventuais falhas, bem como que seus potenciais esforços de remediação serão bem-sucedidos. A Companhia pode não conseguir concluir tempestivamente qualquer correção necessária. A falha ou a ineficácia nos controles internos, poderá ter um efeito adverso significativo para a Companhia, bem como no valor dos valores mobiliários de sua emissão.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

**(xii) A extensão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em razão da disseminação do coronavírus (COVID-19), a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará os negócios da Companhia depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, em sua condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa e, finalmente, em sua capacidade de continuar operando seus negócios.**

Surtos ou potenciais surtos de doenças podem ter um efeito adverso nas nossas operações. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como a provocada pelo zika vírus, a provocada pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram. A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, o estado de pandemia em razão da disseminação global do coronavírus (COVID-19). Tal disseminação criou incertezas macroeconômicas, volatilidade e perturbação significativas. Em resposta, muitos governos implementaram políticas destinadas a impedir ou retardar a propagação da doença, tais como a restrição à circulação e até mesmo o isolamento social. Essas políticas influenciaram o mercado em que atua a Companhia e o comportamento da população em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de empresas de diversos setores, incluindo o de siderurgia.

Além disso, uma desaceleração econômica global, incluindo aumento do desemprego, que pode resultar em menor atividade comercial, tem potencial para continuar diminuindo a demanda pelos produtos ofertados por nossa Companhia.

Em razão dos impactos do COVID-19, antecipamos a desmobilização de uma unidade de alto forno de outubro de 2020 para abril de 2020, no início da pandemia do COVID-19. Além disso, a Companhia aderiu a programas anunciados pelos governos municipais, estaduais e federal relacionados a postergação de empréstimos e financiamentos, tributos e encargos sociais.

A depender da evolução do surto de COVID-19, ou ainda em virtude de outras epidemias ou pandemias, é possível haver paralisações nas atividades da Companhia.

A Companhia não pode garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão. E, caso aconteçam, não consegue garantir que será capaz de tomar as providências necessárias para impedir um impacto negativo em seus negócios de dimensão igual ou até superior ao impacto provocado pela pandemia do COVID-19.

Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento das pessoas ou que demande políticas públicas de restrição à circulação de pessoas e/ou de contato social pode ter um impacto adverso nos negócios da Companhia, bem como na economia brasileira. Surtos de doenças também podem impossibilitar que seus funcionários se dirijam às suas instalações (incluindo por prevenção ou por contaminação em larga escala de seus colaboradores), o que prejudicaria o regular desenvolvimento de seus negócios.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

### **b) Riscos relacionados a seus acionistas, em especial os acionistas controladores**

**(i) Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem entrar em conflito com os interesses de outros investidores ou da Companhia.**

Os acionistas controladores têm poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar o resultado de qualquer deliberação que exija aprovação de acionistas, inclusive nas operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório impostas pela Lei nº 6.404/76.

Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares que podem ser conflitantes com os interesses dos seus outros investidores. Para mais informações acerca dos acionistas controladores da Companhia, veja o item 6 deste Formulário de Referência.

### **c) Riscos relacionados a suas controladas e coligadas**

Os riscos relacionados às controladas diretas e indiretas da Companhia são substancialmente os mesmos relacionados às atividades da Companhia.

### **d) Riscos relacionados a seus administradores**

**(i) Decisões desfavoráveis ou processos judiciais, administrativos ou arbitrais, procedimentos de investigação ou inquéritos policiais envolvendo nossos administradores podem causar efeitos adversos em nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais, bem como em nossa imagem e reputação.**

Nossos administradores são e podem vir a ser partes em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, seja em matéria cível, tributária, administrativa, trabalhista, societária, de propriedade intelectual, regulatória, concorrencial, ambiental, criminal, dentre outras. Não podemos garantir que os resultados destes processos e/ou de novos processos serão favoráveis aos membros de nossa administração.

O envolvimento dos nossos administradores em tais processos, ou decisões que sejam contrárias aos nossos interesses, podem ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia. Ainda, decisões contrárias aos nossos interesses que impeçam a realização de nossos negócios, como inicialmente planejados, ou que eventualmente alcancem valores substanciais e não tenham provisionamento adequado e suficiente podem causar um efeito adverso nos nossos negócios e situação financeira. Da mesma forma, a condenação de administradores e/ou acionistas da Companhia em processos ou seu envolvimento em investigações podem afetar negativamente a Companhia, seja em termos de imagem, seja pela impossibilidade de seus administradores continuarem a exercer suas atividades na Companhia. Eventuais repercussões na mídia de tais processos, que possam impactar adversamente nossa imagem e reputação perante nossos clientes, fornecedores e investidores, podem causar efeito adverso relevante sobre nossos negócios.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Para mais informações sobre processos envolvendo os nossos administradores, ver os itens 4.4 a 4.7 deste Formulário de Referência.

**(ii) A perda de membros da alta administração, ou a incapacidade de atrair, treinar e manter pessoal adicional para integrá-la, pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia.**

A capacidade da Companhia de manter sua posição competitiva depende em larga escala da continuidade e qualidade dos serviços da sua alta administração, cujos membros são essenciais para o desenvolvimento e execução de nossas estratégias de negócios.

Não é possível garantir que a Companhia conseguirá atrair ou manter profissionais qualificados, aptos a gerir, implementar e operar novas tecnologias e desenvolver soluções, de forma a acompanhar seu ritmo de crescimento e aumento em sua demanda, ou que não incorrerá em custos substanciais para tanto, o que pode prejudicar os resultados da Companhia.

Além disso, a perda dos serviços de qualquer dos membros de sua alta administração, inclusive em virtude da inabilitação de administradores, decorrente de eventuais processos, ou a incapacidade de atrair, treinar e manter pessoal adicional para integrá-la, pode causar um efeito adverso relevante na sua situação financeira e nos seus resultados operacionais.

Na medida em que a Companhia expande seus negócios, pode ser incapaz de identificar, contratar e manter em sua alta administração um número suficiente de membros qualificados e alinhados à sua cultura corporativa. Tal falha poderia resultar em uma piora em seu desenvolvimento estratégico e conseqüentemente em um enfraquecimento da marca. O insucesso em manter tal cultura, qualidade e marca pode afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

**e) Riscos relacionados a seus fornecedores**

**(i) Aumentos no preço de insumos podem elevar os custos inerentes às atividades da Companhia e podem afetar adversamente seus resultados operacionais**

A Companhia está sujeita a aumentos por parte de seus fornecedores e prestadores de serviços nos custos dos insumos e serviços necessários às suas atividades, tais como energia, combustíveis, peças ou mão de obra. Tais aumentos fogem ao controle da Companhia e a Companhia não pode prever quando os preços destes insumos e serviços sofrerão reajustes. Caso não seja possível à Companhia repassar os aumentos dos custos de insumos e serviços aos clientes, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente impactados.

**(ii) Os negócios da Companhia dependem de um fornecimento estável e adequado de matérias primas, que podem estar sujeitas a escassez no fornecimento ou atrasos na entrega.**

A manutenção das atividades da Companhia depende do fornecimento de matérias-primas, consistindo principalmente de minério de ferro e biocarbono. A eventual perda de fornecedores ou a interrupção

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

significativa na cadeia de fornecimento de matérias-primas pode ter um efeito adverso significativo nas atividades da Companhia e resultar em impactos relevantes nos resultados.

**(iii) A utilização de mão-de-obra terceirizada pode implicar na assunção de obrigações de natureza trabalhista e previdenciária.**

A utilização de mão-de-obra terceirizada pela Companhia, pode implicar na assunção de contingências de natureza trabalhista e previdenciária. A assunção de tais contingências é inerente à contratação de terceiros, uma vez que podem ser atribuídas à Companhia, na condição de tomadoras de serviços de terceiros, a responsabilidade pelos débitos trabalhistas e previdenciários dos empregados das empresas prestadoras de serviços, quando essas deixarem de cumprir com suas obrigações trabalhistas e previdenciárias.

A Companhia pode, por sua vez, vir a responder pelas eventuais contingências trabalhistas e previdenciárias relativas à Companhia, independentemente de ser assegurado a ela o direito de ação de regresso contra as empresas prestadoras de serviços. A ocorrência de eventuais contingências é de difícil previsão e quantificação, e se vierem a se consumir poderão afetar adversamente a situação financeira da Companhia e os seus resultados, bem como impactar negativamente sua imagem em caso de eventual aplicação de multa ou pagamento de indenização.

**(iv) A aquisição de minério de ferro pela Companhia é concentrada em um único fornecedor.**

O minério de ferro, uma das principais matérias primas para a produção da Companhia, é adquirido na da Mina de Carajás. Dessa forma, caso tal fornecedor decida alterar as condições de compra de forma adversa, por quaisquer razões, incluindo econômicas ou ainda em decorrência de alterações na capacidade de sua produção, de forma adversa, a Companhia poderá ser afetada negativamente, na medida em que sua capacidade de produção será prejudicada e, conseqüentemente, seus negócios, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas serão diretamente afetados.

**f) Riscos relacionados a seus clientes**

**(i) A Companhia possui uma concentração por demanda de aço em determinados setores industriais, sendo que uma eventual redução nesta demanda poderia afetar adversamente seus resultados.**

A Companhia tem relativa concentração das suas vendas ao mercado de construção civil e indústria. Portanto, uma redução na atividade econômica tipicamente pode resultar em uma redução na demanda de seus clientes. E, na hipótese de uma queda na demanda por produtos e serviços nesses setores, a Companhia poderá não ser capaz de manter o volume de atividades e, adicionalmente, ter que reduzir os seus níveis de produtividade, apresentando uma conseqüente redução em suas vendas.

Esses e outros fatores poderão afetar negativamente seus resultados operacionais devido à perda de escala decorrente da diluição de custos fixos.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

**(ii) Os resultados operacionais da Companhia são afetados por reduções discricionárias nos gastos do consumidor.**

O agravamento das condições macroeconômicas no Brasil pode reduzir o volume de consumo da população brasileira em geral. Fatores como crescimento econômico, liquidez dos mercados, inflação, taxas de juros, preços dos ativos, políticas tributárias, instabilidade social e política, entre outros, têm potencial para afetar adversamente a rentabilidade dos negócios da Companhia. Cenários com altos índices de desemprego, falências, aumento da inadimplência do consumidor, altas taxas de juros e redução do acesso ao crédito tendem a reduzir o poder de compra da população e, portanto, reduzir os volumes de vendas de nossos clientes, e consequentemente, acarretar uma redução dos produtos vendidos pela Companhia. O agravamento das condições macroeconômicas no Brasil pode, portanto, afetar negativamente o desempenho financeiro da Companhia.

**g) Riscos relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atue**

**(i) Falhas, ineficiências e interrupções no transporte e infraestrutura podem afetar adversamente as operações da Companhia.**

O acesso a infraestrutura de transporte de qualidade é essencial para o crescimento da economia brasileira como um todo e especificamente para as operações da Companhia. Melhorias no transporte e infraestrutura que exigem grandes investimentos são necessárias para garantir melhor a entrega de matérias-primas para as operações da Companhia, bem como seus produtos para seus clientes. Além disso, investimentos maiores em infraestrutura podem permitir que os produtos da Companhia sejam mais acessíveis a terminais de exportação a preços competitivos. A Companhia não pode garantir que o governo brasileiro ou o setor privado farão tais investimentos.

Adicionalmente, parte das matérias primas da Companhia utiliza o transporte ferroviário. Deste modo, em caso de interdição de determinados trechos da linha férrea, pode acarretar dificuldades de abastecimento de matérias primas e escoamento da produção. Neste caso a Companhia procura utilizar rotas alternativas, que podem acarretar custos mais elevados. Além disso, falhas, ineficiências e interrupções no ambiente de infraestrutura podem afetar adversamente a Companhia

**(ii) A sazonalidade nas vendas pode afetar os resultados da Companhia.**

Historicamente, os meses de dezembro, janeiro e fevereiro registram demanda ligeiramente menor em razão de paradas e férias coletivas que ocorrem em diversas empresas consumidoras de aço. Como as vendas da Companhia estão sujeitas às sazonalidades descritas acima, o planejamento de vendas procura levar em consideração a compatibilização dessas variáveis, ao mesmo tempo em que procura manter a produção estável.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

### **h) Riscos relacionados à regulação dos setores em que a Companhia atue**

#### **(i) Redução ou revogação de impostos de importação de aços no Brasil.**

Em 31 de dezembro de 2021, as tarifas de importação de aço encontravam-se fixadas entre 10% e 14% dependendo do produto siderúrgico comercializado. Já em maio de 2022, o governo reduziu de 10,8% para 4% a alíquota de imposto sobre o vergalhão de aço. O Governo Brasileiro pode alterar as mencionadas alíquotas, por exemplo, por razões de desequilíbrio comercial, derivado de variações na conjuntura econômica local ou internacional. Redução nas alíquotas de importação de produtos siderúrgicos poderão elevar os níveis de importação afetando os resultados da Companhia.

#### **(ii) Outras alterações da legislação tributária brasileira poderão aumentar a carga tributária da Companhia, e consequentemente, impactar adversamente os seus resultados operacionais.**

O Governo Federal regularmente implementa mudanças nas leis tributárias e regimes fiscais que, eventualmente, podem aumentar a carga tributária ou extinguir benefícios fiscais da Companhia, de seus fornecedores ou clientes. Essas mudanças incluem ajustes na alíquota aplicável e a imposição de tributos temporários, cujos recursos são alocados a determinadas finalidades pelo Governo Federal.

Nesse cenário, os Governos Federal, Estadual e Municipal poderão promover alterações legislativas para impor, ainda que temporariamente, tratamento tributário mais oneroso às atividades da Companhia. Os efeitos dessas medidas e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados e são imprevisíveis. Algumas dessas medidas podem aumentar as obrigações fiscais totais da Companhia, de seus fornecedores ou clientes, o que, por sua vez, afetaria adversamente os seus resultados operacionais.

Além disso, a interpretação das leis tributárias por tribunais e autoridades tributárias está em constante evolução. No Brasil, o sistema tributário é altamente complexo e a interpretação das leis e regulamentos tributários é comumente controversa, podendo ocasionar novas discussões administrativas e judiciais dos tributos controvertidos, que podem resultar em decisões desfavoráveis à Companhia.

Em maio de 2014, foi promulgada a Lei Federal nº 12.973, que converte em lei as disposições previstas na Medida Provisória nº 627 de 11 de novembro de 2013. A Lei Federal nº 12.973/14 introduziu mudanças nas regras fiscais, revogou um regime tributário temporário vigente entre 2008 e 2014 e regulou a transição das práticas contábeis brasileiras então aplicáveis aos padrões internacionais IFRS. Ademais, a Lei Federal nº 12.973/14 realizou algumas modificações no tratamento tributário das receitas contábeis, a base tributável do ágio na aquisição de participações, o tratamento fiscal de fusões e aquisições, ajustes de valor presente nas investidas, despesas pré-operacionais e arrendamentos mercantis. Alterações na interpretação da norma contábil e no tratamento tributário a que a Companhia está sujeita podem afetar adversamente a sua lucratividade.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

### **(iii) A não obtenção de autorizações e licenças necessárias poderiam afetar negativamente as operações da Companhia.**

A Companhia depende da obtenção de autorizações e licenças concedidas por agências governamentais para a realização de algumas das suas atividades. A obtenção de tais licenças para determinadas atividades das quais sejam esperados impactos ambientais relevantes exige investimentos em conservação ambiental para compensação de qualquer impacto. A licença operacional exige, entre outras coisas, a divulgação periódica pela Companhia do seu cumprimento com os padrões de emissões estabelecidos pelas agências ambientais.

A não obtenção, renovação ou cumprimento das obrigações de tais licenças operacionais poderiam causar atrasos na realização de atividades, aumento de custos, multas pecuniárias ou até a suspensão da atividade afetada, causando um impacto adverso relevante na Companhia.

### **i) Riscos relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atue**

#### **(i) Regulações protetivas poderão prejudicar a capacidade da Companhia de exportar seus produtos.**

A Companhia pode ou não vir a realizar exportações, dependendo do contexto mercadológico e estratégia comercial. A Companhia está exposta a riscos relacionados a alterações nas condições sociais, econômicas e políticas dos países em que atua, o que pode afetar adversamente o negócio, condição financeira e resultados operacionais. Atualmente há um aumento das ações protecionistas no mundo para evitar principalmente o aço chinês, e em alguns mercados acabam promovendo ações contra outros países, incluindo o Brasil.

### **j) Riscos relacionados a questões sociais**

#### **(i) Eventos de expropriação de terras e de ocupações por movimentos sociais ou comunidades tradicionais podem impactar o uso das propriedades agrícolas e industriais da Companhia.**

A Companhia não pode assegurar que suas propriedades não estarão sujeitas a ocupações por posseiros, comunidades tradicionais que defendem a demarcação de terras, movimentos organizados que protestam manifestações sociais ou grupos ativistas que defendem a reforma agrária e redistribuição de terras.

Também existe a possibilidade ocorrer desapropriação, parcial ou total, das propriedades da Companhia pelo Poder Público. Se o governo brasileiro desapropriar quaisquer das propriedades da Companhia, os resultados das suas operações podem ser adversamente afetados, inclusive porque a compensação do governo pode ser insuficiente. Além disso, a Companhia poderá ser forçada a aceitar títulos da dívida pública, que têm liquidez limitada, como pagamento pelas terras desapropriadas.

Qualquer dano efetivo sobre as áreas da Companhia, o que inclui a perda ou ocupação de suas propriedades, pode afetar adversamente a situação financeira e os seus resultados operacionais.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

**(ii) A Companhia está sujeita a obrigações relativas ao respeito aos direitos humanos de todos os stakeholders, que podem fazer com que a Companhia incorra em custos adicionais, bem como em contingências significativas referentes a questões sociais.**

A exposição a riscos sociais varia de acordo com as características específicas de cada companhia, do seu setor de atuação e de sua localização geográfica, de forma que cada empresa deverá considerar tais peculiaridades para definir os riscos sociais considerados materiais, segundo sua estratégia e modelo de negócios. De forma geral, os riscos sociais decorrem dos potenciais e efetivos impactos adversos de suas atividades empresariais nos direitos humanos de todos os stakeholders envolvidos em sua operação, incluindo seus próprios funcionários, consumidores, fornecedores, investidores e comunidade local onde a Companhia atua, sendo estes conectados direta ou indiretamente às suas atividades.

Caso as providências adotadas pela Companhia para prevenir e administrar os riscos sociais não sejam suficientes para mitigá-los, ela conseqüentemente estará exposta a riscos legais, regulatórios, operacionais e reputacionais, os quais podem se materializar de diferentes maneiras.

A Companhia também deve garantir condições dignas de trabalho aos seus empregados, zelando por sua saúde, segurança e bem-estar e assegurando seu direito de associação e participação em entidades sindicais, em conformidade com leis e regulamentos locais, respeitando os direitos humanos. Um local de trabalho identificado como perigoso, hostil ou discriminatório pode resultar em contingências legais e inibir a capacidade da Companhia de atrair e reter talentos, negociar junto a entidades associativas e sindicais, prevenir incidentes de saúde e segurança do trabalho, e impulsionar a inovação.

No mesmo sentido, se a Companhia não tomar iniciativas bem estruturadas e integradas ao planejamento de longo prazo para fomentar a diversidade, equidade e inclusão, tanto no seu quadro de funcionários quanto na composição dos órgãos estatutários e da liderança, poderá sofrer questionamentos, inclusive em sede judicial, acerca da ausência de metas claras e ações efetivas nesse âmbito.

Não há nenhuma garantia de que a Companhia conseguirá realizar o gerenciamento adequado dos riscos sociais acima apontados atendendo a todos os parâmetros e diretrizes nacionais e internacionais o que, conseqüentemente, pode eventualmente prejudicar os resultados operacionais e a reputação da Companhia.

### **k) Riscos relacionados a questões ambientais**

**(i) A Companhia adota a verticalização da produção de ferro gusa através do “aço verde”, conceito criado para um aço produzido com energia renovável, sem o consumo de combustível fóssil. Eventuais falhas no processo de produção do “aço verde” podem afetar adversamente a reputação, operações e os resultados da Companhia.**

A Companhia pode ser incapaz de atender os critérios e especificidades do processo de verticalização da produção de ferro gusa através do “aço verde”, conceito criado para um aço produzido com energia renovável, sem o consumo de combustível fóssil.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

As falhas no processo de produção do “aço verde” podem envolver a escassez e qualidade de biocarbono, falhas no fornecimento de energia renovável por seus fornecedores, assim como falhas no fornecimento de energia elétrica externa e/ou na planta de gases, entre outros. Em caso de eventuais falhas em seu processo produtivo, a Companhia poderá ter sua reputação abalada, assim como poderá precisar desembolsar valores adicionais para solução de tais erros.

Além disso, para ser considerada uma produtora de “aço verde”, a Companhia deve obter e manter vigente a declaração de verificação do inventário de CO<sub>2</sub> emitido pela SGS, com a metodologia da WorldSteel Association e Programa Brasileiro GHG Protocol da FGV. A Companhia pode não conseguir obter todas as certificações necessárias ou, ainda, não obter as suas renovações de forma tempestiva. A não obtenção ou a não renovação de tais certificações podem ter um efeito adverso aos seus negócios e à sua reputação.

Os riscos específicos envolvendo a eventual perda do certificado de Usina Siderúrgica Integrada de carbono neutro, relativo à emissão zero de CO<sub>2</sub>, podem incluir:

- (i) no curto prazo: danos à imagem da empresa;
- (ii) em médio prazo: aumento dos custos dos produtos siderúrgicos devido à taxação de carbono em alguns mercados, tendo em vista a potencial adoção de países à Taxação de Carbono para todo aço importado oriundo de usinas siderúrgicas de elevado nível de emissões CO<sub>2</sub>, como, por exemplo, o *Carbon Border Adjustment Mechanism* (CBAM), o qual será aplicável à Comunidade Econômica Européia (CE) a partir de 2026; e
- (iii) a longo prazo: restrições de venda de produtos siderúrgicos em grande parte dos mercados mundiais.

A devida implementação do processo de verticalização da produção do ferro gusa, assim como a manutenção das certificações aplicáveis supramencionadas, são fatores críticos e basilares ao sucesso das operações da Companhia. Portanto, eventuais falhas neste processo poderão afetar adversamente os resultados financeiros e operacionais da Companhia, assim como a sua imagem.

**(ii) As instalações siderúrgicas e rurais da Companhia estão sujeitas a diversas leis, licenças e regulamentos, relativos principalmente à proteção e integridade do meio ambiente, sendo que por estarem localizadas próximas a áreas urbanas, rurais e/ou industriais podem gerar impactos socioambientais devido à natureza de suas operações.**

A Companhia está sujeita a regulamentações ambientais que se aplicam às atividades de metalurgia e insumos agrícolas, bem como suas operações em suas fazendas arrendadas. Por estarem localizadas próximas a áreas urbanas, rurais e/ou industriais, as operações da Companhia podem gerar impactos socioambientais, nesse sentido, a Companhia é obrigada a obter previamente aprovações, licenças, alvarás ou autorizações das autoridades públicas. Ainda, no âmbito do licenciamento ambiental, a Companhia precisa submeter à aprovação prévia das autoridades ambientais estudos sobre impactos ambientais e sociais, bem como desenvolver suas atividades em conformidade com as condicionantes das aprovações, licenças, permissões ou autorizações.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Alterações significativas nas operações existentes também estão sujeitas a essas exigências. As permissões para operar podem ser temporariamente suspensas ou revogadas se houver evidências de violações graves das leis e regulações ambientais, de normas de saúde e segurança, o que pode causar um impacto relevante nos negócios, condição financeira e operações da Companhia.

Ademais, mudanças nas leis ou regulamentos aplicáveis aos negócios da Companhia podem tornar as leis e regulações ambientais mais rigorosas e exigir modificações na tecnologia e operação da Companhia, tornando o seu cumprimento mais oneroso. A obtenção e manutenção de autorizações e licenças necessárias pode ser um processo complexo e demorado e não há garantias de que as permissões necessárias sejam obtidas e mantidas em termos aceitáveis, em tempo hábil. Os custos e atrasos associados à obtenção e manutenção de licenças e ao cumprimento dessas licenças e leis e regulamentos aplicáveis podem impedir ou atrasar ou restringir materialmente a Companhia de prosseguir com as suas operações. Qualquer falha no cumprimento das leis e regulamentos ou autorizações aplicáveis pode resultar em interrupção total ou parcial de operações da Companhia e/ou multas aplicadas pelos órgãos e autoridades competentes, observado o devido processo legal, ou resultar em outras responsabilidades apuradas em ação judicial própria, os quais podem ter um efeito adverso nos negócios, na condição financeira ou resultados da operação da Companhia. Além disso, novos ou mais rigorosos requisitos de licenciamento ambiental para as operações e projetos da Companhia, podem ser impostos pela legislação e, com isso, pode haver atrasos na obtenção de licenças ambientais ou outras licenças operacionais, ou não obtenção/não renovação destas. Esses eventos e custos adicionais podem ter um impacto negativo sobre a Companhia e o retorno de seus projetos e podem tornar certos projetos economicamente ou de outra forma inviáveis.

Caso a Companhia não seja capaz de cumprir as leis e regulamentações ambientais, bem como, não atenda as exigências das autoridades ambientais, ou ainda, deixe de obter previamente aprovações, licenças, alvarás ou autorizações das autoridades públicas, a Companhia, poderá sofrer responsabilizações civis, penalidades administrativas, sanções criminais ou ordens de suspensão de atividades, o que poderá causar um efeito adverso relevante sobre a reputação, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

### **(iii) Eventuais acidentes relacionados a destinação de resíduos podem resultar em multas significativas à Companhia e afetar sua reputação.**

As atividades da Companhia geram resíduos perigosos (Classe 1) que necessitam tratamento específico. A Companhia pode sofrer multas e sanções em um eventual acidente que contamine o entorno ou polua o meio ambiente, além do comprometimento à sua reputação.

Ainda que o acidente seja causado por alguma empresa especializada em transporte, tratamento e destinação de resíduos perigosos contratada pela Companhia, a Companhia poderá ser objetivamente e solidariamente responsável pelos atos ilícitos praticados pela contratada.

As contaminações de solo e/ou de águas superficiais e/ou subterrâneas representam passivos ambientais que devem ser administrados com cautela, uma vez que a pretensão reparatória do dano ambiental é imprescritível, não se extinguindo por decurso de prazo.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

A descoberta de contaminação exige providências por parte dos agentes governamentais, das entidades causadoras do dano ambiental e dos proprietários envolvidos. Deverão ser aplicadas medidas corretivas visando estabelecer níveis de qualidade compatíveis com um determinado uso futuro além de penalidade administrativas, penalidades criminais podem ser impostas no caso de passivos ambientais decorrentes de contaminação.

### **I) Riscos relacionados a questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição**

#### **(i) Mudanças climáticas podem ocasionar danos aos negócios da Companhia**

Eventuais alterações climáticas adversas e imprevistas podem causar danos aos negócios da Companhia, principalmente relacionados aos recebimentos de matérias-primas e a expedição dos produtos vendidos e, conseqüentemente, demandar a realização de investimentos adicionais e não planejados em relação a nossas instalações e operações, o que pode afetar adversamente os seus negócios e os seus resultados operacionais.

Adicionalmente, condições climáticas adversas podem interferir no cronograma de execução dos projetos da Companhia, o que pode levar ao adiamento nos cronogramas dos seus projetos e de seus investimentos, impactando negativamente os seus negócios e os seus resultados operacionais.

#### **(ii) Incêndios, chuvas fortes ou outros desastres naturais ou de origem humana podem afetar nossas instalações e a nossa estrutura de custos, o que pode causar um efeito material adverso em nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.**

Incêndios, chuvas fortes e danos ambientais causados por desastres, naturais ou humanos, podem danificar ou destruir nossas instalações, danificar e ocasionar atrasos em nossas operações. Interrupções duradouras no fornecimento de energia elétrica podem implicar em aumentos significativos de nossos custos, o que pode causar um efeito material adverso em nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

#### **(iii) A escassez de recursos naturais pode afetar as operações da Companhia.**

A escassez de recursos como minério de ferro, água, energia e insumos para plantio e manutenção de eucalipto, incluindo em decorrência de alterações climáticas associadas ao aquecimento global e da atuação do homem sobre o meio ambiente, pode impactar as operações da Companhia, que dependem amplamente de tais recursos. A imprevisibilidade dos regimes de chuvas e a sazonalidade do clima e das temperaturas nas diferentes estações do ano impactam as estimativas de consumo de tais recursos, além de impactar na logística das matérias primas e produtos finais da Companhia. Adicionalmente, assim como ocorre para o mercado em geral, as cadeias produtivas dos setores de energia e de recursos hídricos, incluindo as geradoras, distribuidoras e comercializadoras de energia e as distribuidoras de água, também estão sujeitas a esses e outros fatores, como, por exemplo, insolvência, falência e liquidação, o que pode aumentar a exposição da Companhia a riscos de contrapartes. Caso qualquer desses fatores ocorra, as operações da Companhia podem ser material e adversamente impactadas.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

### m) Outras questões não compreendidas nos itens anteriores

**(i) O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem causar um efeito adverso relevante nas nossas atividades.**

O Governo Federal realiza intervenções na economia do país e realiza modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias. Historicamente, as medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicaram em aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. Não temos controle sobre quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro, e não podemos prevêê-las. Nossas atividades, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas poderão ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

- Taxas de juros;
- Inflação;
- Liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- Expansão ou contração da economia brasileira, de acordo com as taxas de crescimento do PIB;
- Instabilidade social e política;
- Política monetária;
- Controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- Flutuações cambiais;
- Política fiscal; e
- Outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras.

Tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão ter um efeito adverso relevante sobre nossas atividades e nossos resultados operacionais.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

**(ii) O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como do atual coronavírus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia.**

Surto ou potenciais surtos de doenças que afetem o comportamento das pessoas, como do atual coronavírus, o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos resultados da Companhia e na cotação das ações de sua emissão.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia decorrente do COVID-19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto do COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena, *lockdown* ao redor do mundo restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

Não há garantia de que o governo brasileiro não adote no futuro novos regulamentos que possam afetar nossa liquidez, estratégia de financiamento, crescimento de empréstimos e a solvência de nossos clientes.

**(iii) O desenvolvimento e a percepção de risco em outros países, particularmente em países de economia emergente e nos Estados Unidos, China e União Europeia, podem afetar adversamente a economia brasileira e os negócios da Companhia.**

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, China, União Europeia e países de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Crises nos Estados Unidos, China, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, tal como a recente tensão política entre Estados Unidos e Irã e o surto de Covid-19 na China e na Europa.

Além disso, na medida em que disputas comerciais entre países, em especial a disputa entre os Estados Unidos e a China, e outros problemas econômicos em países de mercados emergentes afetem o Brasil negativamente, nosso negócio e o valor de mercado de nossas ações também poderão ser afetados negativamente.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Os preços das ações na bolsa de valores brasileira, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Acontecimentos em outros países e mercados de capitais poderão prejudicar o valor de mercado das ações de emissão da Companhia, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o seu acesso aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

Não há garantia de que o mercado de capitais esteja aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para a Companhia. Crises em outros países emergentes podem restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de emissão da Companhia, o que pode prejudicar o seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

**(iv) A instabilidade política pode afetar adversamente a economia brasileira, os negócios os resultados e o preço das ações da Companhia.**

O ambiente político brasileiro tem influenciado historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país e a confiança de investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade nos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, conseqüentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. A Companhia não pode prever quais políticas o novo governo irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre a Companhia ou sobre a economia brasileira. Além disso, há em curso atualmente no Brasil proposições políticas de eventual reforma tributária, que pode vir a aumentar as despesas e, conseqüentemente, impactar adversamente os negócios da Companhia. Adicionalmente, os impasses recentes entre governo e Congresso tem gerado incertezas em relação à implementação, pelo novo governo, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como em relação às alterações na legislação pertinente, o que pode contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

Não é possível garantir que o desenvolvimento desses eventos ou de outros eventos político-econômicos não cause instabilidade adicional na economia brasileira, e no mercado de capitais

**(v) Mudanças na legislação fiscal podem resultar em aumentos em determinados tributos diretos e indiretos, o que poderia reduzir a rentabilidade da Companhia.**

O governo brasileiro implementa regularmente mudanças no regime tributário, representando potencial aumento na carga tributária da Companhia e na de seus clientes e fornecedores. Tais mudanças incluem alterações em alíquotas e, ocasionalmente, a criação de tributos temporários, cuja arrecadação é vinculada a finalidades governamentais específicas. Atualmente existem no congresso brasileiro propostas para a implementação de uma reforma tributária. Entre as propostas em discussão, existe a possibilidade de uma mudança completa no sistema de tributação ao consumo, que extinguiria três tributos federais IPI, PIS e COFINS, ICMS, que é estadual, e o ISS, municipal, para a criação de um único novo Imposto sobre Operações

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

com Bens e Serviços (IBS) que incidiria sobre o consumo. A Companhia não pode assegurar que não haverá uma reforma tributária ou mudanças na legislação e regulamentação aplicáveis que alterarão o atual regime tributário a que se submete a Companhia, ou que os incentivos fiscais serão efetivamente mantidos nas atuais condições até o final de seus prazos de vigência, ou que será capaz de renovar os incentivos fiscais em condições favoráveis depois de expirados seus prazos atuais. Caso essas mudanças aumentem, direta ou indiretamente, a carga tributária da Companhia pode ter sua margem bruta reduzida, impactando material e adversamente os seus negócios e resultados operacionais.

### **(vi) Concentração bancária no Brasil pode prejudicar a disponibilidade e o custo do crédito.**

De acordo com o Relatório de Economia Bancária 2021, publicado pelo Banco Central do Brasil em outubro de 2022, os quatro maiores bancos brasileiros concentravam 56,0% dos ativos totais, o que fez com que o Brasil figurasse no grupo de países com os sistemas bancários mais concentrados do mundo. Essa concentração pode afetar a concorrência, com possíveis efeitos sobre o *spread* bancário e outros preços. Adicionalmente, um eventual problema de relacionamento com um dos bancos pode afetar a capacidade de financiamento da Companhia, de seus clientes e dos consumidores.

### **(vii) Qualquer degradação da classificação de crédito do Brasil (rating) pode afetar negativamente a percepção sobre a Companhia.**

Podemos ser adversamente afetados pela percepção dos investidores quanto aos riscos relacionados à classificação de crédito da dívida soberana do Brasil. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de cálculos de dívida e a perspectiva de mudanças em qualquer desses fatores.

Em setembro de 2015, a Standard & Poor's iniciou a revisão da nota de risco de crédito soberano do Brasil, rebaixando-a para um grau abaixo do denominado grau de investimento e, desde então, o Brasil vem sofrendo sucessivos cortes em sua nota pelas três principais agências de classificação de risco no mundo. Após o rebaixamento feito em 30 de setembro de 2015, a Standard & Poor's reduziu novamente a nota de risco de crédito do Brasil de BB+ para BB e, em 11 de janeiro de 2018, rebaixou a nota de risco de crédito soberano do Brasil de BB para BB- com perspectiva estável, citando o atraso na aprovação de medidas fiscais que reequilibrem as contas públicas. Em abril de 2020, a Standard & Poor's manteve o rating de crédito do Brasil em BB-, mas alterou a perspectiva de positiva para estável, reafirmando o posicionamento em novembro de 2021 e em junho de 2022.

Em fevereiro de 2016, a Moody's rebaixou a nota de risco de crédito do Brasil para um grau abaixo do grau de investimento, para Ba2, com uma perspectiva negativa, alterada em abril de 2018 para uma perspectiva estável, o que se manteve em setembro de 2018 e abril de 2022, citando expectativas de novos cortes nos gastos do governo e manutenção das reformas no arcabouço fiscal e política monetária do país.

Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou a nota de risco de crédito soberano do Brasil de BB para BB-, nota essa que foi reafirmada em dezembro de 2021, mas com uma perspectiva negativa, citando os riscos para a economia e finanças públicas e trajetória da dívida no contexto de aperto monetário e crescente dívidas

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

sobre a capacidade do país de cumprir com o teto dos gastos públicos. Em julho de 2022, elevou para BB- com perspectiva estável, reafirmando o posicionamento em dezembro de 2022. Segundo a agência, esses riscos podem ser potencializados por conta da polaridade e insegurança política.

A classificação de crédito soberana do Brasil atualmente é avaliada abaixo do grau de investimento pelas três principais agências de rating acima mencionadas. Conseqüentemente, a percepção sobre o valor de empresas brasileiras foi afetada negativamente. O agravamento da situação econômica brasileira e a contínua incerteza política, entre outros fatores, pode levar a novos rebaixamentos. Qualquer nova degradação das classificações de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar negativamente a percepção sobre o valor da Companhia.

### **(viii) A inflação e as medidas do Governo Federal para combatê-la podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil, afetando adversamente o resultado operacional da Companhia.**

Historicamente, o Brasil tem registrado elevadas taxas de inflação, se comparadas com as economias mais desenvolvidas. Determinadas medidas do Governo Federal para combatê-las, como elevação da taxa de juros básica da economia ("SELIC") tiveram impacto negativo relevante sobre a economia brasileira, na medida em que reduziram o nível de atividade econômica, aumentaram o custo de captação das empresas, além de reduzir os investimentos de longo prazo.

No passado, as medidas adotadas para combater a inflação, bem como a especulação sobre tais medidas, geraram clima de incerteza econômica no Brasil e aumentaram a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários. Os índices de inflação anuais foram de -0,53%, 7,55%, 7,32%, 23,12%, 17,78% e 5,45% em 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022 respectivamente, de acordo com o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), e de 2,95%, 3,75%, 4,31%, 4,52%, 10,06% e 5,78% em 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022 respectivamente, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Caso o Brasil venha a vivenciar significativa inflação no futuro, não é possível prever se a Companhia será capaz de compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, por meio do repasse do aumento dos custos decorrentes da inflação para os preços cobrados de seus clientes, o que poderá diminuir as margens operacionais da Companhia. A adoção da política de câmbio flutuante e a desvalorização do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil, acarretando a necessidade de adoção de políticas recessivas pelo Governo Federal, acompanhadas de altas taxas de juros, que podem afetar a economia como um todo, inclusive o setor de atuação da Companhia.

### **(ix) A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira e, conseqüentemente, nossos resultados.**

A moeda brasileira tem sofrido forte oscilação com relação ao dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. Desde 1999, o Brasil adotou um sistema macroeconômico de metas de inflação, o qual pressupõe câmbio flutuante com intervenções do Banco Central na compra ou venda de moeda estrangeira

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

com o objetivo de garantir o poder de compra da moeda local. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas.

Nos últimos anos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era de R\$5,19 por US\$1,00, representando uma desvalorização da moeda brasileira frente ao Dólar de 28,8%. Em 31 de dezembro de 2021, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era de R\$5,57 por US\$1,00, representando uma desvalorização da moeda brasileira frente ao Dólar de 7,3%. Já em 31 de dezembro de 2022, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era de R\$5,29 por US\$1,00, representando uma valorização da moeda brasileira frente ao Dólar de 5,0%. Não se pode garantir que o Real não sofrerá valorização ou desvalorização em relação ao Dólar novamente.

A desvalorização do real pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os nossos resultados, por conta da retração no consumo e do aumento de nossos custos. Por outro lado, a valorização do real pode levar à deterioração das contas correntes do país e da balança de pagamentos, bem como a um enfraquecimento no crescimento do produto interno bruto gerado pela exportação. Não exercemos quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil e nem dispomos da capacidade de prevê-la. Nosso negócio, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

## 4.2 Descrição dos 5 (cinco) principais fatores de risco

- a) Os resultados operacionais da Companhia poderão ser prejudicados se houver diminuição na demanda de aço.
- b) Acidentes ou falhas em equipamentos utilizados nas atividades operacionais poderão levar à queda ou paralisação da produção, o que poderá reduzir as receitas operacionais da Companhia.
- c) A Companhia possui uma concentração por demanda de aço em determinados setores industriais, sendo que uma eventual redução nesta demanda poderia afetar adversamente seus resultados.
- d) Aumentos no preço de insumos podem elevar os custos inerentes às atividades da Companhia e podem afetar adversamente seus resultados operacionais.
- e) Falhas, ineficiências e interrupções no transporte e infraestrutura podem afetar adversamente as operações da Companhia.

### 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Além dos riscos indicados no item 4.1 deste Formulário de Referência, a Companhia também está exposta a determinamos riscos de mercado, os quais referem-se basicamente àqueles inseridos no curso normal dos negócios da Companhia, sejam eles: (i) risco de taxa de câmbio e (ii) risco de taxa de juros.

#### (i) Risco de taxa de câmbio

A exposição decorre da existência de ativos e passivos denominados em Dólar e Euro, uma vez que a moeda funcional da Companhia é o Real e é denominada exposição cambial natural. A exposição líquida é o resultado da compensação da exposição cambial natural pelos instrumentos adotados pela Companhia.

A exposição líquida consolidada está demonstrada a seguir:

	Em 31 de dezembro de					
	2022	2021	2020	2022	2021	2020
<b>Exposição cambial</b>	valores em US\$ mil			valores em R\$ mil		
Caixa e equivalente de caixa	2.948	1.965	26	15.382	10.965	135
Adiantamentos	8.023	1.418	1.198	41.863	7.912	6.228
<b>Total do ativo</b>	<b>10.971</b>	<b>3.383</b>	<b>1.224</b>	<b>57.245</b>	<b>18.877</b>	<b>6.363</b>
Fornecedores	-1.716	-1.618	-1.503	-8.952	-9.030	-7.812
Adiantamento de contrato de câmbio	0	0	0	0	0	0
Adiantamentos de clientes	0	0	-29.186	0	0	-151.670
Comissão de agentes de exportação	0	0	-10.874	0	0	-56.509
<b>Total do passivo</b>	<b>-1.716</b>	<b>-1.618</b>	<b>-41.563</b>	<b>-8.952</b>	<b>-9.030</b>	<b>-215.991</b>
<b>Exposição em Dólar</b>	<b>9.255</b>	<b>1.765</b>	<b>-40.339</b>	<b>48.293</b>	<b>9.847</b>	<b>-209.628</b>
	valores em €\$ mil			valores em R\$ mil		
Adiantamentos (Ativo)	1.178	1.250	632	6.560	7.900	4.030
Fornecedores (Passivo)	-102	-157	0	-567	-990	4.030
<b>Exposição em Euro</b>	<b>1.076</b>	<b>1.093</b>	<b>632</b>	<b>5.993</b>	<b>6.910</b>	<b>8.060</b>

#### Análise de sensibilidade da exposição cambial

A Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2023, a taxa de câmbio do Dólar será de 5,27. Essa estimativa é baseada no relatório Focus do Banco Central do Brasil de 30 de dezembro de 2022. Em relação ao Euro, a Companhia estima uma desvalorização da moeda com a mesma paridade do Dólar.

A Companhia fez uma análise de sensibilidade de efeitos no resultado advindos de uma alta na taxa de câmbio de 25% (Cenário 1) e 50% (Cenário 2) em relação ao cenário provável.

A moeda utilizada na análise de sensibilidade e seus respectivos cenários são demonstrados a seguir:

Moeda	Taxa de Câmbio	Cenário Provável	Cenário 1	Cenário 2
USD	5,2177	5,2700	3,9500	2,6400
Euro	5,5694	5,6252	4,2189	2,8126

### 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Os impactos no resultado são assim demonstrados:

<b>Instrumento</b>	<b>Valor de Referência</b>	<b>Cenário Provável</b>	<b>Cenário 1</b>	<b>Cenário 2</b>
Caixa e equivalente de caixa	15.382	15.536	11.652	7.768
Adiantamentos	41.862	42.281	31.711	21.141
<b>Total do ativo</b>	<b>57.244</b>	<b>57.817</b>	<b>43.363</b>	<b>28.909</b>
Fornecedores	-8.954	-9.043	-6.782	-4.522
<b>Total do passivo</b>	<b>-8.954</b>	<b>-9.043</b>	<b>-6.782</b>	<b>-4.522</b>
<b>Exposição cambial líquida em Dólar</b>	<b>48.290</b>	<b>48.774</b>	<b>36.581</b>	<b>24.387</b>
Adiantamentos	6.560	6.626	4.969	3.313
Fornecedores	-567	-573	-430	-286
<b>Exposição cambial líquida em Euro</b>	<b>5.993</b>	<b>6.053</b>	<b>4.539</b>	<b>3.027</b>

#### (ii) Risco de Taxa de Juros

Esse risco decorre de passivos de curto e longo prazo com taxas de juros pré ou pós-fixadas e índices de inflação. A Companhia contrata empréstimo e financiamentos junto às principais instituições financeiras no Brasil, fazendo frente às suas necessidades de caixa para investimentos e seu crescimento.

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, bem como, impactem a demanda por seus produtos. A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros referenciadas em CDI e IPCA.

Em 31 de dezembro de 2022, a posição de dívida total (representada pela soma de empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante) da Companhia era de R\$1.038.914 mil, sendo 63% com taxa de juros pós-fixadas, conforme detalhado abaixo:

<b>Valores em milhares de R\$</b>	<b>Indexador</b>	<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>		
		<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Empréstimos e Financiamentos	CDI	163.585	318.433	151.334
Empréstimos e Financiamentos	IPCA	493.618	132.683	32.899

Qualquer aumento nestes indicadores poderá gerar impacto negativo sobre nossas despesas financeiras e resultados operacionais.

A Companhia participa em operações de swap com o objetivo de proteger e gerenciar o risco da taxa de juros. Essas operações visam reduzir a volatilidade da taxa de juros das debêntures série IPCA. A Companhia não possui instrumentos financeiros com fins especulativos.

A Companhia realizou contratações de operações de SWAP de taxas com o objetivo de hedge para as debêntures indexadas pelo IPCA. Nestas operações houve trocas (swap) dos índices de remuneração dessas debêntures do IPCA para CDI.

### 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

#### Análise de sensibilidade da exposição cambial e taxas de juros

A Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2023, as taxas CDI, IPCA e IGPM, serão de 12,25%, 5,31% e 4,55% respectivamente. Essas estimativas são baseadas no relatório Focus do Banco Central do Brasil de 30 de dezembro de 2022. A estimativa da taxa CDI é baseada na Meta Selic divulgada que acompanha o CDI.

A Companhia fez uma análise de sensibilidade de efeitos no resultado advindos de uma alta na taxa de juros de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

As taxas utilizadas na análise de sensibilidade e seus respectivos cenários são demonstrados a seguir:

Taxa	Taxa de Juros	Cenário Provável	Cenário 1	Cenário 2
CDI	13,65%	12,25%	9,19%	6,13%
IPCA	5,79%	5,31%	3,98%	2,66%
IGP-M	5,45%	4,55%	3,41%	2,28%

Os impactos no resultado são assim demonstrados:

Taxa	% a. a.	Ativo	Passivo	Exposição Líquida	Cenário Provável	Cenário 1	Cenário 2
CDI	13,65%	538.590	-163.585	375.005	45.938	34.454	22.969
IPCA	5,79%	0	-498.181	-498.181	-26.453	-19.840	-13.227
IGP-M	5,45%	0	-4.858	-4.858	-221	-166	-111
		<b>538.590</b>	<b>-666.624</b>	<b>-128.034</b>	<b>19.264</b>	<b>14.448</b>	<b>9.631</b>

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

Somos parte em diversos processos administrativos e judiciais relacionados a questões tributárias, trabalhistas, cíveis, ambientais e outros no curso normal de nossos negócios. Para a descrição dos processos relevantes a seguir, selecionamos os processos que acreditamos, com base na análise e avaliação de nossos assessores jurídicos, bem como nosso julgamento de negócios, poderiam influenciar decisões de investimento. Consideramos relevantes os processos em razão do valor envolvido, considerando o valor correspondente a 1% (um por cento) do patrimônio líquido consolidado da Companhia nas últimas demonstrações financeiras anuais, ou em razão dos riscos relacionados à matéria discutida, independentemente de valor.

As provisões são realizadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 37 – Provisões Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O valor reconhecido como provisão considera a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação em questão, na data das Demonstrações Financeiras. Para tanto, a Companhia considera o resultado histórico de suas ações judiciais (êxitos e perdas) bem como a evolução jurisprudencial, de forma a se municiar de elementos que indicam o valor a ser provisionado conforme o caso, observadas a legislação e a regulamentação aplicáveis.

A Companhia apresentava as seguintes provisões para ações de natureza cíveis, trabalhistas, ambiental e outras vinculadas a processos judiciais em curso, por natureza, nas datas indicadas:

<b>Natureza (R\$ milhares)</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Cíveis	4.806	8.377	17.135
Trabalhistas	2.988	2.974	2.890
Ambiental	502	494	50
Outros	44	0	0
<b>Total</b>	<b>8.340</b>	<b>11.845</b>	<b>20.075</b>

Descrevemos a seguir os principais processos judiciais e administrativos individualmente relevantes a que a Companhia estava sujeita em 31 de dezembro de 2022, segregados conforme sua natureza.

Os referidos processos são acompanhados por assessores legais especializados, que orientam a Companhia quanto à possibilidade de perda e posicionamento dos órgãos julgadores de forma a manter as provisões para contingências sempre atualizadas.

## 4.4 Processos não sigilosos relevantes

### (i) Processos Tributários

Autos de Infração: (1) 5419630000194-6 / (2) 5419630000195-4 / (3) 5419630000196-2 / (4) 5419630000197-0 / (5) 5419630000199-7 / (6) 5419630000200-4 / (7) 4141949000060-0 / (8) 4141949000599-3

<b>Juízo</b>	Delegacia da Receita Estadual de São Luís/MA
<b>Instância</b>	Administrativa
<b>Data de instauração</b>	19/12/2019
<b>Partes no processo</b>	Secretaria da Fazenda do Estado do Maranhão x AVB
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 7.046.506,66.

Assunto: SINCOEX

Autos de Infração lavrados para exigir o ICMS resultante da diferença entre o financiamento SINCOEX calculado pela Companhia (sobre o ICMS incidente nas operações incentivadas) e aquele apurado pelo Fisco (sobre o valor do ICMS recolhido em guias de arrecadação). Autos lavrados para dois CNPJ's de empresas do grupo da Companhia e por período - 01/2016 a 12/2018.

Argumentos de Defesa da Companhia:

#### Principais fatos

(i) a Companhia sempre calculou o financiamento com base no "CONTRATO DE HABILITAÇÃO PARA SINCOEX" firmado em 2011 com o Estado do Maranhão – e que determina que o valor do benefício deve ser calculado sobre o valor do ICMS incidente sobre suas operações incentivadas;

(ii) após mais de 9 anos de vigência do benefício, a forma de cálculo em questão jamais havia sido questionada pela Fiscalização, que, inclusive, validou expressamente o entendimento da Companhia em contatos estabelecidos no ano de 2015;

(iii) o programa eletrônico disponibilizado pela Fazenda Estadual para preenchimento da Declaração de Informações Econômico Fiscais (DIEF) confirma o entendimento adotado pela Companhia, na medida em que é o próprio sistema que: (1º) exige que o contribuinte preencha um campo com os valores de suas saídas incentivadas; (2º) calcula automaticamente o financiamento do SINCOEX sobre os valores informados a título de saídas incentivadas; e, por fim, (3º) "importa" o valor calculado para a aba correspondente à apuração do imposto e subtrai o financiamento do montante a recolher;

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

**Autos de Infração: (1) 5419630000194-6 / (2) 5419630000195-4 / (3) 5419630000196-2 / (4) 5419630000197-0 / (5) 5419630000199-7 / (6) 5419630000200-4 / (7) 4141949000060-0 / (8) 4141949000599-3**

(iv) o procedimento de auditoria n. 41419490000280-3 (que abrangeu o mesmo período do lançamento ora combatido) foi encerrado pela Fiscalização no ano de 2019 diante da constatação de que “não foram encontradas irregularidades na apuração do imposto, tampouco na fruição do benefício”.

De forma totalmente arbitrária, contudo, a referida fiscalização foi desconsiderada em razão da suposta identificação de erro material no procedimento (o qual, na verdade, diz respeito exclusivamente à alteração do entendimento fiscal acerca de qual base deveria ser adotada no cálculo do benefício); tendo sido iniciada, na sequência, a auditoria n. 41419490000600-0, que deu origem às autuações em referência.

16/01/2020 – Impugnação ao Auto de Infração apresentada pela Companhia  
 04/11/2020 – Decisão administrativa declarando a procedência da autuação.  
 24/11/2020 – Recurso voluntário apresentado pela AVB.

17/03/2022 - Parecer da auditora fiscal: A partir dos novos fatos apresentados, foi identificado equívoco nas declarações do percentual das saídas incentivadas apresentadas pela matriz nos anos de 2016, 2017 e 2018, que pode ter resultado em ICMS a recolher acima do devido pelo auto de infração. Com isso solicito abertura de Revisão de Ofício, de acordo com o previsto pelo Art. 147, inciso VIII, do CTN e art. 185 da lei estadual 7799/2002.”

04/01/2023 – Publicada decisão favorável à Companhia, em que foi declarada, de ofício, a improcedência do lançamento. Mantido apenas parte do valor do auto 5, conforme informado no item “valores envolvidos”, que foi objeto de ação anulatória distribuída pela Companhia em janeiro de 2023. Trata-se de decisão definitiva.

**Resumo das decisões de mérito proferidas**

Julgado em sede de revisão de ofício, por unanimidade dos votos do Tribunal Administrativo de recursos Fiscais, improcedente o lançamento por erro no procedimento adotado na fiscalização.

**Estágio do processo**

Aguardando baixa.

**Chance de perda**

Possível.

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

**Autos de Infração: (1) 5419630000194-6 / (2) 5419630000195-4 / (3) 5419630000196-2 / (4) 5419630000197-0 / (5) 5419630000199-7 / (6) 5419630000200-4 / (7) 4141949000060-0 / (8) 4141949000599-3**

<b>Motivo pelo qual o processo é considerado relevante</b>	Este processo foi considerado relevante em razão do valor inicialmente envolvido na demanda.
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Impacto financeiro, não há valor provisionado.

#### **Auto de Infração: 47216300016-8**

<b>Juízo</b>	Delegacia da Receita Estadual em São Luís/MA
<b>Instância</b>	Administrativa
<b>Data de instauração</b>	10/05/2021
<b>Partes no processo</b>	Secretaria da Fazenda do Estado do Maranhão x AVB
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 38.824.792,53

Auto de Infração lavrado para cobrança de ICMS supostamente devido pela Companhia em razão da realização, no período compreendido entre abril/2016 e setembro/2020, de operações de aquisição interestadual de energia elétrica destinada a consumo final.

Argumentos de Defesa da Companhia:

(a) o ICMS exigido pelo Estado do Maranhão é devido em razão de uma operação interna de consumo de energia, não havendo que se falar em falta de recolhimento pela Companhia, mas, na realidade, em aplicação do regime de diferimento previsto no art. 1º, § 1º, I, da Lei nº 7.977/03; (b) a literalidade dos arts. 2º, § 1º, III, e 3º, III, da Lei Complementar nº 87/96 (integralmente reproduzidos pelo RICMS do Estado do Maranhão) excetua, da hipótese de incidência do tributo estadual, os casos em que o insumo é, cumulativamente, (i) adquirido em operação interestadual e (ii) destinado ao processo de industrialização do adquirente

Movimentação:

16/06/2021 Impugnação ao auto de infração apresentada.

20/07/2021 Decisão Administrativa - "Face ao exposto e de conformidade com as peças que constam dos autos, julga-se PROCEDENTE O AUTO

#### **Principais fatos**

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

Auto de Infração: 47216300016-8	
	DE INFRAÇÃO". 05/08/2021 Recurso Voluntário interposto pela Companhia.
<b>Resumo das decisões de mérito proferidas</b>	Auto pago à vista em setembro de 2022 e solicitada desistência do processo administrativo. Não aplicável.
<b>Estágio do processo</b>	Aguardando baixa.
<b>Chance de perda</b>	Possível
<b>Motivo pelo qual o processo é considerado relevante</b>	Este processo foi considerado relevante em razão do valor inicialmente envolvido na demanda.
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Impacto financeiro, não há valor provisionado

#### (ii) Processos Cíveis

Processos nº 0002564-71.2016.8.10.0022 e 0003010-74.2016.8.10.0022	
<b>Juízo</b>	2ª vara cível de Açailândia/MA
<b>Instância</b>	1ª Instância
<b>Data de instauração</b>	2016
<b>Partes no processo</b>	Pessoas Físicas x AVB
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Valor da causa, respectivamente, R\$ 806.080,00 e R\$ 110.400,00, com pedido de indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente com moinha de carvão da Companhia. Tratam-se de ações de indenização por danos morais, materiais e lucros cessantes, decorrentes de queimaduras de 3º grau sofridos pelos autores ao se deslocarem pelas dependências da Companhia e pisarem em munha de carvão, argumentando que, pelas sequelas, não poderiam mais prover o seu próprio sustento, passando a depender de terceiros, necessitando, ainda, de medicamentos, cirurgias reparadoras e fisioterapia diariamente. Imputam a responsabilidade do dano à Companhia sob argumentação de não haver, a mesma, adotado medidas para impedir o acidente ocorrido, tendo em vista que, supostamente, se trataria de uma área de livre acesso e sem a existência de proteção, advertência ou sinalização.
<b>Principais fatos</b>	A Companhia, em sua defesa, demonstrou que a propriedade da Companhia é devidamente murada e cercada, além de conter várias sinalizações que advertem quanto a existência de perigos no local. Além disso, demonstrou que a propriedade é

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

##### Processos nº 0002564-71.2016.8.10.0022 e 0003010-74.2016.8.10.0022

dotada de portaria, com a presença de vigias, sendo expressamente proibida a entrada de terceiros, não possuindo a Companhia, qualquer responsabilidade sobre os acidentes ocorridos. Por fim, pelas próprias alegações dos Autores é possível inferir que se tratou de invasão à propriedade privada, para furto de carvão, e que os autores estavam cientes de sua conduta ilegal, bem como dos riscos ao qual estavam se submetendo ao invadirem uma área industrial, sendo o caso de culpa exclusiva da própria vítima.

Atualmente os processos encontram-se em fase de conhecimento.

<b>Resumo das decisões de mérito proferidas</b>	Não aplicável.
<b>Estágio do processo</b>	Fase inicial.
<b>Chance de perda</b>	Possível
<b>Motivo pelo qual o processo é considerado relevante</b>	Estes processos foram considerados relevantes pelo fato de serem objeto de divulgação midiática, com abordagem social e ambiental, e, portanto, com potencial impacto reputacional.
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Impacto financeiro, não há valor provisionado

##### Processo nº 0803497-74.2017.8.10.0022

<b>Juízo</b>	Vara da fazenda pública da Comarca de Açailândia/MA
<b>Instância</b>	1ª Instância
<b>Data de instauração</b>	2017
<b>Partes no processo</b>	Ministério Público do Estado do Maranhão x AVB, Ricardo Carvalho Nascimento, Ancelmo Leandro Rocha, Bento Vieira Sousa, Diomar da Silva Freire, Fabio Pereira da Cruz, Josélia Santos, José Pedro Coelho Júnior, José Vagnaldo Oliveira, Luiz Carlos Silva, Marcio Aníbal Gomes Vieira, Maria de Fátima Silva Camelo, Sergiomar Santos de Assis e Metal X - Industria, Comercio e Serviços LTDA – EPP.
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Valor da causa R\$ 100.000,00.

## 4.4 Processos não sigilosos relevantes

### Processo nº 0803497-74.2017.8.10.0022

Trata-se de Ação Civil Pública por Atos de Improbidade Administrativa visando afastamento de agentes públicos de cargos, condenação de todos os requeridos por atos de improbidade e nas sanções da Lei Anticorrupção, sendo arrolados como réus vereadores, empresas e diretores. Aduz o Ministério Público que as empresas, apesar de não serem agentes públicos, pagaram propina para os vereadores aprovarem lei municipal que concedeu isenção de impostos, beneficiando-se, elas, desta lei em detrimento da municipalidade.

Na ação, o Ministério Público requer:

- 1) A condenação de todos os Requeridos nas sanções previstas no artigo 12, I, da Lei nº 8.429/92, em razão da prática de atos de improbidade administrativa que importaram em enriquecimento ilícito, descritos no artigo 9º, caput e inciso I, da mesma lei, no que lhes for aplicável.
- 2) A condenação de todos os Requeridos, também, nas penas estipuladas no artigo 12, III, da Lei nº 8.429/92, em razão da prática de atos de improbidade administrativa que atentaram contra os princípios da Administração Pública, inculpidos no artigo 11, caput, da mesma lei.
- 3) O reconhecimento da prática de atos lesivos à administração pública previstos na Lei Anticorrupção, praticados no interesse e/ou benefício das pessoas jurídicas da Companhia e METAL X - INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. EPP, aplicando-lhes as sanções previstas no art. 19 e 6º da Lei nº 12.846/2013.

Apresentada contestação, cujos principais argumentos de defesa dizem respeito a:

1 – A ausência de provas suficientes e idôneas a justificar o recebimento da Ação vez que o pedido se fundamenta apenas no depoimento duvidoso de uma única testemunha, e que foi orquestrado por adversários políticos dos vereadores incluídos no polo passivo, sendo nítido que o objeto da demanda se trata de retaliação política.

2 – Que a demanda deve ser extinta por haver se fundamentado em provas obtidas ilicitamente através da quebra ilegal do sigilo bancário das partes.

#### Principais fatos

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

##### Processo nº 0803497-74.2017.8.10.0022

3 – Que a conduta imputada à Companhia inexistente, vez que os valores transferidos à outra empresa ré, não dizem respeito a pagamento de propina, sendo apenas reflexos das relações comerciais mantidas entre elas, especialmente pela locação de equipamentos para utilização nas obras civis da construção de uma usina de aço, o que foi demonstrado pela Nota Fiscal juntada aos autos e laudo de evolução das obras.

4 - A inexistência de qualquer motivo plausível para que a Companhia pagasse propina para a aprovação de um projeto de lei que nada lhe beneficiaria, vez que ela não é beneficiária direta da isenção de ISSQN, na medida que não é prestadora de serviços e contribuinte deste tributo, trabalhando apenas com atividade de venda de produtos siderúrgicos, de modo que a aprovação do projeto de lei não diminuiria sua carga tributária.

5 – Que o projeto de lei foi aprovado apenas com alterações em sua redação original, o que inclusive implicou em aumento da carga tributária em relação à legislação que vigia anteriormente, de modo que a lei anterior era mais benéfica para que a lei que foi aprovada, sendo mais um indício da incoerência e inveracidade das alegações.

6 – Que não houve a condenação criminal dos envolvidos pelos fatos constantes da inicial da Ação Civil Pública.

A Ação foi recebida pelo juízo, e a última movimentação foi a especificação de provas pelas partes.

<b>Resumo das decisões de mérito proferidas</b>	Não aplicável.
<b>Estágio do processo</b>	Fase inicial.
<b>Chance de perda</b>	Possível
<b>Motivo pelo qual o processo é considerado relevante</b>	Este processo foi considerado relevante em razão de seu objeto e as sanções que podem dele derivar, incluindo potencial impacto reputacional.
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Em caso de perda, os requeridos estão sujeitos às penalidades abaixo, que podem ser aplicadas isoladas ou cumulativamente de acordo com a gravidade do fato: perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio; ressarcimento integral do dano; suspensão dos direitos políticos por 03 a 10 anos; pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

##### Processo nº 0803497-74.2017.8.10.0022

patrimonial; proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de 01 a 10 anos; suspensão ou interdição parcial de suas atividades; multa administrativa no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo.

##### Processo nº 0805759-21.2022.8.10.0022

**Juízo**

Vara da Fazenda Pública da Comarca de Açailândia/MA

**Instância**

1ª Instância

**Data de instauração**

2022

**Partes no processo**

Associação Comunitária dos Moradores do Pequiá x AVB, Viena e Estado do Maranhão.

**Valores, bens ou direitos envolvidos**

Valor da causa R\$ 30.000.000,00.

Trata-se de Ação Civil Pública visando à reparação integral dos danos causados pelas atividades supostamente poluidoras das empresas demandadas, com a condenação das empresas na paralisação das atividades enquanto não ajustarem às obrigações previstas em lei e/ou assumidas junto aos órgãos ambientais e pagamento de indenizações para reparação dos danos individuais, dos danos morais coletivos e dos danos sociais.

Na ação, a Associação requer:

**Principais fatos**

1) Sejam as Rés condenadas a três modalidades indenizatórias por danos difusos causados: a) danos materiais ambientais diretos, a ser definido em perícia, b) danos morais coletivos ambientais no montante de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) e c) danos sociais no montante de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); limitada a soma dos três danos ao montante global do investimento na região e integralmente dirigidos ao fundo público competente;

2) Sejam as Rés condenadas ao pagamento de danos materiais para cada um dos moradores da região do bairro de Piquiá, perfazendo dano coletivo ou individual homogêneo desta comunidade, no

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 0805759-21.2022.8.10.0022	
	montante de R\$ 50.000.00 (cinquenta mil reais) por família.
	A Ação foi distribuída em 21/10/2022 e ainda não houve a citação válida da Companhia.
<b>Resumo das decisões de mérito proferidas</b>	Não aplicável
<b>Estágio do processo</b>	Conhecimento
<b>Chance de perda</b>	Possível
<b>Motivo pelo qual o processo é considerado relevante</b>	Este processo foi considerado relevante pelo fato de ser objeto de divulgação midiática, com abordagem social e ambiental, e, portanto, com potencial impacto reputacional, além do aspecto financeiro, em razão do valor envolvido na demanda
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Impacto reputacional e financeiro, não há valor provisionado

#### (iii) Processos Ambientais

Processo nº 0030443-72.2010.4.013.700	
<b>Juízo</b>	8ª vara federal São Luis/MA
<b>Instância</b>	2ª instância
<b>Data de instauração</b>	2010
<b>Partes no processo</b>	IBAMA x AVB
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Valor da causa R\$ 10.000,00.
<b>Principais fatos</b>	Ação Civil Pública com pedido de recuperação de suposta área degradada de 7 hectares de Área de Preservação Permanente, ou de pagamento de indenização correspondente, em decorrência do auto de infração nº 487126/D. Sentença publicada em abril de 2013, julgando procedentes os pedidos.
	Apelação protocolada pela Companhia e ainda não julgada.
<b>Resumo das decisões de mérito proferidas</b>	Sentença publicada em abril de 2013, julgando precedente os pedidos, para condenar a Companhia em: (i) obrigação de fazer, consistente na recuperação da área degradada, local denominado Fazenda Lagoa da Floresta, situado no município de Barra do Corda/MA; e (ii) obrigação de pagar quantia pelos danos causados

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

	e que não forem passíveis de recuperação in natura (restauração).
<b>Estágio do processo</b>	Recursal.
<b>Chance de perda</b>	Provável
<b>Motivo pelo qual o processo é considerado relevante</b>	O processo foi considerado relevante por ter matéria sensível em seu objeto, de cunho ambiental, com potencial impacto reputacional.
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Impacto reputacional, provisão de R\$50.000,00.

#### Processo nº 00289904220104013700

<b>Juízo</b>	2ª vara federal de Imperatriz/MA
<b>Instância</b>	2ª instância
<b>Data de instauração</b>	2010
<b>Partes no processo</b>	IBAMA x AVB, Ricardo Carvalho Nascimento e Silvia Carvalho Nascimento e Silva
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Valor da causa R\$ 10.000,00.

#### Principais fatos

Ação Civil Pública com pedido de recuperação de danos ambientais ou pagamento de valor correspondente, por, supostamente adquirir carvão vegetal, sem exibir a licença do vendedor outorgada pela autoridade competente, e consumido na produção de gusa nos anos de 2001 a 2004. Sentença publicada em outubro de 2019. Embargos de Declaração protocolados pelos réus e ainda não julgados.

#### Resumo das decisões de mérito proferidas

Sentença publicada em outubro de 2019, julgando parcialmente procedentes os pedidos, para condenar a Companhia em: (i) obrigação de fazer, consistente em promover a recuperação de 2.729,55 hectares da Floresta Amazônica localizada na Reserva Biológica do Gurupi/MA; ou, alternativamente, (ii) obrigação de pagar quantia pelos danos causados e que não forem passíveis de recuperação in natura; ou, alternativamente, (iii) compensar a área com outra equivalente em importância ecológica e extensão.

<b>Estágio do processo</b>	Recursal.
<b>Chance de perda</b>	Possível
<b>Motivo pelo qual o processo é considerado relevante</b>	O processo foi considerado relevante por ter matéria sensível em seu objeto, de cunho ambiental, com potencial impacto reputacional, além do aspecto financeiro, em razão do valor envolvido na demanda.
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Impacto reputacional e financeiro, não há valor provisionado.

## 4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 1001549-25.2017.4.01.3700	
Juízo	8ª vara federal de São Luis/MA
Instância	2ª instância
Data de instauração	2010
Partes no processo	Ministério Público Federal (MPF) x AVB
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa R\$ 1.000.000,00.
Principais fatos	Ação Civil Pública que objetiva o reconhecimento de responsabilidade civil indireta - de natureza ambiental - pela utilização de carvão florestal de origem supostamente ilícita (poluidor indireto), e consumido na produção de gusa nos anos de 2009 a 2012. Sentença publicada em setembro de 2019, julgando totalmente improcedentes os pedidos.
Resumo das decisões de mérito proferidas	Apelação protocolada pelo MPF e ainda não julgada. Sentença publicada em setembro de 2019, julgando totalmente improcedente os pedidos.
Estágio do processo	Recursal
Chance de perda	Possível
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo foi considerado relevante por ter matéria sensível em seu objeto, de cunho ambiental, com potencial impacto reputacional.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto reputacional, não há valor provisionado.

Processo nº 1034656-21.2021.4.01.3700	
Juízo	8ª Vara Federal Ambiental e Agrária da Sessão Judiciária do Maranhão
Instância	1ª Instância
Data de instauração	2021
Partes no processo	Ministério Público Federal e IBAMA.
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa R\$ 1.190.589,57.

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

##### Processo nº 1034656-21.2021.4.01.3700

<b>Principais fatos</b>	<p>Trata-se de Ação Civil Pública visando a responsabilização pela reparação dos danos supostamente ocasionados pelo desmatamento ilícito de um total de 73,9 hectares perpetrado no Município de Bom Jardim/MA, fazenda São Marcos.</p> <p>A citação foi recebida pela Companhia em dezembro de 2022, tendo sido apresentada defesa arguindo a sua ilegitimidade passiva pela ausência de posse e domínio sobre a área desmatada.</p>
<b>Resumo das decisões de mérito proferidas</b>	Não aplicável
<b>Estágio do processo</b>	Conhecimento
<b>Chance de perda</b>	Possível
<b>Motivo pelo qual o processo é considerado relevante</b>	O processo foi considerado relevante por ter matéria sensível em seu objeto, de cunho ambiental, com potencial impacto reputacional.
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Impacto reputacional, não há valor provisionado

##### Processo nº 00025917820074013700

<b>Juízo</b>	5ª vara federal de São Luis/MA
<b>Instância</b>	2ª instância
<b>Data de instauração</b>	2007
<b>Partes no processo</b>	AVB x IBAMA
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Valor da causa R\$ 38.636.815,00.
<b>Principais fatos</b>	<p>Ação anulatória distribuída pela AVB, para que seja declarada a nulidade do Auto de Infração nº 487094/D, lavrado pelo IBAMA. O auto de infração deu origem à Ação Civil Pública 00289904220104013700, e versa sobre suposta aquisição de carvão vegetal, sem licença do vendedor outorgada pela autoridade competente, e consumo na produção de gusa nos anos de 2001 a 2004.</p> <p>Em sua petição inicial a Companhia argumenta que o auto de infração foi lavrado por agente incompetente, além de ter violado os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, ampla defesa e legalidade.</p>

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

Foi proferida Sentença favorável à Companhia, determinando a anulação do auto de infração, confirmada por acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. O IBAMA, por sua vez, apresentou recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça não recebido.

Agravo em Recurso Especial distribuído pelo IBAMA em abril de 2022.

Acrescente-se a decisão exarada em maio de 2022, nos autos do processo administrativo em que se discute o auto 487094/D, que declarou a incidência de prescrição executória relativa a crédito decorrente da sanção de multa simples, objeto do auto de infração nº 487094/D.

Sentença favorável à Companhia, determinando a anulação do auto de infração, confirmada por acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª região.

##### Resumo das decisões de mérito proferidas

Decisão administrativa declarando a incidência da prescrição executória relativa a crédito decorrente de sanção de multa simples, objeto do auto de infração nº 487094/D.

<b>Estágio do processo</b>	Recursal.
<b>Chance de perda</b>	Remota
<b>Motivo pelo qual o processo é considerado relevante</b>	Este processo foi considerado relevante em razão do valor inicialmente envolvido na demanda.
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Impacto financeiro, não há valor provisionado.

##### (iv) Processos Trabalhistas

RT 08854.2012.023-16-00-2	
<b>Juízo</b>	2ª Vara do Trabalho de Imperatriz
<b>Instância</b>	2ª instância
<b>Data de instauração</b>	19/11/2012
<b>Partes no processo</b>	Espólio de V.S.A. x Serralheria Betel e AVB
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Valor da causa R\$ 3.087.000,00.

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

<p><b>Principais fatos</b></p>	<p>Pedido de Indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho fatal - responsabilidade subsidiária da AVB. Sentença em maio de 2013 julgando procedente em parte a ação.</p> <p>Decisão objeto de recurso ordinário e recurso de revista.</p> <p>Recursos ainda não distribuídos no Tribunal Superior do Trabalho (TST).</p>
<p><b>Resumo das decisões de mérito proferidas</b></p>	<p>Sentença em maio de 2013 julgando procedente em parte a ação arbitrando provisoriamente o valor da condenação de R\$300.000,00.</p> <p>Acórdão em julho de 2018 dando provimento parcial ao recurso para, em relação ao dano material, acolher a preliminar de julgamento ultra petita e limitar a condenação aos termos do pedido, ou seja, para considerar a expectativa de sobrevida em 36,9 anos, e para minorar a indenização por danos morais para o valor de R\$240.000,00</p>
<p><b>Estágio do processo</b></p>	<p>Recursal.</p>
<p><b>Chance de perda</b></p>	<p>Provável</p>
<p><b>Motivo pelo qual o processo é considerado relevante</b></p>	<p>O processo foi considerado relevante por ter matéria sensível em seu objeto, com potencial impacto reputacional.</p>
<p><b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b></p>	<p>Impacto reputacional, provisão de R\$920.000,00.</p>

#### RT 0016130-35.2015.5.16

<p><b>Juízo</b></p>	<p>Vara do Trabalho de Açailândia</p>
<p><b>Instância</b></p>	<p>2ª instância</p>
<p><b>Data de instauração</b></p>	<p>02/02/2015</p>
<p><b>Partes no processo</b></p>	<p>Espólio de T.P.S. x AVB</p>
<p><b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b></p>	<p>Valor da causa R\$ 1.630.720,32.</p>
<p><b>Principais fatos</b></p>	<p>Pedido de Indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente fatal de trabalho. Sentença em outubro de 2019 julgando procedente em parte a ação arbitrando provisoriamente o valor da condenação de R\$ 151.398,56.</p> <p>Decisão transitada em julgado em 2022 e solicitada pela Companhia audiência de conciliação para formalizar o acordo.</p>

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

<b>Resumo das decisões de mérito proferidas</b>	<p>Sentença em outubro de 2022 julgou procedentes em parte os pedidos formulados na petição inicial para condenar a Companhia nas seguintes obrigações: (i) de pagar: indenização moral causado no importe de R\$100.000,00; indenização pelo dano estético causado no importe de R\$400.000,00; e indenização pelo dano material causado a título de pensionamento, em parcela única, no montante de R\$11.398,56.</p>
<b>Estágio do processo</b>	Aguardando audiência de conciliação.
<b>Chance de perda</b>	Provável
<b>Motivo pelo qual o processo é considerado relevante</b>	O processo foi considerado relevante por ter matéria sensível em seu objeto, com potencial impacto reputacional.
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Impacto reputacional, provisão de R\$180.000,00.

#### RT 0017037-05.2018.5.16.0013

<b>Juízo</b>	Vara do Trabalho de Açailândia
<b>Instância</b>	2ª instância
<b>Data de instauração</b>	22/10/2018
<b>Partes no processo</b>	Espólio de J.H.A. x AVB
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	<p>Valor da causa R\$ 1.691.285,8,00.</p> <p>Pedido de Indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente fatal de trabalho. Sentença em maio de 2019 julgando procedente a ação, arbitrando provisoriamente o valor da condenação de R\$ 790.000,00.</p>
<b>Principais fatos</b>	<p>Decisão objeto de recurso ordinário, recurso de revista, agravo sobre recurso de revista e agravo interno apresentados pela Companhia, sendo que o agravo interno ainda não foi julgado.</p>
<b>Resumo das decisões de mérito proferidas</b>	<p>Sentença de maio de 2019 julgou procedentes em parte os pedidos formulados na petição inicial para condenar a Companhia nas seguintes obrigações: (i) a) de pagar: indenização pelo dano moral causado no importe de R\$100.000,00 em favor da 1ª Reclamante e R\$100.000,00 em favor do 2º Reclamante; e indenização pelo dano material causado a título de pensionamento mensal, pelo prazo de 51 anos e 08 meses, a se iniciar na data de 16/07/2018, na razão de dois terços da remuneração do empregado falecido, que na época do falecimento era de R\$1.329,99, totalizando a quantia de R\$886,66 por mês, além de uma cota a mais no dia 20 de dezembro de</p>

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

RT 0017037-05.2018.5.16.0013	
	todos os anos, em substituição ao 13º salário, e uma parcela anual equivalente a 1/3 da pensão, a ser paga no dia 20 de agosto de todos os anos, em substituição ao adicional de um terço das férias, nos limites do pedido.
Estágio do processo	Recursal
Chance de perda	Provável
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo foi considerado relevante por ter matéria sensível em seu objeto, com potencial impacto reputacional.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto Reputacional, provisão de R\$968.000,00.

#### (v) Processos Criminais

Processo nº 0805993-37.2021.8.10.0022	
Juízo	1ª Vara Criminal de Açailândia
Instância	1ª instância
Data de instauração	01/12/2021
Partes no processo	Ministério Público Estadual x AVB
Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa R\$ 0,00.
Principais fatos	Trata-se de ação penal onde a Companhia foi denunciada por, supostamente, ter ocasionado derramamento de material conhecido como Lama, rejeito de produção de ferro gusa, na BR-222, em abril de 2018, bem como por funcionar sem a competente autorização do órgão ambiental. Essa ação teve origem em processo administrativo do IBAMA, no auto de infração nº 184/2018, que versa sobre tais fatos, considerado na descrição constante no item 4.6 abaixo.
Resumo das decisões de mérito proferidas	A Companhia foi citada para responder à acusação em junho de 2022. Não aplicável.
Estágio do processo	Fase inicial.
Chance de perda	Possível
Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo foi considerado relevante por ter matéria sensível em seu objeto, com potencial impacto reputacional.
Análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto reputacional

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 0800119-34.2022.8.10.0023	
<b>Juízo</b>	Juizado Especial Cível e Criminal de Açailândia
<b>Instância</b>	1ª instância
<b>Data de instauração</b>	10/02/2022
<b>Partes no processo</b>	Ministério Público Estadual x AVB e Ricardo Carvalho Nascimento
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	Valor da causa R\$ 0,00. Trata-se de ação penal onde a Companhia e Ricardo foram denunciados por, supostamente, terem degradado uma área em razão da atividade de extração mineral situada na Fazenda Espanha, Zona Rural do município de São Francisco do Brejão/MA, que deveria ter sido recuperada.  A Companhia e Ricardo foram citados em maio de 2022, tendo apresentado defesa em que alegaram:
<b>Principais fatos</b>	(i) extinção da sua punibilidade em razão da ocorrência da prescrição da pretensão punitiva; (ii) prévia composição do dano – aplicação do Art. 76, da Lei 9.099/95 – oferecimento de transação penal; (iii) e, quanto ao mérito, discordaram dos termos da denúncia.  Essa ação teve origem em processo administrativo do IBAMA, no auto de infração nº 005/2019, que versa sobre tais fatos, considerado na descrição constante no item 4.7 deste Formulário de Referência.
<b>Resumo das decisões de mérito proferidas</b>	Não aplicável.
<b>Estágio do processo</b>	Fase inicial.
<b>Chance de perda</b>	Possível
<b>Motivo pelo qual o processo é considerado relevante</b>	O processo foi considerado relevante por ter matéria sensível em seu objeto, com potencial impacto reputacional.
<b>Análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Impacto Reputacional.

#### **4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes**

Os processos descritos no item 4.3 acima, com classificação de perda provável, têm como valor total de provisão o montante de R\$2.118.000,00 em 31 de dezembro de 2022.

#### **4.6 Processos sigilosos relevantes**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não figuram como parte em processos sigilosos que sejam considerados relevantes.

## 4.7 Outras contingências relevantes

Apresentamos abaixo os processos judiciais e administrativos repetitivos ou conexos, em que a Companhia ou suas controladas figuram no polo passivo em 31 de dezembro de 2022, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto:

### Ações Cíveis

A Companhia figura como parte, no polo passivo, em 55 processos judiciais cíveis, movidos por pessoas físicas em Açailândia/MA, relacionados pedidos de indenização por danos morais e materiais por suposta poluição. Atualmente, já há algumas decisões condenatórias transitadas em julgado contra a Companhia, algumas já em fase de cumprimento de sentença.

<b>a) Valores envolvidos:</b>	R\$ 7.114.799,76
<b>b) Práticas da Companhia que causo tal contingência:</b>	Suposta poluição causada por unidade da Companhia localizada no município.
<b>c) Valor provisionado:</b>	R\$ 2.507.099,76

### Ações Ambientais

A Companhia figura como parte, no polo passivo, em 38 autos de infração de natureza ambiental, lavrados pelo IBAMA, pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Maranhão, pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Açailândia/MA, ou pela SEMAD/MG. Todos os processos tramitam na esfera administrativa ou judicial, aguardando decisão sobre as defesas apresentadas pela Companhia.

<b>a) Valores envolvidos:</b>	R\$ 23.033.508,00
-------------------------------	-------------------

**b) Práticas da Companhia que causo tal contingência:**

Os assuntos dos autos de infração versam sobre (i) recebimento de carvão vegetal de espécies nativas sem licença válida, com Documentos de Origem Florestal - DOFs emitidos com suposta divergência de volume igual ou superior a 11%, diferenciando-se umas das outras pelo fornecedor do carvão; (ii) suposto descumprimento de condicionantes de licenças ambientais; (iii) lançamento de efluentes em desacordo com a Resolução Conama; (iv) condução de atividades sem licença ou autorização do órgão ambiental competente; (v) fazer funcionar a atividade de gusa sem licença do órgão ambiental competente; (vi) descumprir o rodízio de monitoramento de chaminés especificado no Decreto 29.669/13; (vii) desmatamento de forma supostamente irregular, e (viii) adquirir, transportar, produzir, comercializar, armazenar ou utilizar carvão plantado sem observar requisitos previstos nas normas legais vigentes.

<b>c) Valor provisionado:</b>	R\$ 502.339,30
-------------------------------	----------------

## **5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## 5.2 Descrição dos controles internos

**a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

**b) as estruturas organizacionais envolvidas**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

**c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

**d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Os auditores externos da Companhia, quando da execução de seus trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve deficiências significativas reportadas, conforme relatório de auditoria e de acordo com o previsto no inciso II do artigo 25 da Resolução CVM nº 23/2021.

Na avaliação desses riscos, segundo as normas de auditoria, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. O resultado sobre a avaliação dos controles, por parte dos auditores, é apresentado à Companhia, acompanhados de sugestões de aprimoramento.

É importante destacar que todas as sugestões ou comentários efetuados pela auditoria devem ser analisados e interpretados dentro do contexto do referido relatório. Adicionalmente, os efeitos de alguns dos aprimoramentos citados no referido relatório são considerados imateriais para fins da elaboração de nossas demonstrações financeiras.

## 5.2 Descrição dos controles internos

### e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Com base no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente sobre os controles internos relacionados ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, não houve deficiências significativas reportadas. Apesar disso, foram realizados planos de ação para a melhoria de tais controles, ainda que as deficiências encontradas não afetem de forma relevante as Demonstrações Financeiras.

### 5.3 Programa de integridade

**a. se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

***i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas***

A Companhia, por meio de seu Conselho de Administração, aprovou em 07 de julho de 2017 o seu Código de Conduta. O documento trata de valores, princípios éticos, responsabilidades e normas de conduta que orientam a empresa e permitem avaliar grande parte das situações. O Código busca, ainda, minimizar a subjetividade das interpretações pessoais sobre princípios morais e éticos da Companhia.

Foi criado um Comitê Interno de Ética, responsável por analisar, investigar e atuar nos potenciais desvios de conduta e apoiar no esclarecimento de eventuais dúvidas dos Integrantes. Reafirmando o compromisso da Companhia com o tema, são promovidos treinamentos periódicos com os colaboradores de todos os níveis.

Em 25 de agosto de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política de Anticorrupção e Antissuborno, que tem como finalidade estabelecer padrões mínimos de comportamento para seus colaboradores, independentemente de seu nível hierárquico, e terceiros frente a situações que possam envolver ou caracterizar atos de corrupção e suborno, especificamente no que concerne ao relacionamento com o Poder Público, deixando clara a postura de absoluta intolerância da AVB ante qualquer ato ilícito.

Em 07 de novembro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política de Relacionamento com Agentes Públicos e Pessoas Politicamente Expostas que estabelece, dentre outros procedimentos, (i) as regras gerais para o relacionamento com agentes públicos e para as atividades de relações governamentais, (ii) as regras para representação da AVB no relacionamento com agentes públicos com funções relevantes ou Pessoas Expostas Politicamente, (iii) regras para contratação de órgãos governamentais, agentes públicos e ex-agentes públicos, (iv) prevenção e combate a corrupção, (v) brindes e cortesias a agentes públicos.

Além disso, a Companhia também possui uma Política de Brindes e Doações e Política de Compliance que estabelecem mecanismos e procedimentos de integridade estabelecendo procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

Os riscos inerentes a esta matéria, bem como as políticas acima relacionadas são reavaliados e adaptados anualmente.

### 5.3 Programa de integridade

***ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes***

O Comitê Interno de Ética, criado em 01 de agosto de 2021 e que reporta diretamente à diretoria, é responsável pelo recebimento e apuração das denúncias, sendo assessorado por comissão investigativa externa na investigação e apuração de denúncias específicas.

Em 25 de agosto de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política sobre a Confidencialidade das Denúncias, Proteção contra as Retaliações e Ações do Comitê de Ética, estabelecendo as diretrizes e regras referentes ao recebimento de denúncia e proteção contra as retaliações. Conforme exposto na política, os membros do Comitê de Ética gozam de proteção contra punições arbitrárias ou promovidas em represália às ações relacionadas ao exercício dessas funções.

Além disso, em 07 de novembro de 2022, foi aprovado pelo Conselho de Administração o Regimento Interno do Comitê de Ética, que disciplina o funcionamento do Comitê, definindo suas competências, atribuições, responsabilidades e deveres.

***iii. se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:***

***• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados***

O Código de Conduta foi aprovado em 07/07/2017 e revisado pelo Conselho de Administração da Companhia em 28/03/2022, sendo aplicável aos acionistas, membros do Conselho de Administração, diretores executivos, colaboradores diretos e indiretos, estagiários, prestadores de serviço e por qualquer pessoa que atue em nome da Companhia ou que com a Companhia se relacione. O Código de Conduta, conforme alterado de tempos em tempos, é aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

***• se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema***

Todos os colaboradores da Companhia são cientificados e treinados a respeito do conteúdo do Código de Conduta da Companhia no momento de sua contratação, e, os administradores, no momento de sua eleição. Além disso, sempre que ocorrem atualizações do conteúdo do Código de Conduta, seu conteúdo é novamente divulgado e disponibilizado para todos os administradores, colaboradores, fornecedores e de suas controladas.

***• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas***

### 5.3 Programa de integridade

Nos casos em que houver violação ou suspeita de violação de qualquer dos dispositivos do Código de Conduta da Companhia, o Comitê Interno de Ética será acionado, e avaliará os fatos apresentados, aplicando, conforme o caso, as medidas disciplinares abaixo, em qualquer ordem, dependendo da gravidade da situação: (a) advertência por escrito; (b) suspensão; (c) demissão sem justa causa; e (d) demissão por justa causa.

**• órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A última versão do Código de Conduta foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 28/03/2022, e está disponível para consulta nos websites da Companhia (ri.avb.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm).

**b. se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

**(i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A Companhia possui um canal confidencial de denúncias externo (“Canal Confidencial”), acessível por meio do site [www.contatoconfidencial.com.br/avb](http://www.contatoconfidencial.com.br/avb), ou através do número: 0800 033 0392, por meio do qual todos os colaboradores da Companhia e de suas eventuais controladas, bem como o seu público externo, podem reportar dúvidas, suspeitas ou violações ao Código de Conduta, às demais políticas da Companhia e/ou à legislação vigente de maneira confidencial, anônima (se desejado) e sem retaliação.

**(ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

Conforme descrito acima, os canais para recebimento de denúncias são disponíveis para o público interno/externo.

**(iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

O anonimato é garantido pela empresa terceirizada que recebe as denúncias para os colaboradores e pessoas externas que não queiram se identificar, mas realizam relatos sobre situações que inferem as regras de conduta ética.

**(iv) órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias**

Todos os casos reportados são apurados pelo Comitê Interno de Ética, que reporta diretamente à Diretoria, além de garantir que quaisquer reportes recebidos por meio do Canal Confidencial sejam endereçados aos setores responsáveis da Companhia e que as medidas cabíveis sejam tomadas.

### 5.3 Programa de integridade

**c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas**

O grupo dispõe de um canal de denúncias terceirizado, na qual os relatos são recebidos por uma empresa especializada em manutenção de canal de denúncias. Ao longo dos períodos analisados não foram identificados e ou recebidos nenhum desvio praticado contra a administração pública.

**d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável, pois a Companhia adota uma Política de Relacionamento com Agentes Públicos e Pessoas Politicamente Expostas e uma Política de Anticorrupção e Antissuborno que são voltadas à proteção de riscos de conformidade junto à administração pública e agentes privados. Além disso, a Companhia possui outras políticas e procedimentos especificamente voltados à prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública – tais como canal de denúncias, código de ética, etc. – descritos neste item 5.3, acima.

## 5.4 Alterações significativas

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## 5.5 Outras informações relevantes

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	

## AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:

0	0,000	0	0,000	0	0,000
---	-------	---	-------	---	-------

## LSN Participação Ltda.

32.921.093/0001-83		Sim	Sim	27/05/2022	
Não					
206.231	19,989	68.743	33,333	274.974	22,212

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

## OUTROS

0	0,000	0	0,000	0	0,000
---	-------	---	-------	---	-------

## Regina Carvalho Nascimento

130.654.406-87	Brasileira	Sim	Sim	27/05/2022	
Não					
206.231	19,989	0	0,000	206.231	16,659

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>Ricardo Carvalho Nascimento</b>					
004.855.936-96	Brasileiro	Sim	Sim	27/05/2022	
Não					
206.231	19,989	68.744	33,333	274.975	22,212
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
TOTAL	0	0.000			
<b>Ricardo Nascimento</b>					
007.392.516-00	Brasileiro	Sim	Sim	27/05/2022	
Não					
206.821	20,044	0	0,000	206.821	16,705
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
TOTAL	0	0.000			
<b>Silvia Carvalho Nascimento e Silva</b>					
004.855.976-83	Brasileira	Sim	Sim	27/05/2022	
Não					
206.231	19,989	68.744	33,334	274.975	22,212
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>	
TOTAL	0	0.000			
<b>TOTAL</b>					

**6.1/2 Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
1.031.745	100,000	206.231	100,000	1.237.976	100,000	

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
LSN Participação Ltda.				32.921.093/0001-83		
<b>4G HOLDING LLC</b>						
		Não	Sim	17/12/2020		
Não						
70.405.522	100,000	0	0,000	70.405.522	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>TOTAL</b>						
70.405.522	100,000	0	0,000	70.405.522	100,000	

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>4G HOLDING LLC</b>						
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>Laura Carvalho Nascimento</b>						
004.856.656-03	Brasileira	Não	Sim	30/10/2020		
Não						
58.600.149	100,000	0	0,000	58.600.149	100,000	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>TOTAL</b>						
58.600.149	100,000	0	0,000	58.600.149	100,000	

### 6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	04/04/2023
Quantidade acionistas pessoa física	4
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	0

#### Ações em Circulação

*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria*

Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

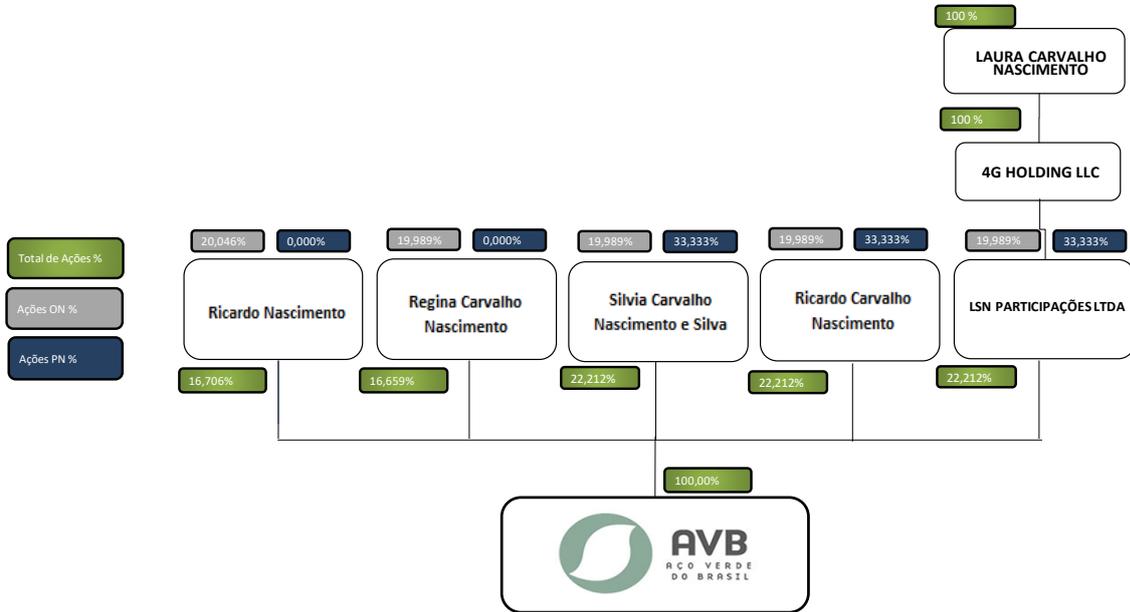
## 6.4 Participação em sociedades

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

### 6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

Abaixo o organograma societário da Companhia em maio de 2023:



## **6.6 Outras informações relevantes**

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

a) **principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver e, caso o emissor divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

b) **se há mecanismos de avaliação de desempenho**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

c) **regras de identificação de conflitos de interesses**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

d) **por órgão:**

i) número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero:

<b>Identidade Autodeclarada de Gênero</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho de Administração</b>
Masculino	4	2
Feminino	1	4
Não binário	0	0
Outros	0	0
Prefere não responder	0	0
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>6</b>

ii) número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

<b>Identidade Autodeclarada de Cor ou Raça</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho de Administração</b>
Amarelo	0	0
Branco	5	6
Preto	0	0
Pardo	0	0
Indígena	0	0
Outros	0	0
Prefere não responder	0	0
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>6</b>

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

iii) número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

Não aplicável.

e) se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

Não aplicável.

f) papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

O Conselho de Administração possui, desde abril de 2022, um Comitê de Governança e Sustentabilidade, órgão não estatutário de assessoramento ao conselho, que, conforme Regimento Interno aprovado em reunião do Conselho dia 25 de agosto de 2022, possui como atribuições: (i) assessorar o Conselho de Administração na estratégia e objetivos de Governança e Sustentabilidade; (ii) identificar, abordar, acompanhar e tratar assuntos envolvendo Governança e Sustentabilidade que representem riscos ou possam ter impacto relevante para os negócios, resultados de longo prazo, ou relacionamento com clientes e colaboradores e imagem da Companhia; (iii) garantir a inclusão da Governança e Sustentabilidade no planejamento estratégico da Companhia, bem como nas práticas de gestão da organização e nas suas operações; dentre outras.

A Companhia mantém um inventário anual de emissões de CO<sub>2</sub>, realizado conforme metodologia do GHG Protocol e Worldsteel, e auditado e verificado pela Société Générale de Surveillance (SGS), obtendo os seguintes valores:

	2018	2019	2020	2021	2022
<b>Tonelada de CO<sub>2</sub> por cada tonelada de aço produzida</b>	0,10	0,06	-0,04	0,02	0,02

Além disso, em dezembro de 2022, a Companhia conquistou uma nota B no questionário de Mudanças Climáticas do CDP - Carbon Disclosure Project em seu primeiro ano de certificação. O resultado obtido demonstra o comprometimento da companhia na implementação de políticas e estratégias para reduzir os impactos ambientais, além de ter atuação consistente e gestão eficiente dos indicadores ESG.

## 7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

### Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	1	4	0	0	0
TOTAL = 5	1	4	0	0	0

### Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	5	0	0	0	0	0
TOTAL = 5	0	5	0	0	0	0	0

## **7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

### 7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

**Nome:** Gustavo Gasparini Braga      **CPF:** 054.403.916-57      **Profissão:** Administrador de Empresas      **Data de Nascimento:** 10/04/1979

**Experiência Profissional:** Formado em Administração/Comércio Exterior pela Centro Universitário UNA, possui Pós Graduação em Psicologia Positiva e Ciência do Bem Estar pela PUC-RS. Trabalhou como agente comercial do Banco Panamericano (2001 a 2003), setor de Exportação da ESAB (2003-2004) e como Gerente de Compras, Planejamento e Reparos na Lider Aviação (2004-2011). Entrou no Grupo Ferroeste como Gerente de Suprimentos em 2011 assumiu a Diretoria de Suprimentos da AVB em 2023.

O Sr. Gustavo não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Sr. Gustavo não é considerado uma pessoa politicamente exposta para fins da Resolução CVM nº 50/21.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	11/08/2023	2 anos	19 - Outros Diretores	Diretor de Suprimentos	11/08/2023	Sim	01/02/2023

**Nome:** Gustavo Rozenbaum Bcheche **CPF:** 037.234.056-30 **Profissão:** Engenheiro Civil **Data de Nascimento:** 02/03/1979

**Experiência Profissional:** Formado em Engenharia Civil pela UFMG, possui MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (2003), MBA em Gestão Empreendedora pela Fundação Dom Cabral (2005) e Post-MBA em Gestão Empresarial pela instituição Kellogg School of Management (2006). Trabalhou como gerente de projetos na empresa de Mecanização Rural de 2010 a 2015, Superintendente Financeiro na CBF Indústria de Gusa (2016) e em 2017 assumiu a Diretoria Financeira da AVB. O Sr. Gustavo não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Gustavo não é considerado uma pessoa politicamente exposta para fins da Resolução CVM nº 50/21.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	11/08/2023	02 anos	12 - Diretor de Relações com Investidores		11/08/2023	Sim	29/09/2017

**Nome:** Laura Carvalho Nascimento **CPF:** 004.856.656-03 **Profissão:** Fisioterapeuta **Data de Nascimento:** 25/09/1976

**Experiência Profissional:** Acionista indireta da Aço Verde do Brasil S.A. ("AVB"), ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia. É sócia indireta da Empresa de Mecanização Rural Ltda., holding pertencente ao mesmo grupo econômico da AVB e detentora de diversos negócios associados a siderurgia, agroindústria, imobiliário e energia e, tais como a CBF Indústria de Gusa S.A., Veredas Agro Ltda., Destilaria Veredas Indústria de Açúcar e Alcool Ltda, dentre outros. A Sra. Laura não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Laura não é considerada uma pessoa politicamente exposta para fins da Resolução CVM nº 50/21.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	23/02/2023	2 anos	22 - Conselho de Administração (Efetivo)		23/02/2023	Sim	09/08/2021

**Nome:** Leandro Vasconcelos da Costa **CPF:** 048.441.546-80 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 04/04/1979

**Experiência Profissional:** Formado em Administração de vendas pela FEAD (2002), possui MBA em Gestão Logística pela Fundação Getúlio Vargas (2004). Trabalhou como coordenador comercial e operacional na ALL de 2001 a 2005, como gerente de logística na TNT Logistics de 2005 a 2006 e na Vale S.A como gerente de vendas de 08/2006 a 2015. Em 2015 entrou no Grupo como superintendente comercial na CBF Indústria de Gusa e em 2018 assumiu a Diretoria Comercial da AVB. O Sr. Leandro não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Leandro não é considerado uma pessoa politicamente exposta para fins da Resolução CVM nº 50/21.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	11/08/2023	2 anos	19 - Outros Diretores	Diretor Comercial	11/08/2023	Sim	03/09/2018

**Nome:** Maria Gabriela Woge Liguori **CPF:** 308.513.548-07 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 08/02/1976

**Experiência Profissional:** Atualmente Diretora de Finanças Corporativas na Klabin S.A. e Membro Independente do Conselho de Administração da Aço Verde do Brasil, Gabriela Woge tem mais de 20 anos de experiência no mercado financeiro, com formação em Economia pela UNICAMP e especialização em Diplomacia Econômica e Finanças Corporativas pela UNICAMP e FGV. Com uma longa e estável carreira na área de finanças, já passou por empresas como Votorantim, BRF, Ultra e Kimberly Clark. A Sra. Maria Gabriela não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Maria Gabriela é considerada membro independente do Conselho de Administração conforme art. 6º, Anexo K à Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022. A Sra. Maria Gabriela não é considerada uma pessoa politicamente exposta para fins da Resolução CVM nº 50/21.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	23/02/2023	2 anos	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		23/02/2023	Sim	23/02/2023

**Nome:** Maria Renata e Silva Lotfi **CPF:** 230.358.308-00 **Profissão:** Administradora **Data de Nascimento:** 23/09/1987

**Experiência Profissional:** Maria Renata é cofundadora da RNA Capital e tem seu histórico de atuação com grande foco em gestão de riscos. Antes de fundar a RNA Capital, foi Diretora e Líder Analítica na Samp;P Global Ratings. Maria Renata é graduada em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV), onde também concluiu sua pós-graduação (Master in Financial Economics). É atualmente membro independente do Conselho de Administração da Aço Verde do Brasil S.A. e foi membro do Comitê de Riscos e Solvência do IRB Brasil RE (2020-2021). A Sra. Maria Renata não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Maria Renata é considerada membro independente do Conselho de Administração conforme art. 6º, Anexo K à Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022. A Sra. Maria Renata não é considerada uma pessoa politicamente exposta para fins da Resolução CVM nº 50/21.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	23/02/2023	2 (dois) anos	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	Membro do Comitê de Governança e Sustentabilidade	23/02/2023	Sim	23/02/2023

**Nome:** Ricardo Carvalho Nascimento **CPF:** 004.855.936-96 **Profissão:** Engenheiro Civil **Data de Nascimento:** 12/09/1978

**Experiência Profissional:** Formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais (2003), atua no ramo siderúrgico desde o início dos anos 2000, tendo ocupado diversos cargos de liderança nas empresas do Grupo Ferroeste. É sócio da Empresa de Mecanização Rural Ltda., holding pertencente ao mesmo grupo econômico da Aço Verde do Brasil S.A. e detentora de diversos negócios associados a siderurgia, agroindústria, imobiliário e energia, tais como a CBF Indústria de Gusa S.A., Veredas Agro Ltda., Destilaria Veredas Indústria de Açúcar e Alcool Ltda, dentre outros. Acionista da Aço Verde do Brasil S.A., ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração e do Comitê de Governança e Sustentabilidade da Companhia. O Sr. Ricardo Carvalho Nascimento é parte no processo nº 0014855-61.2012.8.08.0067, em trâmite perante a Vara Única da Comarca de João Neiva/ES. Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada sentença condenatória, que por sua vez, foi confirmada perante o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo em acórdão publicado em julho de 2022. Atualmente aguarda-se admissão dos recursos cabíveis junto ao Superior Tribunal de Justiça e Superior Tribunal Federal. O Sr. Ricardo é parte, ainda, no processo n.º 0001167-40.2017.8.10.0022, em trâmite perante a 1ª Vara Criminal de Açailândia. Após sentença absolutória, o Tribunal de Justiça do Maranhão reformou a decisão em sede de apelação para condenar o Sr. Ricardo, em acórdão publicado em junho de 2023. Serão apresentados os recursos cabíveis junto ao Superior Tribunal de Justiça e Superior Tribunal Federal. Além disso, o Sr. Ricardo Carvalho Nascimento, não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Ricardo não é considerado uma pessoa politicamente exposta para fins da Resolução CVM nº 50/21.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	23/02/2023	2 anos	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	Membro do Comitê de Governança e Sustentabilidade	23/02/2023	Sim	29/09/2017

**Condenações:**

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Condenação Criminal	O Sr. Ricardo Carvalho Nascimento é parte no processo nº 0014855-61.2012.8.08.0067, em trâmite perante a Vara Única da Comarca de João Neiva/ES. Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada sentença condenatória, que por sua vez, foi confirmada perante o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo. Atualmente aguarda-se a publicação do acórdão para interposição dos recursos cabíveis junto ao Superior Tribunal de Justiça. Além disso, o Sr. Ricardo Carvalho Nascimento, não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) em processo administrativo da CVM, ou (ii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
Condenação Criminal	Processo na 1ª Vara Criminal de Açailândia. Sentença absolutória revertida pelo TJMA em 06/23.

**Nome:** Ricardo Nascimento      **CPF:** 007.392.516-00      **Profissão:** Advogado      **Data de Nascimento:** 08/03/1942

**Experiência Profissional:** O Sr. Ricardo Nascimento é fundador e acionista do Grupo Ferroeste, estando envolvido no ramo siderúrgico e agropecuário desde os anos 70. Acionista da Aço Verde do Brasil S.A. ("AVB"), ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração. É sócio da Empresa de Mecanização Rural Ltda., holding pertencente ao mesmo grupo econômico da AVB e detentora de diversos negócios associados a siderurgia, agroindústria, imobiliário e energia, tais como a CBF Indústria de Gusa S.A., Veredas Agro Ltda., Destilaria Veredas Indústria de Açúcar e Álcool Ltda, dentre outros. Já foi presidente do SIFEMA – Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Estado do Maranhão, no período de 2005 a 2007 e foi premiado com a medalha de mérito industrial concedida pelo Conselho da Ordem da Medalha do Mérito Industrial da FIEMA pelos relevantes serviços prestados à indústria maranhense. O Sr. Ricardo não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Ricardo não é considerado uma pessoa politicamente exposta para fins da Resolução CVM nº 50/21. O Sr. Ricardo Nascimento foi eleito como membro do Conselho de Administração na Assembleia Geral Extraordinária realizada a 09/08/2021 e eleito como Presidente do Conselho de Administração na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada a 28/04/2022.

**Órgãos da Administração:**

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	23/02/2023	2 anos	20 - Presidente do Conselho de Administração		23/02/2023	Sim	29/09/2017

**Nome:** Sandro Marques Raposo **CPF:** 006.321.727-97 **Profissão:** Engenheiro Metalúrgico **Data de Nascimento:** 30/09/1969

**Experiência Profissional:** Formado em Engenharia Metalúrgica pela UFF (1992), possui mestrado em Engenharia Metalúrgica pela Universidade Federal do Paraná – UFPR/2002 . Trabalhou na Gerdau Brasil de 1993 a 1994 como engenheiro trainee, de 1994 a 1995 como chefe do Lingotamento – Aciaria, e de 1996 a 2000 como chefe de processos, e de 2000 a 2003 como chefe de produção. De 2004 a 2005 trabalhou na Gerdau Ameristeel (Sayreville Mill - USA) como Gerente Sistema de Gestão/Consultor Aciaria e 2005 a 2007 como Superintendente de Aciaria na Gerdau Ameristeel (Perth Amboy Mill - USA). Trabalhou de 05/2007 a 08/2010 como gerente geral na CSN como Rresponsável pelo Projeto de implantação e pela Operação (Aciaria e Laminação) e performance da Planta e pela estruturação e gestão do negócio de Aços Longos da CSN. Trabalhou de 09/2010 a 09/2012 como Diretor Executivo na Queiroz Galvão Siderurgia. Em 10/2012 entrou na Aço Verde do Brasil como gerente geral de engenharia sendo eleito diretor industrial em 2017.Desde 2018 é membro do Conselho de Administração da Cimento Verde do Brasil (CVB) Joint venture entre AVB e TUDELA (Produtor Cimento Espanhol) e Diretor Industrial da Associação Industrial e Comercial (ACIA) do Maranhão. O Sr. Sandro não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.O Sr. Sandro não é considerado uma pessoa politicamente exposta para fins da Instrução CVM n.º 617.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	11/08/2023	02 anos	19 - Outros Diretores	Diretor de Sustentabilidade e Novos Negócios	11/08/2023	Sim	29/09/2017

**Nome:** Sílvia Carvalho Nascimento e Silva **CPF:** 004.855.976-83 **Profissão:** Administradora **Data de Nascimento:** 08/08/1977

**Experiência Profissional:** Sílvia Carvalho Nascimento e Silva é formada em Administração de Empresas pela Universidade de Miami (2000) com PDD - Programa de Desenvolvimento de Dirigentes pela Dom Cabral (2004). Atua no ramo siderúrgico desde 2000, tendo ocupado diversos cargos de liderança nas empresas do Grupo Ferroeste. É sócia da Empresa de Mecanização Rural Ltda., holding pertencente ao mesmo grupo econômico da Aço Verde do Brasil S.A. e detentora de diversos negócios associados a siderurgia, agroindústria, imobiliário e energia, tais como a CBF Indústria de Gusa S.A., Veredas Agro Ltda., Destilaria Veredas Indústria de Açúcar e Alcool Ltda, dentre outros. Acionista da Aço Verde do Brasil S.A., ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração, membro do Comitê de Governança e Sustentabilidade e Diretora-Presidente da Companhia, além de ser Diretora-Presidente do Instituto AVB, conselheira no Instituto Aço Brasil e vice-presidente do conselho de administração do IIMA – International Iron Metallics Association. A Sra. Sílvia não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Sílvia não é considerada uma pessoa politicamente exposta para fins da Resolução CVM nº 50/21. A Sra. Sílvia tomou posse como Diretora Presidente da Companhia no dia 29/04/2022, conforme ata do Conselho de Administração da mesma data, estendendo-se o mandato até 09/08/2023.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	23/02/2023	2 anos	33 - Conselheiro (Efetivo) e Dir. Presidente	Membro do Comitê de Governança e Sustentabilidade	23/02/2023	Sim	29/09/2017

## 7.4 Composição dos comitês

**Nome:** Gustavo Rozenbaum Bcheche      **CPF:** 037.234.056-30      **Profissão:** Engenheiro Civil      **Data de Nascimento:** 02/03/1979

**Experiência Profissional:**

Formado em Engenharia Civil pela UFMG, possui MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (2003), MBA em Gestão Empreendedora pela Fundação Dom Cabral (2005) e Post-MBA em Gestão Empresarial pela instituição Kellogg School of Management (2006). Trabalhou como gerente de projetos na empresa de Mecanização Rural de 2010 a 2015, Superintendente Financeiro na CBF Indústria de Gusa (2016) e em 2017 assumiu a Diretoria Financeira da AVB. O Sr. Gustavo não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Gustavo não é considerado uma pessoa politicamente exposta para fins da Resolução CVM nº 50/21.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	12/04/2022	2 (dois) anos	Comitê de Governança e Sustentabilidade		12/04/2022	Sim	12/04/2022

**Nome:** Maria Renata e Silva Lotfi **CPF:** 230.358.308-00 **Profissão:** Administradora **Data de Nascimento:** 23/09/1987

**Experiência Profissional:**

Maria Renata é cofundadora da RNA Capital e tem seu histórico de atuação com grande foco em gestão de riscos. Antes de fundar a RNA Capital, foi Diretora e Líder Analítica na Samp;P Global Ratings. Maria Renata é graduada em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV), onde também concluiu sua pós-graduação (Master in Financial Economics). É atualmente membro independente do Conselho de Administração da Aço Verde do Brasil S.A. e foi membro do Comitê de Riscos e Solvência do IRB Brasil RE (2020-2021). A Sra. Maria Renata não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Maria Renata é considerada membro independente do Conselho de Administração conforme art. 6º, Anexo K à Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022. A Sra. Maria Renata não é considerada uma pessoa politicamente exposta para fins da Resolução CVM nº 50/21.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	12/04/2022	2 anos	Comitê de Governança e Sustentabilidade		12/04/2022	Sim	12/04/2022

**Nome:** Ricardo Carvalho Nascimento      **CPF:** 004.855.936-96      **Profissão:** Engenheiro Civil      **Data de Nascimento:** 12/09/1978

**Experiência Profissional:**

Formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais (2003), atua no ramo siderúrgico desde o início dos anos 2000, tendo ocupado diversos cargos de liderança nas empresas do Grupo Ferroeste. É sócio da Empresa de Mecanização Rural Ltda., holding pertencente ao mesmo grupo econômico da Aço Verde do Brasil S.A. e detentora de diversos negócios associados a siderurgia, agroindústria, imobiliário e energia, tais como a CBF Indústria de Gusa S.A., Veredas Agro Ltda., Destilaria Veredas Indústria de Açúcar e Alcool Ltda, dentre outros. Acionista da Aço Verde do Brasil S.A., ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração e do Comitê de Governança e Sustentabilidade da Companhia. O Sr. Ricardo Carvalho Nascimento é parte no processo nº 0014855-61.2012.8.08.0067, em trâmite perante a Vara Única da Comarca de João Neiva/ES. Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada sentença condenatória, que por sua vez, foi confirmada perante o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo em acórdão publicado em julho de 2022. Atualmente aguarda-se admissão dos recursos cabíveis junto ao Superior Tribunal de Justiça e Superior Tribunal Federal. O Sr. Ricardo é parte, ainda, no processo n.º 0001167-40.2017.8.10.0022, em trâmite perante a 1ª Vara Criminal de Açailândia. Após sentença absolutória, o Tribunal de Justiça do Maranhão reformou a decisão em sede de apelação para condenar o Sr. Ricardo, em acórdão publicado em junho de 2023. Serão apresentados os recursos cabíveis junto ao Superior Tribunal de Justiça e Superior Tribunal Federal. Além disso, o Sr. Ricardo Carvalho Nascimento, não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Ricardo não é considerado uma pessoa politicamente exposta para fins da Resolução CVM nº 50/21.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	12/04/2022	2 anos	Comitê de Governança e Sustentabilidade		12/04/2022	Sim	12/04/2022

**Condenações:**

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

## Condenação Criminal

O Sr. Ricardo Carvalho Nascimento é parte no processo nº 0014855-61.2012.8.08.0067, em trâmite perante a Vara Única da Comarca de João Neiva/ES. Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada sentença condenatória, que por sua vez, foi confirmada perante o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo. Atualmente aguarda-se a publicação do acórdão para interposição dos recursos cabíveis junto ao Superior Tribunal de Justiça. Além disso, o Sr. Ricardo Carvalho Nascimento, não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) em processo administrativo da CVM, ou (ii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

**Nome:** Sandro Marques Raposo **CPF:** 006.321.727-97 **Profissão:** Engenheiro Metalúrgico **Data de Nascimento:** 30/09/1969

**Experiência Profissional:**

Formado em Engenharia Metalúrgica pela UFF (1992), possui mestrado em Engenharia Metalúrgica pela Universidade Federal do Paraná – UFPR/2002 . Trabalhou na Gerdau Brasil de 1993 a 1994 como engenheiro trainee, de 1994 a 1995 como chefe do Lingotamento – Aciaria, e de 1996 a 2000 como chefe de processos, e de 2000 a 2003 como chefe de produção. De 2004 a 2005 trabalhou na Gerdau Ameristeel (Sayreville Mill - USA) como Gerente Sistema de Gestão/Consultor Aciaria e 2005 a 2007 como Superintendente de Aciaria na Gerdau Ameristeel (Perth Amboy Mill - USA). Trabalhou de 05/2007 a 08/2010 como gerente geral na CSN como Responsável pelo Projeto de implantação e pela Operação (Aciaria e Laminação) e performance da Planta e pela estruturação e gestão do negócio de Aços Longos da CSN. Trabalhou de 09/2010 a 09/2012 como Diretor Executivo na Queiroz Galvão Siderurgia. Em 10/2012 entrou na Aço Verde do Brasil como gerente geral de engenharia sendo eleito diretor industrial em 2017.Desde 2018 é membro do Conselho de Administração da Cimento Verde do Brasil (CVB) Joint venture entre AVB e TUDELA (Produtor Cimento Espanhol) e Diretor Industrial da Associação Industrial e Comercial (ACIA) do Maranhão. O Sr. Sandro não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.O Sr. Sandro não é considerado uma pessoa politicamente exposta para fins da Instrução CVM n.º 617.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	12/04/2022	2 anos	Comitê de Governança e Sustentabilidade		12/04/2022	Sim	12/04/2022

**Nome:** Silvia Carvalho Nascimento e Silva      **CPF:** 004.855.976-83      **Profissão:** Administradora      **Data de Nascimento:** 08/08/1977

**Experiência Profissional:**

Silvia Carvalho Nascimento e Silva é formada em Administração de Empresas pela Universidade de Miami (2000) com PDD - Programa de Desenvolvimento de Dirigentes pela Dom Cabral (2004). Atua no ramo siderúrgico desde 2000, tendo ocupado diversos cargos de liderança nas empresas do Grupo Ferroeste. É sócia da Empresa de Mecanização Rural Ltda., holding pertencente ao mesmo grupo econômico da Aço Verde do Brasil S.A. e detentora de diversos negócios associados a siderurgia, agroindústria, imobiliário e energia, tais como a CBF Indústria de Gusa S.A., Veredas Agro Ltda., Destilaria Veredas Indústria de Açúcar e Alcool Ltda, dentre outros. Acionista da Aço Verde do Brasil S.A., ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração, membro do Comitê de Governança e Sustentabilidade e Diretora-Presidente da Companhia, além de ser Diretora-Presidente do Instituto AVB, conselheira no Instituto Aço Brasil e vice-presidente do conselho de administração do IIMA – International Iron Metallics Association. A Sra. Silvia não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Silvia não é considerada uma pessoa politicamente exposta para fins da Resolução CVM nº 50/21. A Sra. Silvia tomou posse como Diretora Presidente da Companhia no dia 29/04/2022, conforme ata do Conselho de Administração da mesma data, estendendo-se o mandato até 09/08/2023.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	12/04/2022	2 anos	Comitê de Governança e Sustentabilidade		12/04/2022	Sim	12/04/2022

## 7.5 Relações familiares

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## **7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## **7.7 Acordos/seguros de administradores**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## 7.8 Outras informações relevantes

### COMITÊ DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Com o intuito de auxiliar o Conselho de Administração, a Companhia implementou o Comitê de Governança e Sustentabilidade (“Comitê”), órgão não estatutário de caráter não deliberativo que tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração no cumprimento de suas atribuições com relação à estratégia de Governança e Sustentabilidade da Companhia, com faculdades para informar, analisar e apresentar propostas para o Conselho de Administração dentro do escopo de suas funções previstas em seu Regimento Interno. O Regimento do Comitê de Governança e Sustentabilidade pode ser encontrado nos websites da Companhia ([ri.avb.com.br](http://ri.avb.com.br)) e da CVM ([www.gov.br/cvm](http://www.gov.br/cvm)).

Para mais informações acerca dos membros do Comitê, consultar o item 7.4. deste Formulário de Referência e o site [ri.avb.com.br](http://ri.avb.com.br).

## 8.1 Política ou prática de remuneração

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## 8.2 Remuneração total por órgão

## Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,83	4,92		10,75
Nº de membros remunerados	1,67	4,92		6,59
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	540.000,00	4.637.000,00		5.177.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	260.000,00		260.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	2.103.000,00		2.103.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Observação</b>				
<b>Total da remuneração</b>	<b>540.000,00</b>	<b>7.000.000,00</b>		<b>7.540.000,00</b>

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	4,00	0,00	8,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	3.513.915,31	0,00	3.513.915,31
Benefícios direto e indireto	0,00	108.294,36	0,00	108.294,36
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	1.323.216,03	0,00	1.323.216,03
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>				
Total da remuneração	0,00	4.945.425,70	0,00	4.945.425,70

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	4,00	0,00	7,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	3.235.400,67	0,00	3.235.400,67
Benefícios direto e indireto	0,00	110.492,95	0,00	110.492,95
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	20.201,29	0,00	20.201,29
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>				
<b>Total da remuneração</b>	0,00	3.366.094,91	0,00	3.366.094,91

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	6,00	0,00	9,00
Nº de membros remunerados	0,00	6,00	0,00	6,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	2.944.738,79	0,00	2.944.738,79
Benefícios direto e indireto	0,00	153.795,98	0,00	153.795,98
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	588.947,56	0,00	588.947,56
Descrição de outras remunerações fixas		INSS		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	129.443,95	0,00	129.443,95
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	25.888,79	0,00	25.888,79
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS		
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2021	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2021		
Total da remuneração	0,00	3.842.815,07	0,00	3.842.815,07

### **8.3 Remuneração variável**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

#### **8.4 Plano de remuneração baseado em ações**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## **8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## **8.6 Outorga de opções de compra de ações**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## 8.7 Opção em aberto

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## 8.8 Opções exercidas e ações entregues

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## **8.9 Remuneração baseada em ações, a serem entregues aos beneficiários**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## **8.10 Outorga de ações**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## 8.11 Ações entregues

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Nos termos da Resolução CVM nº 80, o preenchimento das demais informações deste item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## 8.12 Precificação das ações/opções

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

### **8.13 Participações detidas por órgão**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## 8.14 Planos de previdência

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## **8.15 Remuneração mínima, média e máxima**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## **8.16 Mecanismos de remuneração/indenização**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

**8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração**

<b>Previsto - Exercício de 2023</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
Remuneração total do órgão (R\$)	0	R\$ 7.540.000,00	0
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	0	R\$ 1.674.452,70	0
<b>Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago (%)</b>	<b>0%</b>	<b>22%</b>	<b>0%</b>

<b>Realizado - Exercício de 2022</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
Remuneração total do órgão (R\$)	0	R\$ 4.945.425,70	0
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	0	R\$ 1.543.438,50	0
<b>Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago (%)</b>	<b>0%</b>	<b>31%</b>	<b>0%</b>

<b>Realizado - Exercício de 2021</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
Remuneração total do órgão (R\$)	0	R\$ 3.366.094,91	0
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	0	R\$ 1.070.749,42	0
<b>Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago (%)</b>	<b>0%</b>	<b>32%</b>	<b>0%</b>

<b>Realizado - Exercício de 2020</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
Remuneração total do órgão (R\$)	0	R\$ 3.842.815,07	0
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	0	R\$ 1.342.974,71	0
<b>Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago (%)</b>	<b>0%</b>	<b>35%</b>	<b>0%</b>

## **8.18 Remuneração - Outras funções**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## **8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada**

Não há valores reconhecidos nos resultados dos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e das controladas da Companhia, como remuneração de membros de nosso Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

## 8.20 Outras informações relevantes

### Informações adicionais ao Item 8.2

No item 8.2 deste Formulário de Referência, a Companhia informa o número de membros do conselho de administração e da diretoria. Para tanto, o cálculo do número de membros de cada órgão foi apurado nos termos do Ofício Circular/ANUAL-2023-CVM/SEP, aferindo-se o número de membros em cada mês do exercício, somando o resultado de todos os meses e dividindo pelo número de meses do exercício, obtendo assim, uma média anual do nº de membros dos órgãos de administração. Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente o cálculo dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia se deu conforme demonstrado a seguir:

Exercício de 2023 (previsto)	Diretoria		Conselho de Administração	
	Nº de Membros	Nº de Membros Remunerados	Nº de Membros	Nº de Membros Remunerados
jan	4,00	4,00	4,00	0,00
fev	5,00	5,00	6,00	0,00
mar	5,00	5,00	6,00	2,00
abr	5,00	5,00	6,00	2,00
mai	5,00	5,00	6,00	2,00
jun	5,00	5,00	6,00	2,00
jul	5,00	5,00	6,00	2,00
ago	5,00	5,00	6,00	2,00
set	5,00	5,00	6,00	2,00
out	5,00	5,00	6,00	2,00
nov	5,00	5,00	6,00	2,00
dez	5,00	5,00	6,00	2,00
<b>Total</b>	<b>59,00</b>	<b>59,00</b>	<b>70,00</b>	<b>20,00</b>
<b>Média</b>	<b>4,92</b>	<b>4,92</b>	<b>5,83</b>	<b>1,67</b>

Exercício de 2022	Diretoria		Conselho de Administração	
	Nº de Membros	Nº de Membros Remunerados	Nº de Membros	Nº de Membros Remunerados
jan	4,00	4,00	4,00	0,00
fev	4,00	4,00	4,00	0,00
mar	4,00	4,00	4,00	0,00
abr	4,00	4,00	4,00	0,00
mai	4,00	4,00	4,00	0,00
jun	4,00	4,00	4,00	0,00
jul	4,00	4,00	4,00	0,00
ago	4,00	4,00	4,00	0,00
set	4,00	4,00	4,00	0,00
out	4,00	4,00	4,00	0,00
nov	4,00	4,00	4,00	0,00
dez	4,00	4,00	4,00	0,00
<b>Total</b>	<b>48,00</b>	<b>48,00</b>	<b>48,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Média</b>	<b>4,00</b>	<b>4,00</b>	<b>4,00</b>	<b>0,00</b>

**8.20 Outras informações relevantes**

Exercício de 2021	Diretoria		Conselho de Administração	
	Nº de Membros	Nº de Membros Remunerados	Nº de Membros	Nº de Membros Remunerados
jan	5,00	5,00	3,00	0,00
fev	5,00	5,00	3,00	0,00
mar	5,00	5,00	3,00	0,00
abr	5,00	5,00	3,00	0,00
mai	5,00	5,00	3,00	0,00
jun	4,00	4,00	3,00	0,00
jul	4,00	4,00	3,00	0,00
ago	4,00	4,00	4,00	0,00
set	4,00	4,00	4,00	0,00
out	4,00	4,00	4,00	0,00
nov	4,00	4,00	4,00	0,00
dez	4,00	4,00	4,00	0,00
<b>Total</b>	<b>53,00</b>	<b>53,00</b>	<b>41,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Média</b>	<b>4,42</b>	<b>4,42</b>	<b>3,42</b>	<b>0,00</b>

Exercício de 2020	Diretoria		Conselho de Administração	
	Nº de Membros	Nº de Membros Remunerados	Nº de Membros	Nº de Membros Remunerados
jan	6,00	6,00	3,00	0,00
fev	6,00	6,00	3,00	0,00
mar	6,00	6,00	3,00	0,00
abr	6,00	6,00	3,00	0,00
mai	6,00	6,00	3,00	0,00
jun	6,00	6,00	3,00	0,00
jul	5,00	5,00	3,00	0,00
ago	5,00	5,00	3,00	0,00
set	5,00	5,00	3,00	0,00
out	5,00	5,00	3,00	0,00
nov	5,00	5,00	3,00	0,00
dez	5,00	5,00	3,00	0,00
<b>Total</b>	<b>66,00</b>	<b>66,00</b>	<b>36,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Média</b>	<b>5,50</b>	<b>5,50</b>	<b>3,00</b>	<b>0,00</b>

**9.1/9.2 Identificação e Remuneração**

<b>Código CVM do Auditor</b>	<b>004715</b>		
<b>Razão Social</b>	<b>Tipo Auditor</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	
ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S LTDA	Juridica	61.366.936/0014-40	
<b>Data de contratação do serviço</b>	<b>Data de início da prestação de serviço</b>		
16/08/2018	16/08/2018		
<b>Descrição dos serviços prestados</b>			
<p>(i) Auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, relativa aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2018, 2020, 2021 e 2022, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB;</p> <p>(ii) Revisão das informações financeiras intermediárias não auditadas preparadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais referentes aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2019, 2020, 2021 e 2022 preparadas de acordo com NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB; e</p> <p>(iii) Procedimentos pré-acordados em conexão com a listagem Categoria B na CVM.</p>			
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social</b>			
São devidos aos auditores os seguintes valores como remuneração pelos serviços descritos acima prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:			
(i) Auditoria das demonstrações financeiras da Companhia relativa ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e Revisão das informações financeiras intermediárias não auditadas referentes aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro: R\$929.575,15 (novecentos e vinte e nove mil, quinhentos e setenta e cinco reais e quinze centavos).			
<b>Justificativa da substituição</b>			
N/A			
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa</b>			
N/A			

### **9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores**

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, não houve contratação dos auditores ou pessoas a eles ligadas, seja pelo emissor ou por pessoas do seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria.

#### **ESCOLHA DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, compete ao Conselho de Administração escolher e destituir auditores independentes.

#### **PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES ENTRE COMPANHIA E AUDITORES INDEPENDENTES**

Além das informações obrigatórias apresentadas nos itens 9.1 e 9.2, adotamos determinados procedimentos para evitar conflitos de interesses, perda de independência ou objetividade dos referidos Auditores Independentes, de forma que: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

## **9.4 Outras informações relevantes**

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

## 10.1 Descrição dos recursos humanos

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## 10.1A Descrição dos recursos humanos

Documento ainda não preenchido!

## 10.2 Alterações relevantes

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

### **10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## 10.4 Relações entre emissor e sindicatos

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## **10.5 Outras informações relevantes**

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

## 11.1 Regras políticas e práticas

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## 11.2.N/O

### a. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

A Companhia busca sempre observar as práticas contábeis aplicáveis, bem como as condições usualmente praticadas no mercado ao contratar qualquer serviço, celebrar acordos ou estabelecer relações comerciais. As operações celebradas entre a Companhia e suas partes relacionadas estão amparadas pela legislação aplicável, principalmente o artigo 245 da Lei das Sociedades por Ações.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 07 de novembro de 2022, aprovou a Política de Transações com Partes Relacionadas, que, dentre outras medidas, estabelece que, em caso de Conflito de Interesse:

(i) Caso o potencial Conflito de Interesse esteja relacionado à Pessoa Chave, esta deverá declarar, imediatamente, seu Conflito de Interesse indicando de forma inequívoca qual é o Conflito de Interesse e o grau de envolvimento que possui com uma eventual parte do processo. A Pessoa Chave que apresentar potencial Conflito de Interesse deverá abster-se de votar no respectivo processo decisório. A manifestação de Conflito de Interesse, a abstenção e o afastamento temporário deverão ser registrados em ata. A Pessoa Chave poderá prestar esclarecimentos sobre o tema, caso lhe seja solicitado por qualquer membro do respectivo órgão, sem, contudo, influenciar ou interferir de qualquer forma no respectivo processo decisório. Em qualquer situação, a Pessoa Chave que apresentar potencial Conflito de Interesse não receberá documentos com informações de outros concorrentes participantes do processo, ou informações estratégicas, podendo a Companhia restringir as informações transmitidas à Pessoa Chave conflitada. Caso a Pessoa Chave não manifeste seu Conflito de Interesse, qualquer outra pessoa ou membro do órgão ao qual pertence e que tenha conhecimento da situação, deverá fazê-lo. A ausência de manifestação voluntária de uma Pessoa Chave poderá ser considerada uma violação a presente Política e aos seus deveres fiduciários, conforme o caso, passível de aplicação de medida disciplinar a ser avaliada pela instância competente.

(ii) Em caso de acionistas em situação de potencial Conflito de Interesse, deverá ser observado o previsto no artigo 115 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, cuja observância será requerida pela Companhia na Assembleia Geral e no processo decisório que envolver a referida Transação entre Partes Relacionadas. Eventuais alegações de Conflito de Interesse para estes casos poderão ser informadas à Companhia por meio de seus canais de comunicação, e processados nos termos da legislação pertinente e da presente Política.

### b. demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A comutatividade dos contratos celebrados entre a Companhia e as suas controladas e partes relacionadas é apurada mediante a verificação da compatibilidade das condições econômicas e financeiras estabelecidas na respectiva transação entre as partes relacionadas, face a outros atos e negócios similares praticados no mercado. Em regra, as transações com partes relacionadas levam em consideração critérios de melhor preço, prazo, sinergia, melhor capacitação técnica e encargos financeiros compatíveis com as práticas usuais de mercado.

## 11.2.N/O

Em relação às transações com partes relacionadas existentes em 31 de dezembro de 2022, conforme reportadas no item 11.2 deste Formulário de Referência as medidas tomadas pela Companhia para assegurar a comutabilidade e a compensação adequada foram:

### (i) Transações de arrendamento de imóvel rural:

As transações de arrendamento de imóvel rural envolvendo partes relacionadas da Companhia foram realizadas levando-se em consideração o valor médio de arrendamento por hectare de imóveis semelhantes, em localidades próximas. Adicionalmente, a Companhia observa as diretrizes de mercado e os contratos de arrendamento de imóvel rural são reajustados pelo Índice Geral de Preços – Mercado (“IGP-M”), conforme prática de mercado usual para este tipo de contratação.

A precificação dos arrendamentos rurais na região das fazendas arrendadas é realizada com base no volume do produto cultivado por hectare, usualmente soja, podendo o produto a ser pago não coincidir com o cultivo, combinado com a produtividade da terra.

Dessa forma, os contratos de arrendamento da Companhia firmados com a Energia Viva Agroflorestal Ltda. foram fixados no preço médio de R\$400,00 por hectare por ano, a serem corrigidos anualmente pela variação do IGP-M. Esse valor corresponde à cobrança de 3 a 5 sacas de soja por hectare, tendo como base o preço nacional de mercado da soja na data dos contratos. O preço nacional de mercado da saca de soja por período está disponível para consulta no *website* <https://www.agrolink.com.br/cotacoes/historico/ma/soja-em-grao-sc-60kg>.

### (ii) Transações de compra e venda de madeira de eucalipto cortada (lenha):

As transações de compra e venda de madeira de eucalipto cortada (lenha), envolvendo partes relacionadas da Companhia, foram realizadas com condições e termos compatíveis com as transações da mesma natureza realizadas com terceiros não considerados partes relacionadas. As transações têm como base o princípio da competitividade (preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado).

A precificação da lenha, nestas transações, observa o valor pago em operações realizadas pela Companhia com terceiros não considerados partes relacionadas, em condições técnicas e comerciais similares. O preço médio praticado pela Companhia em 2022, com partes relacionadas é equivalente ao praticado pela Companhia com terceiros não considerados partes relacionadas.

### (iii) Transações de fornecimento de carvão vegetal:

As transações de fornecimento de carvão vegetal envolvendo partes relacionadas da Companhia são realizadas utilizando-se o preço de pauta praticado no âmbito estadual ou, na falta deste, a média de preços praticada com terceiros não considerados partes relacionadas, nas mesmas condições de fornecimento.

**11.2.N/O****(iv) Transações de compra sucata de aço e ferro gusa:**

Em regra, as transações de compra de ferro gusa e sucata de aço, envolvendo partes relacionadas da Companhia, levam em consideração critérios de melhor preço, prazo, sinergia, melhor capacitação técnica e encargos financeiros compatíveis com as práticas usuais de mercado, tendo como base o princípio da competitividade. Tais transações são realizadas para fins de utilização no processo produtivo de aço da Companhia.

**(v) Transações de compra e venda de escória, calcário e compra de cimento:**

As transações de compra e venda de calcário entre partes relacionadas, estão suportadas por contrato que estabelece que o preço a ser pago pela será o mínimo cobrado no mercado, após realizadas três cotações, com base no critério de classificação FOT.

As transações de compra e venda de escória entre partes relacionadas, estão suportadas por contrato que estabelece que, as partes determinarão em conjunto o preço da escória, para cada período de doze meses. No processo de precificação, serão obtidos no mínimo três e no máximo cinco propostas de fornecimento de escória com base no critério FOB/FOT, conforme aplicável, de fornecedores distintos, nas mesmas condições e qualidades técnicas.

Já as transações de compra de cimento com partes relacionadas o preço praticado corresponde ao custo médio total, atualizado a cada período de seis meses.

**(vi) Transação de aquisição de ações:**

A transação entre partes relacionadas envolvendo a aquisição de ações de emissão da Companhia, de titularidade de seu acionista Ricardo Nascimento foi aprovada em sede de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia, realizada em 09/08/2010 sendo o preço de aquisição o registrado no patrimônio líquido da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia esclarece que a operação foi objeto de um contrato de aquisição de ações, firmado em 01/10/2010 e posteriormente aditado em 01 de novembro de 2021, o qual fixou o pagamento mensal de R\$135.000,00 em 22 meses. Dessa forma, o prazo determinado para a quitação total do saldo existente é de 01/09/2023.

Neste caso o preço das ações foi calculado de acordo com valor histórico.

**(vii) Transações de compra e venda de ativos imobilizados e itens de estoque**

As operações de compra e venda de itens de estoque para a manutenção de máquinas e equipamentos, entre empresas do Grupo Ferroeste, são valoradas pelo custo médio registrado na contabilidade à época da operação. Tais operações são realizadas para garantir o integral aproveitamento dos itens de estoque, considerando as necessidades operacionais do Grupo Ferroeste.

**11.2.N/O**

Já as operações de compra e venda de ativos imobilizados usados, são valoradas pelo custo residual do ativo registrado na contabilidade à época da operação. Assim como ocorre nas transferências de itens de estoque, as operações de ativos imobilizados usados da Companhia são também realizadas para garantir o integral aproveitamento de sua vida útil, considerando as necessidades operacionais do Grupo Ferroeste.

## 11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
CBF Industria de Gusa S.A.	31/12/2022	461.000,00	0,00	461.000,00	Indeterminado	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum					
<b>Objeto contrato</b>	Trata-se de venda de ativos imobilizados usados e itens de estoque para manutenção de máquinas e equipamentos, tais como: sistema de despeiramento, pá-carregadeira, entre outros, realizadas ao longo do exercício social de 2022.					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Trata-se de operações comerciais entre empresas do Grupo Ferroeste envolvendo itens do ativo imobilizado para o integral aproveitamento de sua vida útil e itens de estoque, considerando as necessidades operacionais do Grupo Ferroeste. Não há um contrato específico celebrado entre partes embasando esta operação. O saldo de R\$461.000,00 refere-se ao total de itens do ativo imobilizado e itens de estoque, comercializados no exercício social de 2022. Em razão disso a data da operação foi indicada como 31/12/2022. Em 31/12/2022 o saldo havia sido integralmente quitado.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					
CBF Industria de Gusa S.A.	31/12/2022	111.132.000,00	1.968.000,00	111.132.000,00	Indeterminado	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum					
<b>Objeto contrato</b>	Trata-se de operações recorrentes de fornecimento de biocarbono e uma série de operações de aquisição de ferro gusa para a produção de aço e poucos itens de ativos imobilizados usados, tais como: caminhão basculante, carreta bitrem e plaina agrícola.					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Trata-se de operação comercial de aquisição de matéria prima, em especial, biocarbono e ferro gusa, para fomentar a produção de aço pela Companhia. Não há um contrato específico celebrado entre as partes embasando esta operação. No ano de 2022 a Companhia adquiriu R \$36.262.000,00 de biocarbono, R\$75.412.000,00 de ferro gusa e R\$250.000,00 de ativos imobilizados usados. As operações ocorreram no exercício social de 2022. Em razão disso a data da operação foi indicada como 31/12/2022. Em 31/12/2022 o saldo a pagar era de R\$1.968.000,00.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					
Cimento Verde do Brasil S.A.	31/12/2022	4.047.000,00	339.000,00	4.047.000,00	Indeterminado	0,00
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade com controle compartilhado até 30/11/2022, quando houve cisão para a Empresa de Mecanização Rural Ltda., sociedade sob controle comum com a Aço Verde do Brasil S.A.					
<b>Objeto contrato</b>	Trata-se de operação recorrente de compra de cimento para construção de edificações industriais. As compras de cimento possuem prazo médio de pagamento de 21 dias.					

## 11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Trata-se de operações comerciais recorrentes de compra de cimento, para aplicações no parque industrial da Companhia. Não há um contrato específico celebrado entre as partes embasando esta operação. Por se tratar de operações recorrentes realizadas ao longo de 2022, a data da transação foi reportada como 31/12/2022. As compras realizadas no ano de 2022 totalizaram R\$4.047.000,00 com saldo a pagar em 31/12/2021 de R\$339.000,00.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					
Cimento Verde do Brasil S.A.	31/12/2022	2.138.000,00	842.000,00	2.138.000,00	Indeterminado	0,00
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade com controle compartilhado até 30/11/2022, quando houve cisão para a Empresa de Mecanização Rural Ltda., sociedade sob controle comum com a Aço Verde do Brasil S.A.					
<b>Objeto contrato</b>	Trata-se de operações recorrentes de venda de escória do alto forno e calcário com prazo médio de 90 dias para recebimento do pagamento.					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Operações comerciais de venda de subproduto do alto forno de ferro gusa, qual seja, escória, e calcário, para a controlada Cimento Verde do Brasil S.A, que utiliza a escória e o calcário como matéria-prima para a produção de cimento. Por se tratar de operações recorrentes realizadas ao longo de 2022, a data da transação foi reportada como 31/12/2022. As vendas realizadas no ano de 2022 totalizaram R\$2.138.000,00 com saldo a receber em 31/12/2022 de R\$842.000,00					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					
Destilaria Veredas Ltda.	31/12/2022	71.000,00	0,00	71.000,00	Indeterminado	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum					
<b>Objeto contrato</b>	Trata-se de operação de venda de item de estoque e ativo imobilizado usado, tais como: faca de roçadeira, ambulância e material de laminação.					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Trata-se de operação comercial entre empresas do Grupo Ferroeste, envolvendo item de estoque, para o integral aproveitamento de sua vida útil, considerando as necessidades operacionais do Grupo Ferroeste. Não há um contrato específico celebrado entre partes embasando esta operação. Por se tratar de operações realizadas ao longo de 2022, a data da transação foi reportada como 31/12/2022. Em 31/12/2022, o valor referente a essa venda havia sido totalmente quitado.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					

## 11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Energia Viva Agro Ltda.	01/01/2021	94.994.162,00	70.877.000,00	94.994.162,00	01/02/2031	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum					
<b>Objeto contrato</b>	Reconhecimento contábil do arrendamento de imóveis rurais localizados no estado do Maranhão, para a plantação de eucalipto, para corte e produção de biocarbono.					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Trata-se de arrendamento de imóveis rurais para fins de plantio de eucalipto. A Companhia possui florestas plantadas de eucalipto para corte e produção de biocarbono, matéria-prima necessária para a produção do aço. Devedor - O valor informado como saldo existente em 31/12/2021 é o somatório dos passivos de arrendamento do Curto e Longo Prazo (R\$7.772 mil + R\$63.105 mil) e corresponde às parcelas vincendas do contrato, a partir de 01/2022, calculadas à valor presente, nos termos do IFRS 16. Contudo, ainda por força do IFRS 16, foi informado na NE de partes relacionadas o valor de R\$ 62.837 mil, que corresponde ao direito de uso desse contrato, a partir de 01/2022.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					
Energia Viva Agro Ltda.	08/07/2022	30.000,00	0	30.000,00	Indeterminado	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum					
<b>Objeto contrato</b>	Trata-se de venda de itens de estoque tais como: materiais de EPI					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Trata-se de venda de itens de estoque ocorridas em 08/07/2022. Em 31/12/2022 a operação já havia sido paga					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					
Energia Viva Agro Ltda.	20/04/2021	32.000.000,00	15.925.000,00	32.000.000,00	Indeterminado	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum					
<b>Objeto contrato</b>	Trata-se de adiantamento de série de recursos financeiros para fornecimento de madeira de eucalipto cortada (lenha) liberados em 2021 com a extinção do saldo de 31/12/2021 por compensação pelo fornecimento da madeira em 2022.					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A					

## 11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Trata-se de série de operações entre a Companhia e a Energia Viva Agro Ltda., para adiantamento dos recursos financeiros para fins de fornecimento de madeira de eucalipto cortada (lenha) e arrendamento móveis. Trata-se de adiantamento de série de recursos financeiros para fornecimento de madeira de eucalipto cortada (lenha) liberados em 2021 com a extinção por compensação pelo fornecimento da madeira em 2022 e arrendamento de imóveis rurais.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					
Energia Viva Agro Ltda.	31/12/2022	28.232.000,00	1.348.000,00	28.232.000,00	Indeterminado	0,00
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum					
<b>Objeto contrato</b>	Trata-se de operações de (i) aquisição recorrente de madeira de eucalipto cortada (lenha) para fabricação de biocarbono e (ii) arrendamento de imóveis rurais localizados no Estado do Maranhão, para a plantação de eucalipto, para corte e produção de biocarbono.					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Trata-se de operação de aquisição de madeira de eucalipto cortada (lenha), para a produção de biocarbono pela Companhia, e arrendamento de imóvel rural, com preços alinhados com o mercado. No exercício social de 2022 a Companhia realizou transações com a Energia Viva Agro Ltda., das quais (i) o valor de R\$13.556 mil é relativo à aquisição de madeira de eucalipto cortada (lenha) e (ii) o valor de R\$14.676 mil relativo aos valores incorridos, no ano de 2022, pelo uso de imóveis rurais, no âmbito do arrendamento de imóvel rural. Por se tratar de operações recorrentes ocorridas ao longo de 2022, a data da transação foi indicada como 31/12/2022. Em 31/12/2022 o saldo devedor existente relativo a esta transação era de R\$1.348.000,00.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					
Energia Viva de Minas Ltda.	31/12/2022	24.593.000,00	1.645.000,00	24.593.000,00	Indeterminado	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum					
<b>Objeto contrato</b>	Trata-se de operações recorrentes de aquisição de madeira de eucalipto cortada (lenha) para fabricação de biocarbono e poucos itens de ativos imobilizados usados, tais como: gerador de energia e roçadeira.					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Trata-se de operação de aquisição de madeira de eucalipto cortada (lenha), para a produção de biocarbono pela Companhia. Por se tratar de operações recorrentes ocorridas ao longo de 2022, a data da transação foi indicada como 31/12/2022. A Companhia adquiriu até a data de 31/12/2022 R\$24.410 mil de madeira de eucalipto cortada (lenha) e R\$183 mil de imobilizado.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					

## 11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Energia Viva de Minas Ltda.	31/12/2022	275.000,00	0	275.000,00	Indeterminado	0,00
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum					
<b>Objeto contrato</b>	Trata-se de venda de imobilizado usado, tais como: roçadeiras e trator agrícola					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Trata-se de venda de imobilizados usados ocorridas no ano de 2022. Em 31/12/2022 a operação já havia sido paga					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					
G5 Agropecuária Ltda.	13/08/2022	150.000,00	0	150.000,00	N/A	0,00
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum					
<b>Objeto contrato</b>	Trata-se de compra de um trato agrícola usado.					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Trata-se de compra de imobilizado usado em 13/08/2022. Em 31/12/2022 a operação já havia sido paga					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					
Ricardo Nascimento	09/08/2010	10.262.779,49	1.552.000,00	10.262.779,49	01/09/2023	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Acionista					
<b>Objeto contrato</b>	Trata-se de aquisição de 400 ações ordinárias e 363.459 ações preferenciais do acionista Ricardo Nascimento.					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A					

## 11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Trata-se de aquisição de ações do acionista Ricardo Nascimento, atualmente mantidas em tesouraria, com pagamento mensal de R\$35.000,00 sem correção monetária, com previsão de liquidação até 31/12/2029. Em 01/11/2021 a Companhia realizou um aditivo ao contrato de compra e venda de ações, fixando o pagamento mensal de R\$135.000,00 em 22 meses. Dessa forma, a data limite determinada para a quitação total do saldo existente é 01/09/2023. Em 09/08/2010 houve a compra de 400 ações de posse do acionista Ricardo Nascimento pelo valor de R\$10.262.779,49. Em 31/12/2022 o saldo devedor existente relativo a esta transação era de R\$1.552.000,00. O valor pago no ano de 2022 foi de R\$ 1.727 mil.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					
SFF – Nazaré Investimentos Florestais Ltda.	10/09/2021	100.000,00	0	100.000,00	Indeterminado	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum					
<b>Objeto contrato</b>	Trata-se de adiantamento de recursos financeiros para fornecimento de madeira de eucalipto cortada (lenha).					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Trata-se de adiantamento de série de recursos financeiros para fornecimento de madeira de eucalipto cortada (lenha) liberados em 2021 com a extinção por compensação pelo fornecimento da madeira em 2022.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					
Veredas Agro Ltda.	31/12/2022	547.000,00	0,00	547.000,00	Indeterminado	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum					
<b>Objeto contrato</b>	Trata-se de operação de venda de moinha de carvão, itens de estoque e imobilizado usado.					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Trata-se de operação de venda de moinha de carvão, itens de estoque e imobilizado usado. Não há um contrato específico celebrado entre partes embasando esta operação. Por se tratar de operações realizadas ao longo de 2022, a data da transação foi reportada como 31/12/2022. Em 31/12/2022, o valor referente a essa venda havia sido totalmente quitado.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					
Veredas Agro Ltda.	31/12/2022	164.000,00	0,00	164.000,00	Indeterminado	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Sociedade sob controle comum					

**11.2 Transações com partes relacionadas**

<b>Parte relacionada</b>	<b>Data transação</b>	<b>Montante envolvido Real</b>	<b>Saldo existente</b>	<b>Montante Real</b>	<b>Duração</b>	<b>Taxa de juros cobrados</b>
<b>Objeto contrato</b>	Trata-se de operações de compra de sucatas de aço.					
<b>Garantia e seguros</b>	N/A					
<b>Rescisão ou extinção</b>	N/A					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Trata-se de aquisição de sucata de aço para a utilização no processo produtivo de aço da Companhia. Não há um contrato específico celebrado entre as partes embasando esta operação. Por se tratar de uma série de operações realizadas ao longo de 2022, a data da transação foi reportada como 31/12/2022. A Companhia adquiriu até a data de 31/12/2022 R\$164 mil de sucata de aço. Em 31/12/2022 todos os valores relativos à transação já haviam sido quitados.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					

### **11.3 Outras informações relevantes**

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

**12.1 Informações sobre o capital social**

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
30/11/2022		483.708.634,63	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
1.031.745	206.231	1.237.976	

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
30/11/2022		483.708.634,63	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
1.031.745	206.231	1.237.976	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
30/11/2022		483.708.634,63	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
1.031.745	206.231	1.237.976	



## **12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

### 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

<b>Identificação do valor mobiliário</b>	2ª (Segunda) Emissão de Debêntures da Companhia
<b>Data de emissão</b>	13/06/2022
<b>Data de vencimento</b>	13/06/2032
<b>Quantidade Unidade</b>	400.000
<b>Valor total R\$</b>	400.000.000,00
<b>Saldo Devedor em Aberto</b>	390.871.000,00
<b>Restrição a circulação</b>	Sim
<b>Descrição da restrição</b>	As Debêntures não serão registradas para negociação em qualquer mercado regulamentado de valores mobiliários. As Debêntures não poderão ser, sob qualquer forma, cedidas, vendidas, alienadas ou transferidas, exceto em caso de eventual liquidação do patrimônio separado, nos termos previstos no Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) Séries da 120ª (centésima vigésima) Emissão da Virgo Companhia de Securitização lastreados por Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Aço Verde do Brasil S.A. As transferências de titularidade das Debêntures serão realizadas por meio da assinatura no Livro de Registro de Transferências de Debêntures Nominativas.
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Não

## 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

### Características dos valores mobiliários de dívida

Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado: O vencimento das Debêntures de cada série ocorrerá nas respectivas datas de vencimento, conforme acima indicadas, ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo e Vencimento Antecipado, conforme descritas na Escritura de Emissão.

Juros: A partir da primeira Data de Integralização, sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série, incidirão juros remuneratórios equivalentes a 7,1543% ao ano, base 252 dias úteis. A Remuneração das Debêntures da 1ª Série será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento de acordo com a fórmula constante da Escritura de Emissão. A partir da primeira Data de Integralização, sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série, incidirão juros remuneratórios equivalentes a 7,3686% ao ano, base 252 dias úteis. A Remuneração das Debêntures da 2ª Série será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento de acordo com a fórmula constante da Escritura de Emissão. O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série será atualizado a partir da primeira Data de Integralização até o segundo dia útil anterior ao dia 15 (quinze) de cada mês (“Data de Aniversário das Debêntures”) pela variação mensal percentual acumulada do IPCA Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (“IPCA” e “Atualização Monetária Debêntures 1ª Série”, respectivamente), calculado de forma pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, sendo o produto da Atualização Monetária Debêntures 1ª Série ou seu saldo, conforme o caso, automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série (“Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série”), segundo a fórmula prevista na Escritura de Emissão.

O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série será atualizado, a partir da primeira Data de Integralização até a Data de Aniversário das Debêntures, acima definida, pela variação mensal percentual acumulada do IPCA (“Atualização Monetária Debêntures 2ª Série” e, em conjunto com a Atualização Monetária Debêntures 1ª Série, “Atualização Monetária”), calculado de forma pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, sendo o produto da Atualização Monetária Debêntures 2ª Série ou seu saldo, conforme o caso, automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série (“Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série”), segundo a fórmula prevista na Escritura de Emissão.

Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária.

Eventuais restrições impostas ao emissor: As restrições impostas à Companhia estão ligadas ao cumprimento de suas obrigações assumidas no âmbito da Emissão, e encontram-se descritas na Escritura de Emissão.

Agente Fiduciário: OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

## 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

### Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

As deliberações para a modificação das condições das Debêntures, assim entendidas as relativas: (i) às alterações da amortização das Debêntures; (ii) às alterações do prazo de vencimento das Debêntures; (iii) às alterações da Remuneração das Debêntures; (iv) à alteração ou exclusão dos Eventos de Vencimento Antecipado Automáticos e/ou dos Eventos de Vencimento Antecipado Não Automáticos; (v) à inclusão de mecanismos de resgate antecipado facultativo, total ou parcial, das Debêntures; e/ou (vi) à alteração dos quóruns de deliberação previstos na Escritura de Emissão, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, serão tomadas por Titulares das Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

As deliberações relativas a aprovação de não adoção de qualquer medida prevista em lei ou na Escritura de Emissão, que vise à defesa dos direitos e interesses dos Titulares dos CRA, incluindo a renúncia definitiva ou temporária de direitos (waiver), serão tomadas por (i) 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos Titulares dos CRA em Circulação, quando em primeira convocação, ou (ii) 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos Titulares dos CRA presentes, se em segunda convocação, desde que presentes Titulares dos CRA que detenham ao menos 25% (vinte e cinco por cento) dos CRA em Circulação.

### Outras características relevantes

Outras características relevantes A emissão das Debêntures insere-se no contexto de uma operação de securitização de recebíveis do agronegócio que resultará na emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) Séries da 120ª (centésima vigésima) emissão da Debenturista, aos quais os Direitos Creditórios do Agronegócio serão vinculados como lastro por meio da celebração do Termo de Securitização, entre a Debenturista e a OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima com filial situada na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1052, sala 132, Itaim BIBI, CEP 04.534-004, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário dos CRA"), nos termos da Resolução CVM 60 ("Securitização").

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão ("Recursos") serão destinados integral e exclusivamente à aquisição, pela Emissora, de lenha e madeira em pé, ou de carvão vegetal, de produtores rurais (conforme caracterizados nos termos do artigo 165 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 971, de 13 de novembro de 2009), bem como para o desenvolvimento das atividades de extração, produção e comercialização (ou transferência evidenciada por nota fiscal de transferência) de madeira e/ou carvão vegetal, conforme a descrição das atividades da Emissora na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE identificadas em seu comprovante de inscrição e situação cadastral no CNPJ e no curso ordinário dos seus negócios, nos termos do artigo 23, §1º, da Lei 11.076, e do parágrafo 4º, inciso I do artigo 2º do Anexo Normativo II da Resolução CVM 60, e no curso ordinário de seus negócios, na forma prevista em seu objeto social.

<b>Identificação do valor mobiliário</b>	1ª (Primeira) Emissão de Debêntures da Companhia
<b>Data de emissão</b>	05/05/2021
<b>Data de vencimento</b>	10/04/2031
<b>Quantidade</b>	250.000
<b>Unidade</b>	
<b>Valor total R\$</b>	250.000.000,00
<b>Saldo Devedor em Aberto</b>	229.600.000,00
<b>Restrição a circulação</b>	Sim

### 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

<b>Descrição da restrição</b>	As Debêntures não serão registradas para negociação em qualquer mercado regulamentado de valores mobiliários. As Debêntures não poderão ser, sob qualquer forma, cedidas, vendidas, alienadas ou transferidas, exceto em caso de eventual liquidação do patrimônio separado, nos termos a serem previstos no Termo de Securitização. As transferências de titularidade das Debêntures serão realizadas por meio da assinatura no Livro de Registro de Transferências de Debêntures Nominativas.
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	<p>A Companhia poderá realizar, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês, contado da Data de Emissão, o resgate antecipado sempre de qualquer Série das Debêntures individualmente ou da totalidade das Debêntures, a seu exclusivo critério ("Resgate Antecipado Facultativo"), mediante o pagamento à Debenturista (i) do Preço de Resgate; acrescido (ii) do Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo, apurado nos termos da Escritura de Emissão, conforme descritos abaixo ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo").</p> <p>O prêmio a ser pago à Debenturista na hipótese da realização, pela Companhia, do Resgate Antecipado Facultativo, será equivalente a 1,00% (um por cento), pro rata temporis, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, considerando a quantidade de dias úteis a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo e a data de vencimento das Debêntures versus o prazo inicial total também base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis das respectivas Debêntures, conforme o caso ("Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo" ou "Prêmio"). À título de exemplo: caso a Companhia realize o Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures DI faltando 1 (um) ano para a data de seu vencimento, o Prêmio seria equivalente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento).</p>

## 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

### Características dos valores mobiliários de dívida

Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado: O vencimento das Debêntures de cada série ocorrerá nas respectivas datas de vencimento, conforme acima indicadas, ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo e Vencimento Antecipado, conforme descritas na Escritura de Emissão.

Juros: O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, conforme o caso, não será atualizado monetariamente.

Remuneração das Debêntures da 1ª Série: A partir da primeira Data de Integralização, sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cem inteiros por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra grupo” (“Taxa DI”), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme abaixo definidos), calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) acrescida exponencialmente de spread ou sobretaxa de 2,50% (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano (“Remuneração das Debêntures da 1ª Série”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, desde a primeira Data de Integralização ou Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula constante da Escritura de Emissão. O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será atualizado, a partir da primeira Data de Integralização até o segundo dia útil anterior ao dia 15 (quinze) de cada mês (“Data de Aniversário das Debêntures”) pela variação mensal percentual acumulada do IPCA Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (“IPCA” e “Atualização Monetária Debêntures 2ª Série”, respectivamente), calculado de forma pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, sendo o produto da Atualização Monetária Debêntures 2ª Série ou seu saldo, conforme o caso, automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série (“Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série”). A partir da primeira Data de Integralização, sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série será acrescida sobretaxa ou spread de 5,20% (cinco inteiro e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração das Debêntures da 2ª Série” e quando referidas em conjunto e indistintamente com a Remuneração das Debêntures da 1ª Série, a “Remuneração”). A Remuneração das Debêntures da 2ª Série será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento de acordo com a fórmula constante da Escritura de Emissão.

Espécie: As Debêntures serão da espécie com garantia real, com garantia adicional real e fidejussória, nos termos da Escritura de Emissão.

Eventuais restrições impostas ao emissor: As restrições impostas à Companhia estão ligadas ao cumprimento de suas obrigações assumidas no âmbito da Emissão, e encontram-se descritas na Escritura de Emissão.

Agente Fiduciário: VÓRTX Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

## 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

### Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

As deliberações para a modificação das condições das Debêntures, assim entendidas as relativas: (i) às alterações da amortização das Debêntures; (ii) às alterações do prazo de vencimento das Debêntures; (iii) às alterações da Remuneração das Debêntures; (iv) à alteração ou exclusão dos Eventos de Vencimento Antecipado Automáticos e/ou dos Eventos de Vencimento Antecipado Não Automáticos; (v) à inclusão de mecanismos de resgate antecipado facultativo, total ou parcial, das Debêntures; e/ou (vi) à alteração dos quóruns de deliberação previstos na Escritura de Emissão, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, serão tomadas por Titulares das Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

As deliberações relativas a aprovação de não adoção de qualquer medida prevista em lei ou na Escritura de Emissão, que vise à defesa dos direitos e interesses dos Titulares dos CRA, incluindo a renúncia definitiva ou temporária de direitos (waiver), serão tomadas por (i) 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos Titulares dos CRA em Circulação, quando em primeira convocação, ou (ii) 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos Titulares dos CRA presentes, se em segunda convocação.

### Outras características relevantes

A emissão das Debêntures insere-se no contexto de uma operação de securitização de recebíveis do agronegócio que resultará na emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) séries da 33ª (trigésima terceira) emissão da Debenturista, aos quais os Direitos Creditórios do Agronegócio serão vinculados como lastro por meio da celebração do Termo de Securitização, entre a Debenturista e a VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, CEP 05425-020, Pinheiros, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário dos CRA"), nos termos da Instrução CVM 600 ("Securitização").

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão ("Recursos") serão destinados integral e exclusivamente à aquisição, pela Companhia, de lenha e madeira em pé de produtores rurais (conforme caracterizados nos termos do artigo 165 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 971, de 13 de novembro de 2009), bem como para o desenvolvimento das atividades de extração, produção e comercialização (ou transferência evidenciada por nota fiscal de transferência) de madeira e/ou carvão vegetal, conforme a descrição das atividades da Companhia na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE identificadas em seu comprovante de inscrição e situação cadastral no CNPJ e no curso ordinário dos seus negócios, nos termos do artigo 23, §1º, da Lei 11.076, e do artigo 3º, I, §4º, II, §9º da Instrução CVM 600, e no curso ordinário de seus negócios, na forma prevista em seu objeto social.

<b>Identificação do valor mobiliário</b>	3ª (terceira) Emissão de Debêntures da Companhia
<b>Data de emissão</b>	13/07/2023
<b>Data de vencimento</b>	13/07/2028
<b>Quantidade Unidade</b>	20.000
<b>Valor total R\$</b>	20.000.000,00
<b>Saldo Devedor em Aberto</b>	0,00
<b>Restrição a circulação</b>	Sim

### 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

<b>Descrição da restrição</b>	A Debêntures: (i) poderão ser livremente negociadas entre Investidores Profissionais; (ii) somente poderão ser negociadas no mercado secundário entre investidores qualificados, assim definidos nos termos dos artigos 12 e 13 da Resolução CVM 30 após decorridos 6 (seis) meses contados da data de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 86, inciso II, alínea “a”, da Resolução CVM 160; e (iii) somente poderão ser negociadas no mercado secundário entre o público em geral após decorridos 12 (doze) meses contados da data de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 86, inciso II, alínea “b”, da Resolução CVM 160.
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures, efetivamente subscritas e integralizadas, a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão, inclusive, contado da Data de Emissão, conforme previsto na Escritura de Emissão (“Resgate Antecipado Facultativo”). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o valor devido pela Emissora será equivalente: (i) ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, acrescido (ii) da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo; (iii) dos encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo; e (iv) de prêmio flat incidente sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis, conforme Escritura de Emissão. A Companhia também poderá ofertar o resgate das Debêntures, em condições a serem oportunamente fixadas, conforme procedimentos previstos na Escritura de Emissão.

## 12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

### Características dos valores mobiliários de dívida

Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado: Observado os termos da Escritura de Emissão, e ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures e/ou Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, resgate antecipado decorrente de, as Debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão. As hipóteses de Vencimento Antecipado estão descritas na Escritura de Emissão e incluem: descumprimento de obrigações pecuniárias da emissão, falência da emissora; reorganização societária em descumprimento às condições legais ou estabelecidas na escritura; nulidade da escritura; redução de capital em descumprimento às condições legais ou estabelecidas na escritura; nulidade da escritura; vencimento antecipado de outras dívidas da Companhia; protestos em valor relevante contra a Emissora; inadimplemento de obrigações pecuniárias ou decisões judiciais relevantes; descumprimento de covenants financeiros previstos na Escritura; alienação de ativos em montante e condições superiores aos limites fixados na Escritura de Emissão; distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, estando a emissora inadimplente; alteração de controle da Companhia; outros descumprimentos não pecuniários.

Juros: Sobre o valor nominal unitário (ou saldo do valor nominal unitário das debêntures, conforme o caso), incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 (“Taxa DI”), acrescida exponencialmente de spread (sobretaxa) de 1,70% (um inteiro e setenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração”). A Remuneração das Debêntures será calculada de acordo com fórmula a ser descrita na Escritura de Emissão;

Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária.

Eventuais restrições impostas ao emissor: As restrições impostas à Companhia estão ligadas ao cumprimento de suas obrigações assumidas no âmbito da Emissão, e encontram-se descritas na Escritura de Emissão.

Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários .

### Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

As deliberações para a modificação das condições das debêntures, assim entendidas as relativas: (i) às alterações da amortização das debêntures; (ii) às alterações do prazo de vencimento das debêntures; (iii) às alterações da remuneração das debêntures; (iv) à alteração ou exclusão dos eventos de vencimento antecipado; (v) à inclusão de mecanismos de resgate antecipado facultativo, total ou parcial, das debêntures; e/ou (vi) à alteração dos quóruns de deliberação previstos nesta escritura de emissão, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, serão tomadas por debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das debêntures em circulação.

As deliberações relativas à aprovação de não adoção de qualquer medida prevista em lei ou nesta escritura de emissão, que vise à defesa dos direitos e interesses dos debenturistas, incluindo a renúncia definitiva ou temporária de direitos (waiver), serão tomadas por (i) 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) das debêntures em circulação, quando em primeira convocação, ou (ii) 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) das debêntures presentes, se em segunda convocação, desde que presentes debenturistas que detenham ao menos 25% (vinte e cinco por cento) das debêntures em circulação.

### Outras características relevantes

N/A

### 12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	2	0

## **12.5 Mercados de negociação no Brasil**

Não aplicável, uma vez que na data deste Formulário de Referência, não existem valores mobiliários de emissão da Companhia admitidos à negociação.

## 12.6 Negociação em mercados estrangeiros

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, uma vez que na data deste Formulário de Referência, não existem valores mobiliários de emissão da Companhia admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

## 12.7 Títulos emitidos no exterior

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação no exterior nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 e no exercício social corrente.

## **12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas**

Não aplicável, tendo em vista que, nos termos da Resolução CVM nº 80, este item é facultativo para emissores de valores mobiliários registrados na categoria B.

## **12.9 Outras informações relevantes**

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

### 13.0 Identificação

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Silvia Carvalho Nascimento e Silva**

**Cargo do responsável**

Diretor Presidente

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Gustavo Rozenbaum Bcheche**

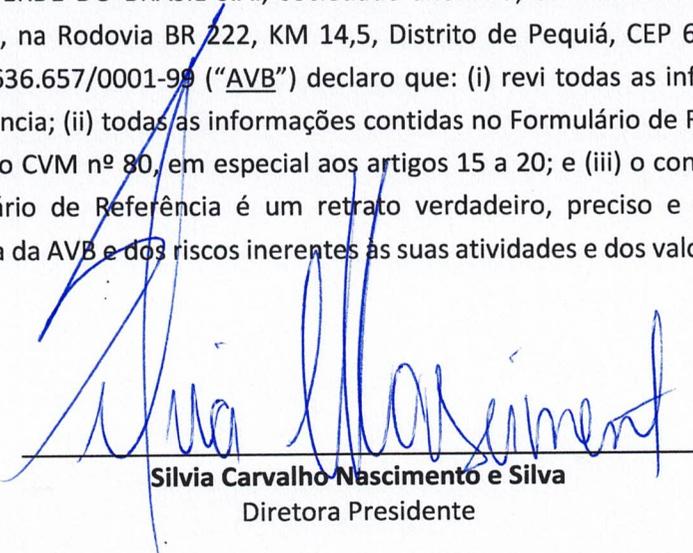
**Cargo do responsável**

Diretor de Relações com Investidores

## 13.1 Declaração do diretor presidente

### 13.1 - Declaração da Diretora Presidente

Eu, **Silvia Carvalho Nascimento e Silva**, brasileira, casada, administradora de empresas, residente e domiciliada na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com endereço comercial na Avenida do Contorno nº 3.800, 19º andar, Bairro Santa Efigênia, CEP 30.110-022, na qualidade de Diretora Presidente da AÇO VERDE DO BRASIL S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Açailândia, Estado do Maranhão, na Rodovia BR 222, KM 14,5, Distrito de Pequiá, CEP 65.930-000, inscrita no CNPJ/ME sob nº 07.636.657/0001-99 ("AVB") declaro que: (i) revi todas as informações contidas no Formulário de Referência; (ii) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos artigos 15 a 20; e (iii) o conjunto das informações contidas no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da AVB e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

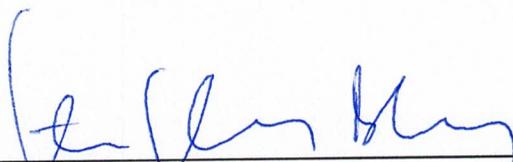


\_\_\_\_\_  
**Silvia Carvalho Nascimento e Silva**  
Diretora Presidente

## 13.2 Declaração do diretor de relações com investidores

### 13.1 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Eu, Gustavo Rozenbaum Bcheche, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com endereço comercial na Avenida do Contorno nº 3800 19º andar, Bairro Santa Efigênia CEP: 30110-022, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da AÇO VERDE DO BRASIL S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Açailândia, Estado do Maranhão, na Rodovia BR 222, KM 14,5, Distrito de Pequiá, CEP 65.930-000, inscrita no CNPJ/ME sob nº 07.636.657/0001-99 (“AVB”) declaro que: (i) revi todas as informações contidas no Formulário de Referência; (ii) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos artigos 15 a 20; e (iii) o conjunto das informações contidas no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da AVB e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.



---

**Gustavo Rozenbaum Bcheche**  
Diretor de Relações com Investidores

### **13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores**

Não aplicável. Declarações do Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores já se encontram descritas nos itens 13.1. e 13.2. acima.